UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Saúde Pública

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA SOB O OLHAR DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO COLHENDO SUSTENTABILIDADE – EMBU DAS ARTES - SP

Silvana Maria Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Akemi Wada Watanabe

São Paulo
2013

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA SOB O OLHAR DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO COLHENDO SUSTENTABILIDADE – EMBU DAS ARTES - SP

Silvana Maria Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Helena Akemi Wada Watanabe

São Paulo
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação da autora, título, instituição e ano da dissertação.

“Crescer é um processo misterioso e mágico,
a vida não fica em repouso, ela se transforma e
se nos deixarmos levar pela vida,
seremos continuamente transformados,
na maioria das vezes isso não acontece sem dores,
pois também existem em nós forças que tem medo do amadurecimento,
por isso não se pode crescer e amadurecer sem esforço e sem uma clara decisão.”

(Extraído do Livro “Crescer e Amadurecer”)

Dedico este trabalho...

aos meus queridos pais, Luiz da Mata Ribeiro (in memoriam) e Feliciana Gonçalves Ribeiro que me ensinaram a amar e respeitar todos os seres que habitam este planeta;

à toda minha família, em especial, meus queridos irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas que sempre me fizeram sentir e compreender a força da união e do amor;

aos mais jovens da família, meu afilhado Bruno Ribeiro Rinaldi e minha sobrinha-neta Julia Stefano Kessadjikian que me alegraram e me relaxaram nos momentos mais tensos da pesquisa;

ao eterno amigo e companheiro de longa jornada Bruno Cutinhola Cavalcante e toda sua família que sempre me apoiaram com muito amor e carinho;

a todas as agricultoras e agricultores de Embu das Artes, em especial, Sr. Braulino e Da. Ana da Fazenda Atalaia (in memoriam) e todos os participantes do Projeto Colhendo Sustentabilidade, pois sem eles nada disso seria possível;

aos queridos amigos e membros do Empreendimento Solidário Elo da Terra;

aos queridos amigos de Embu das Artes que presenciaram início, meio e fim desta pesquisa;

às amigas do Grupo de Pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional" da Faculdade de Saúde Pública da USP;

aos queridos amigos de infância, adolescência, juventude, trabalhos e estudos que ainda hoje fazem parte de minha vida e vibram com minhas conquistas;

ao meu amigo de todas as horas, Guandu, meu cão agroecológico!

Agradeço...

a Deus, ao mestre Jesus, ao meu anjo da guarda por toda proteção espiritual;

ao amor incondicional e apoio de meus queridos pais, irmãos e irmãs;

ao amor, carinho, amizade e conselhos de Bruno Cutinhola Cavalcante, sem ele nada disso se realizaria;

a estimada professora Helena Akemi Wada Watanabe por aceitar o desafio de me orientar e por toda dedicação, paciência e atenção;

a querida professora Valéria de Marcos por aceitar fazer parte de minha banca e por todo carinho, atenção e sugestões;

a estimada professora Cláudia Maria Bógus por aceitar fazer parte de minha banca e pela abertura de tantas portas dentro da Faculdade;

a estimada professora Maria Cecília Focesi Pelicioni pelo carinho e apoio recebido desde o primeiro dia que pisei na Faculdade;

as queridas amigas Christiane Gasparini Araújo Costa, Elaine de Azevedo e Ayodele Floriano Silva por toda ajuda recebida no início e ao longo do mestrado;

a colaboração e carinho dos queridos participantes do projeto Colhendo Sustentabilidade, em especial aqueles que aceitaram fazer parte como sujeitos da pesquisa;

ao companheirismo e garra de toda equipe técnica do Projeto Colhendo Sustentabilidade, em especial Bruno Cutinhola Cavalcante, Lucas Ciola, John Herbert Zappala, Claudio Moraes e Fabricio Takeo Yamamoto (China), parceiros de longa jornada de trabalho;

ao apoio e carinho de todos os colaboradores da Sociedade Ecológica Amigos de Embu- SEAE, em especial Ana, Leandro, Amanda, Bruno Helvecio, Deyse, Francisco, Edson, Joenia, Indaia, Pedrinho, Douglas, Régis, Silvana P. e tantos outros;

ao carinho e apoio recebido de TODOS os amigos e amigas de Embu das Artes, em especial Filipe A. de Oliveira, o primeiro a incentivar a realização

desse mestrado; Isabel Franco e João Bosco pelos primeiros acolhimentos no município;

aos amigos do Coletivo EPARREH, sem eles nada disso se realizaria;

a colaboração dos funcionários da Prefeitura de Embu das Artes, em especial Míriam Akemi Sampei (Bióloga da Secretaria de Meio Ambiente) por me incentivar e contribuir com as primeiras ideias desta pesquisa; Maria das Graças Rocha de Santana Silva (Gerente da Unidade Básica de Saúde do Jardim Santa Emília) por sugerir e demandar a realização de uma pesquisa como esta e João Ramos, ex-secretário de Meio Ambiente, por acreditar na juventude agroecológica e gerar tantas oportunidades dentro do município;

ao carinho de todos amigos e amigas que fiz ao longo do mestrado, em especial: Gislene Inoue, Sandra C. Oliveira, Sabrina Viana, Alexandra Pava, Zoraia Moura da Silva, Mirian Silva, Marisa Trinca;

ao apoio, carinho e amizade de Christiane Gasparini Araújo Costa, Mariana Tarricone Garcia, Denise E. Pereira Coelho, Márcia F. Sousa Salandini, Natália Gebrim Doria, Beatriz F. Meie, Nayara Côrtes Rocha, Bete Agrela, Jéssica Vaz, Flavia Negri e demais membros do Grupo de Pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional" da Faculdade de Saúde Pública da USP;

a querida Helena Magalhães Gomes que contribuiu com a facilitação das oficinas de sistematização e muito agregou;

a amiga e terapeuta Laura Cardellini por todo carinho e atenção nos momentos mais difíceis;

aos funcionários da Faculdade de Saúde Pública, em especial Ângela, Antônio, Sonia, Cidinha, Lívia, Edna, Bianca, Valdivia, Irani;

a fidelidade e amor incondicional de meu cachorro Guandu;

ao apoio recebido do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil por meio da concessão de uma bolsa de mestrado para realização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

O universo inteiro

se encontra em evolução.

Ele se expande,

Estrelas explodem,

Mundos surgem, mundos morrem.

Nada fica parado,

tudo é fluir e transformar.

Também eu sou parte

desse desenvolvimento.

Eu não quero me abster

dessa expansão

do amadurecer e do crescer.

Eu quero me tornar sábio

no coração da vida.

(Ulrich Schaffer)

Ribeiro, SM. Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde: a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP. [dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2013.

RESUMO

No Brasil e no mundo, o fenômeno da urbanização nas últimas décadas tem ocasionado diversas mudanças no perfil demográfico, na qualidade de vida e no abastecimento alimentar das populações, além da grave crise ambiental instaurada nas grandes cidades. A agricultura urbana e periurbana de base agroecológica tem se apresentado como uma alternativa para o meio ambiente das cidades e para a saúde das populações urbanas, contribuindo com o desenvolvimento da biodiversidade; para o melhor aproveitamento dos espaços e dos resíduos; para o manejo adequado dos recursos de água e solo e para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (SAN). O presente estudo investigou a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana (PCS), desenvolvido entre 2008 e 2011, no município de Embu das Artes, São Paulo, Brasil sob a ótica da Promoção da Saúde. As ações do projeto ocorreram em diversos espaços urbanos e equipamentos públicos do município. A pesquisa de caráter qualitativo contou com a realização de quatro oficinas de sistematização com atores sociais envolvidos: técnicos dos serviços públicos, participantes e equipe técnica do projeto; entrevista individual com informante-chave e análise documental. A intersetorialidade apresentou-se com um processo desafiador, sendo mais efetiva na base da pirâmide organizacional do poder público municipal. A busca por sustentabilidade foi identificada por meio de ações voltadas às questões econômica, ambiental e de continuidade e fortalecimento do próprio projeto. Verificou-se que projeto buscou fomentar a participação social, desenvolver habilidades pessoais e coletivas e reforçar a ação

comunitária por meio do empoderamento comunitário. O processo educativo contribuiu para a formação de agentes multiplicadores em práticas sustentáveis e criação de espaços saudáveis. Os participantes relataram mudanças nos hábitos alimentares; descoberta de novas espécies comestíveis; acesso a uma alimentação diversificada e melhoria na saúde física e mental após envolvimento nas atividades nas hortas comunitárias. Verificou-se a potencialidade do PCS na elaboração de políticas públicas saudáveis intersetoriais, contribuindo para resultados mais efetivos de melhoria na qualidade de vida das populações, promovendo de forma mais ampla a saúde das pessoas.

Palavras chave: Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana, Agroecologia, Sistematização de Experiências.

Ribeiro, SM. Agroecological Urban Agriculture from the viewpoint of Health Promotion: the experience of the *Harvesting Sustainability* Project - Embu das Artes - SP. [Master's thesis]. São Paulo: Faculty of Public Health, USP; 2013.

In Brazil and worldwide, the phenomenon of urbanization in recent decades has brought about several changes in demographic profiles, quality of life and human food supply, as well as the development of a serious environmental crisis in big cities. Agroecology-based urban and peri-urban agriculture has been presented as a fruitful solution for the affected urban environment and health of urban populations**,** contributing to the development of biodiversity, better utilization of space and waste, proper management of water and soil resources and the strengthening of food security and nutrition (FSN)**.** This study investigated the experience of the project *Harvesting Sustainability: Community Practices for Urban Agriculture and Food Security* (*Projeto Colhendo Sustentabilidade*; PCS), developed between 2008 and 2011 in the town of Embu das Artes, Sao Paulo, Brazil, from the viewpoint of Health Promotion. Project actions took place in several urban spaces and municipal facilities intended for public use. The qualitative research included four systematization workshops, with technical team, public service technicians and community members as participant social actors, as well as individual interview with selection of key informant, and document analysis. Intersectoriality proved to be a challenging process, being more effective at the base of the organizational pyramid of the municipal government. The search for sustainability was identified through actions aimed at economic and environmental issues, and also those related to continuity and strengthening of the project itself. It was found that the project sought to promote social participation, development of personal and collective skills, and strengthening of community action through community empowerment. The educational process contributed to the training of multipliers through sustainable practices, and the creation of healthy spaces. Participants reported changes in eating habits, finding of new edible species, access to a diversified diet and improved physical and mental health after involvement in activities in the community gardens. The potential of the PCS

was identified with respect to development of healthy intersectorial public policies, which contribute to more effective results on improved quality of human life, thus promoting human health in a broader sense.

Keywords: Health Promotion, Food and Nutrition Security, Urban Agriculture, Agroecology, Systematization of Experiences.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO **29**
1.1. CENÁRIO DA PESQUISA 31
1.1.1. O Coletivo “Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano” e o surgimento do Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana 34
1.2. REFERENCIAL TEÓRICO 35
1.2.1. Promoção da Saúde 35
1.2.2. Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar 49
1.2.3. Agroecologia 55
1.2.4. Agricultura Urbana e Periurbana 59
2. OBJETIVOS **66**
2.1. OBJETIVO GERAL 66
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 66
3. METODOLOGIA **67**
3.1. O QUALITATIVO DA PESQUISA 75
3.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA 77
3.3. ASPECTOS ÉTICOS 79
3.4. SISTEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA 79
3.4.1. A 1ª Oficina de Sistematização de Experiência: Resgate da História do Projeto 81
3.4.2. A 2ª Oficina de Sistematização de Experiência: Impacto do Projeto na Vida dos Envolvidos 84
3.4.3. A 3ª Oficina de Sistematização de Experiência: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do Projeto (FOFA) 91
3.4.4. A 4ª Oficina de Sistematização de Experiência: Devolutiva e Validação dos Resultados da Pesquisa 93
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO **95**
4.1. EXPERIÊNCIA DO COLETIVO EPARREH EM EMBU DAS ARTES 95

4.1.1. Da Teoria à Prática: Ações Iniciais no Município de Embu das Artes 96
4.2. HISTÓRICO DO PCS 98
4.2.1. Objetivos do PCS 100
4.2.2. Metas do PCS 100
4.2.3. Sensibilização e Mobilização das Comunidades 101
4.2.4. As Ações Intersetoriais 105
4.2.5. Ação Comunitária 111
4.2.6. A Participação Social 120
4.2.7.O Processo de Capacitação nas Comunidades 124
4.2.8. O Desenvolvimento de Habilidades 127
4.2.9. Implantação dos Sistemas Produtivos Agroecológicos 136
4.2.10. A Criação dos Ambientes Favoráveis à Saúde 142
4.2.11.O Processo de Comercialização 144
4.2.12. As Conquistas e os Resultados do PCS 147
4.2.13. Políticas Públicas Saudáveis 158
4.2.14. Das Dificuldades ao Aprendizado. 159
4.2.15. Encerramento do PCS 162
4.2.16. A Sustentabilidade no PCS 163
4.3. FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS (FOFA) 168
4.4. O ESTADO ATUAL DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES 181
4.5. DEVOLUTIVA E VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA 189
5. CONCLUSÕES 196
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 209
7. REFERÊNCIAS 214
ANEXOS
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista com Informante-Chave 227
Anexo 2 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/FSP 228
Anexo 3 – Declaração de Anuência e Termo de Compromisso da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes 229

Anexo 4 – Declaração de Anuência e Termo de Compromisso da Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) 230
Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Informante-Chave 231
Anexo 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participantes das Oficinas de Sistematização 233
Anexo 7 – Planilha sobre a Linha do Tempo da Oficina de Sistematização I - Resgate da História do Projeto 235
Anexo 8 – Novo Plano Diretor – Lei Complementar 186 de 20/04/12 237
CURRÍCULO LATTES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Determinantes Sociais: Modelo de Dahlgren e Whitehead	39
Figura 2	Momento inicial da 1ª Oficina de Sistematização	82
Figura 3	Formação da linha do tempo da 1ª Oficina de Sistematização	83
Figura 4	Leitura do registro individual na 2ª Oficina de Sistematização	85
Figura 5	Compartilhamento dos registros individuais nos subgrupos	85
Figura 6	Apresentação dos trabalhos coletivos dos subgrupos	86
Figura 7	Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização	87
Figura 8	Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização	87
Figura 9	Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização	88
Figura 10	Anotações do grupo 2 durante a 2ª Oficina de Sistematização	89
Figura 11	Anotações do grupo 3 durante a 2ª oficina de Sistematização	89
Figura 12	Anotações do grupo 4 durante a 2ª oficina de sistematização	90
Figura 13	Anotações do grupo 5 durante a 2ª oficina de sistematização	90
Figura 14	Orientação da facilitadora durante a 3ª Oficina de sistematização	91
Figura 15	Atividade em grupos	92
Figura 16	Apresentação de um dos subgrupos	92
Figura 17	Atividade Prática na UBS Itatuba	102
Figura 18	Movimenta Itatuba	103
Figura 19	Horta Comunitária do Parque do Lago Francisco Rizzo	137
Figura 20	Atividade Prática no Parque do Lago Francisco Rizzo	138
Figura 21	Atividade no Parque do Lago Francisco Rizzo	138
Figura 22	Vista do terreno de Itatuba	139
Figura 23	Atividade prática no Sistema Produtivo de Itatuba	139
Figura 24	Comercialização do Empreendimento Elo da Terra	145
Figura 25	Comercialização em eventos pontuais no Parque	145

Figura 26 Feira Agrossustentável de Embu das Artes no Parque 147
Figura 27 Construção de composteira no Itatuba 151
Figura 28 Horta Comunitária da UBS do Jardim Santa Emilia 160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Metas do PCS	100
Quadro 2	Perfil dos Sistemas Produtivos Agroecológicos	141
Quadro 3	Espécies cultivadas no sistema produtivo de Itatuba	149
Quadro 4	Dados quantitativos de participação no PCS -Primeira Fase	154
Quadro 5	Descrição das Categorias FOFA	170
Quadro 6	Matriz FOFA validada na 4ª Oficina de Sistematização	175
Quadro 7	Hortas comunitárias ativas	184

SIGLAS UTILIZADAS

AOAU	Articulação Oeste de Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periubana
APP	Áreas de Preservação Permanente
APA	Área de Proteção Ambiental
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CGAU	Coordenação Geral da Agricultura Urbana
CGAAU	Coordenação Geral de Apoio a Agricultura Urbana
CIARA	Fundação CIARA de Capacitação e Inovação para Apoiar a Revolução Agrária (do espanhol: *Fundación CIARA - Capacitación e Innovación para Apoyar la Revolución Agraria)*
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de Embu das Artes
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Embu das Artes
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COMAM	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Embu das Artes
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CAPS AD	Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEISP	Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DPSD	Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
EPARREH	Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano
ENDEF	Estudo Nacional de Despesas Familiares

FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (do inglês: *Food and Agriculture Organization*)
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
GNAU	Grupo Nacional de Agricultura Urbana
IPEA	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDRC	*International Development Research Center*
IPES	*Promoción Del Desarrollo Sostenible*
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LUARES	Laboratório Urbano de Agroecologia e Referência em Agricultura Urbana e Educação Socioambiental
MPPAT	Ministério do Poder Popular para Agricultura e Terras (do espanhol: *Ministerio del Poder Popular para la Agricultura y Tierras*)
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Projeto Colhendo Sustentabildade
PESA	Programa Especial para a Segurança Alimentar da FAO
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PROCAM	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROMAS	Programa Municipal de Agricultura Sustentável de Embu das Artes
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RH	Recursos Humanos

RUAF	Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (em inglês: *Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security*)
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SGUA	*Support Group on Urban Agriculture*
SESAN	Secretaria de Segurança de Alimentar e Nutricional
SEAE	Sociedade Ecológica Amigos de Embu
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
TUAN	*The Urban Agriculture Network*
UNDP	*United Nations Development Programme*
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UBPC	Unidades Básicas de Produção Cooperativa
UBS	Unidade Básica de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

A escolha por sistematizar a experiência do Projeto Colhendo Sustentabilidade (PCS) foi ao mesmo tempo um grande presente e um enorme desafio.

Um presente, daqueles considerados “surpresa” que quando menos esperamos eles aparecem em nossas vidas e devem ser acolhidos com todo amor e dedicação; um desafio por ter exigido de mim o discernimento e o esforço para exercer meu papel de pesquisadora e de sujeito da experiência, vivenciando angústias, emoções, dificuldades, juntamente com os demais envolvidos no processo.

Meu envolvimento com o trabalho se iniciou em 2004 com minha participação pontual no Coletivo EPARREH (Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano). Em 2007, passei a atuar voluntariamente na Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) nas atividades socioambientais.

Essa oportunidade me levou a participar de diversos cursos, palestras, seminários e vivências junto às comunidades da periferia de Embu das Artes, além da participação no Programa “Educação para o Desenvolvimento Sustentável para Líderes Comunitários e Especialistas na Promoção de uma Sociedade Sustentável”, realizado em Tóquio, Japão, no ano de 2008.

Perguntei-me por diversas vezes “*por onde começar?”* e “*por que havia chegado aonde cheguei?”*, e ainda, “*o que me levou a estar tão próxima ao contexto estudado, mas ao mesmo tempo tão distante?”*.

Após algumas leituras, compreendi que era perfeitamente possível exercer ambos os papéis: a de pesquisadora que olha de longe e de fora e a de sujeito da experiência, que observa de perto e de dentro.

A partir de profunda reflexão, consegui encontrar respostas às minhas próprias perguntas. A primeira e a segunda resposta se relacionam à minha origem familiar, filha de pais nordestinos, que foram para a cidade grande em busca de alguma oportunidade na vida; pessoas simples que passaram muitas dificuldades para criar os filhos e se enquadrar em uma nova cultura.

A oportunidade de contribuir com a elaboração de um projeto de agricultura urbana para o município de Embu das Artes em 2007 me fez acessar minhas raízes, pois à medida que participava das atividades de campo, visitando e identificando famílias que praticavam agricultura, mergulhava em minhas origens através do modo de falar das pessoas, das comidas que me eram servidas, das histórias contadas. Cada contato me proporcionava um resgate, seja de minha própria vida, seja da vida de meus pais, surgindo com essa identificação a terceira resposta para minhas perguntas iniciais.

O envolvimento como educadora nas atividades práticas do PCS não foi diferente. A cada história de vida contada por um dos participantes, a cada receita culinária compartilhada, a cada indicação de uma erva medicinal me identificava e me conectava com aquela sabedoria popular, muitas vezes semelhante à de meus pais. Foi assim durante todo o período em que acompanhei o trabalho de campo.

Durante a primeira fase do projeto, tive a oportunidade de acompanhar os encontros dos grupos do Parque do Lago Francisco Rizzo e do Bairro do Itatuba. O mesmo não ocorreu na segunda fase do projeto, da qual me afastei para me dedicar aos assuntos administrativos do projeto e para iniciar o mestrado.

De 2009 a 2011, fui conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes, participando ativamente desse conselho, inclusive exercendo no último ano, o papel de presidente interina do Conselho. Essa experiência contribuiu para que aumentasse meu interesse pelas temáticas estudadas na pesquisa.

Desde setembro de 2011 passei a me dedicar exclusivamente à pesquisa científica, afastando-me do projeto e consequentemente da SEAE e da Prefeitura de Embu das Artes.

Recebi apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realizar a presente pesquisa e sou membro do grupo de pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar” da Faculdade de Saúde Pública da USP, que tem como uma das linhas de pesquisa a Agricultura Urbana.

Finalizo dizendo que o meu interesse pela pesquisa surgiu em 2007 com os primeiros contatos que tive com as agricultoras e agricultores urbanos de Embu das Artes, sendo a realização do mestrado apenas uma etapa formal de meu desenvolvimento profissional e acadêmico e também parte de meu compromisso com a transformação socioambiental do planeta.

1. INTRODUÇÃO

A urbanização da população mundial nas últimas décadas trouxe várias mudanças no perfil demográfico, na qualidade de vida e no abastecimento alimentar das populações.

No Brasil, segundo PORTO-GONÇALVES (2004), a maior parte da população vive atualmente em cidades, resultando numa crescente degradação das condições de vida e numa grave crise ambiental. No cenário global a questão agrária tem se tornado também uma questão urbana face à necessidade de abastecimento alimentar a todas as populações do planeta.

Diante disso, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem se apresentado como uma alternativa para o meio ambiente e para a saúde humana por constituir importante forma de suprir os sistemas urbanos de produção alimentar, relacionando-se à segurança alimentar e nutricional (SAN) e ao desenvolvimento da biodiversidade, proporcionando melhor aproveitamento dos espaços e manejo adequado dos recursos do solo e da água (DIAS, 2000; MOUGEOT, 2000).

A AUP tem se desenvolvido no mundo de diferentes maneiras. São inúmeras as razões que contribuem para sua expansão, entre as quais destacamos: geração de trabalho e renda, autoconsumo e SAN.

No Brasil, organizações da sociedade civil vêm, ao longo dos últimos anos, realizando diversas experiências, seja por iniciativa própria ou em parceria com o poder público, no âmbito municipal, estadual ou federal.

Na esfera municipal, inúmeros são os exemplos de projetos e programas (hortas comunitárias em terrenos urbanos, feiras de produtores para a comercialização direta nos centros das cidades, pequenas agroindústrias e cooperativas urbanas processadoras de alimentos) que contribuem para o fortalecimento dessa atividade (MACHADO e MACHADO, 2002).

A saúde, por sua vez, está diretamente ligada às condições alimentares e ambientais, em especial, no contexto das comunidades em situações de vulnerabilidade social. De acordo com MACHADO e MACHADO (2002), boa parte de quintais domésticos e terrenos baldios, em áreas periféricas, são destinados ao acúmulo de lixo e entulho. A limpeza dessas áreas para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo inclusive a proliferação de algumas doenças, como os roedores e os insetos.

Outros debates têm sido demandados pela sociedade contemporânea girando em torno da temática ambiental e dos determinantes da saúde, como as frequentes contaminações por substâncias químicas utilizadas nos processos de produção e fabricação de alimentos e o uso predatório e abusivo da natureza, em função das demandas do mercado, desconsiderando os desequilíbrios ecológicos e a sustentabilidade das operações, refletindo numa crise vivenciada pelo atual modelo de desenvolvimento (NAVOLAR *et al.*, 2010).

Para NAVOLAR *et al.* (2010), investigações sobre iniciativas concretas de âmbito local podem contribuir para divulgar ações que promovam a transformação de determinada realidade a partir do envolvimento das pessoas com a produção alimentar, impactando positivamente a saúde humana e produzindo ambientes mais saudáveis.

Esta investigação apresenta e analisa o projeto de agricultura urbana agroecológica Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar (PCS), desenvolvido no município de Embu das Artes, São Paulo, Brasil, entre 2008 e 2011 utilizando a sistematização de experiência proposta por JARA-HOLLIDAY (1996).

De acordo com BUSS e PELLEGRINI (2007), a definição de saúde, elaborada pela OMS, como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doença, é uma concepção bastante ampla da saúde, indo além do enfoque centrado na doença. Assim, diante do atual

debate sobre essa concepção mais ampla de saúde, esta pesquisa se justificafrente à necessidade de aprofundamento de temas que inter-relacionam a tríade “alimentação-saúde-meio ambiente”.

A escolha de Embu das Artes como cenário da pesquisa se deu pelo fato do município agregar diversas atividades desenvolvidas na área da agricultura urbana agroecológica, entre elas o PCS, objeto desta pesquisa.

A partir das observações pessoais da pesquisadora, com foco na área da saúde, e análise dos dados coletados foram sendo revelados, ao longo da análise, reflexos da experiência estudada nas áreas da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a influência do PCS no estabelecimento da agricultura urbana agroecológica enquanto política pública em um município da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A intenção de sistematizar uma experiência, segundo JARA-HOLLIDAY (1996: p.35), está no desejo de “se obter uma compreensão mais aprofundada das experiências que realizamos com o objetivo de se melhorar a própria prática; compartilhar com outras práticas semelhantes os ensinamentos surgidos com a experiência e conduzir à reflexão teórica os conhecimentos surgidos de práticas sociais concretas”.

E por fim contribuir também com a produção de conhecimento nas áreas estudadas, pois ainda são escassos os trabalhos científicos que analisam a agricultura urbana agroecológica sob a ótica da Promoção da Saúde.

1.1. CENÁRIO DA PESQUISA

O município de Embu das Artes, localizado na região metropolitana de São Paulo, foi cenário de uma experiência de agricultura urbana e periurbana, baseada nos princípios da agroecologia e da educação popular, envolvendo setores diversos da administração local e a sociedade civil.

A experiência se deu por meio da implantação do Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana (PCS) que será detalhado mais adiante.

Sob a influência da RMSP, a população do município de Embu das Artes teve um crescimento significativo desde 1970, atingindo em 2011, segundo estimativas do Censo Demográfico do IBGE-2011, uma população equivalente a 240.237 habitantes em uma área de aproximadamente 70,08 km² (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2012).

Semelhante à RMSP, Embu das Artes sofreu com ocupação, exploração e depredação de seu patrimônio cultural e natural com a chegada dos portugueses em 1554 (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

Além da biodiversidade da região, que será detalhada a seguir, o município apresenta duas realidades bem distintas: a primeira, localizada na zona oeste do município, uma cidade repleta de fauna e flora, arte e cultura; a segunda, atravessando a rodovia Régis Bittencourt, que corta o município, há uma profunda mudança socioambiental, marcada por um crescimento desordenado e ocupações urbanas em áreas de risco.

O município possui uma herança cultural riquíssima: já na época dos jesuítas produziram as primeiras esculturas no século XX, consequência da chegada de artesãos e do nascimento do movimento artístico existente até hoje na cidade (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

Em termos ambientais, Embu das Artes possui 59% de sua área sob a Lei de Proteção aos Mananciais. Inserido nas Bacias Hidrográficas dos rios: Cotia, Embu Mirim e Pirajussara, o município está integrado às Reservas da Biosfera da Mata Atlântica e do Cinturão Verde da cidade de São Paulo e possui 22% de seu território declarado como Área de Proteção Ambiental, a “APA Embu-Verde” (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

O município tem aproximadamente 11,9 km^2 (17,5%) de Áreas de Proteção Permanentes (APPs), porém, boa parte já alteradas e ocupadas de forma irregular. As matas ciliares estão localizadas em áreas de APPs, pois correspondem ao tipo de vegetação que margeia os corpos d'água (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

A APA Embu-Verde, que ocupa uma área de 15,7 km^2 do município, é fruto do esforço coletivo da sociedade civil organizada que se mobilizou, ao longo do ano de 2008, para a criação de uma Área de Proteção Ambiental, com o objetivo de proteger e ao mesmo tempo ordenar o crescimento da região da Bacia do Rio Cotia (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

A APA Embu-Verde é considerada um patrimônio da cidade por abrigar fragmentos de Mata Atlântica com uma grande biodiversidade e espécies ameaçadas de extinção. Além da riqueza ambiental, esta região oferece potencial de desenvolvimento social e econômico autossustentáveis, se a gestão local estiver associada à conservação dos recursos naturais (PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES, 2008).

Esta área foi ainda palco de um acirrado debate entre poder público municipal e sociedade civil organizada, pois com a revisão do plano diretor da cidade, a minuta inseriu indústrias e galpões de logística na APA Embu-Verde e na Área de Proteção aos Mananciais da Guarapiranga, sem um estudo prévio dos impactos ambientais que isto causaria (SOCIEDADE ECOLÓGICA AMIGOS DE EMBU, 2011).

1.1.1. O Coletivo “Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano” e o surgimento do Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana

O Coletivo “Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano” (EPARREH), que deu origem ao PCS, surgiu em 2004 como um grupo de estudos da Universidade de São Paulo (USP), reunindo estudantes de diversas áreas do conhecimento e migrando, posteriormente, para ações práticas em uma comunidade de Embu das Artes.

O PCS se desenvolveu no período de 2008 a 2011, dividido em duas fases: a primeira ocorrida entre novembro de 2008 e janeiro de 2010 por meio da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Prefeitura de Embu das Artes e organização não-governamental Sociedade Ecológica Amigos do Embu (SEAE); a segunda ocorrida de abril de 2010 a setembro de 2011 através do convênio estabelecido entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE. Nas duas fases, a ONG foi responsável pela execução técnica do projeto.

Os recursos financeiros do PCS, provenientes dos convênios das duas fases, propiciaram a aquisição de materiais e equipamentos; ajuda de custo de transporte aos participantes e pagamento da equipe técnica. Na primeira fase, o atraso decorrente de trâmites administrativos adiou a compra de materiais (ferramentas, sementes, insumos) e com isso parte dos equipamentos só pode ser plenamente utilizado na segunda fase do projeto.

Tanto o histórico do Coletivo EPARREH quanto o do PCS, bem como a descrição de como ocorreu a transição de um projeto de extensão universitária para um projeto de cunho institucional serão detalhados ao longo da seção dos resultados e discussão.

1.2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é o da Promoção da Saúde, porém, são abordadas, de modo articulado e complementar, as temáticas da Agricultura Urbana, Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pois todas dialogam com a experiência analisada.

1.2.1. Promoção da Saúde

A Promoção da Saúde como movimento e seus pressupostos podem ser relacionados às preocupações do movimento sanitário europeu ainda no século XIX, em que os governos locais e as associações eram indicados como importantes agentes no equacionamento dos problemas de saúde (WESTPHAL, 2008).

A expressão “Promoção da Saúde” foi utilizada pela primeira vez em 1945, pelo canadense, historiador e médico, Henry E. Sigerist, que a colocava entre as quatro áreas essenciais da medicina (TERRIS, 1996).

No campo da Saúde Pública, a Promoção da Saúde surgiu formalmente em 1974, no Canadá, a partir da divulgação do documento intitulado de Nova Perspectiva sobre a Saúde dos Canadenses, também conhecido como Relatório Lalonde, publicado por Marc Lalonde (LALONDE, 1996). Esse documento propunha mudanças radicais no setor saúde, com dois grandes objetivos: reduzir o risco de doenças mentais e físicas, e melhorar o acesso da população a uma adequada atenção à saúde (TERRIS, 1996)

Outro documento que marcou a história da Promoção da Saúde foi a Carta de Ottawa, resultado da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ocorrida em 1986, no Canadá. Este documento foi inspirado nos princípios da Declaração de Alma-Ata, produto da Conferência Internacional

sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em 1978, no Cazaquistão e no documento “Saúde para todos no ano 2000” da OMS (MS, 1996).

A Conferência ocorrida no Canadá definiu que a “promoção da saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo” (MS, 1996). O documento enfatiza, ainda, um estado de completo bem-estar físico, mental e social, de modo que os indivíduos sejam capazes de identificar aspirações, satisfazer suas necessidades, modificar o ambiente quando necessário e controlar os fatores determinantes da saúde, em direção à equidade (MS, 1996).

Nas conferências internacionais de Promoção da Saúde começou a surgir um interesse cada vez maior sobre as questões socioambientais face às constantes ameaças que vem sofrendo o meio ambiente.

Em 1991, na Suécia, a Conferência de Sundsvall conclamou a todos os povos, nas diferentes partes do globo a se engajarem ativamente na promoção de ambientes mais favoráveis à saúde. Ao examinar conjuntamente a situação atual da saúde e do meio ambiente, essa conferência mostrou a situação de milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza e privação, em um ambiente altamente degradado que ameaça cada vez mais a saúde (PELICIONI, 2005).

Em 2010, em Genebra, na Suíça, a Conferência de Educação e Promoção da Saúde destacou como prioridade a necessidade de realizar ações conjuntas de promoção da saúde e de desenvolvimento social face à dinâmica do mundo globalizado, em termos de modernização e urbanização (IUHPE, 2010).

Neste evento, firmou-se o compromisso de se criar uma ponte entre a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de três estratégias: a) apresentar e debater conhecimentos recentes e temas transversais para a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável; b) identificar e discutir as melhores práticas de promoção da

saúde, com ênfase na sustentabilidade; c) estabelecer alianças e parcerias para promover políticas e práticas sólidas que tenham repercussões positivas na saúde das pessoas, das sociedades e do planeta (IUHPE, 2010).

Em relação ao meio urbano, foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que a temática da saúde urbana ganhou mais evidência por se relacionar com o movimento de Promoção da Saúde. Algumas conferências desempenharam papel fundamental para que a questão entrasse definitivamente para o debate na área da Saúde de maneira intersetorial (RESTREPO, 2001.b).

Entre as conferências de Promoção da Saúde que mais debateram a questão da saúde urbana destacam-se: a Conferência de Ottawa, no Canadá, em 1986; a Conferência de Adelaide, na Austrália, em 1988; a Conferência de Sundsvall, na Suécia, em 1990; a Conferência de Santa Fé de Bogotá, na Colômbia, em 1992 e a Conferência de Jacarta, na Indonésia, em 1997 (RESTREPO, 2001.c).

No Brasil, a melhoria da qualidade de vida de sujeitos e coletividades está entre as prioridades do modelo de atenção à saúde, forçando o governo federal a investir cada vez mais na formulação, implementação e concretização de políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde (MS, 2006).

No entanto, no âmbito local, os maiores desafios dos munícipios são a satisfação das necessidades básicas da população como educação, saúde, bem-estar, SAN, saneamento básico, habitação, lazer, saúde mental e entornos saudáveis, o que requer uma priorização nos investimentos públicos e o desenvolvimento de verdadeiros processos de participação social e fortalecimento da ação comunitária.

A saúde é resultado dos modos de organização da produção, do trabalho e da sociedade em determinado contexto histórico e o modelo biomédico não consegue modificar os condicionantes nem determinantes mais amplos desse processo, operando um modelo de atenção e cuidado marcado, na maior parte das vezes, pela centralidade dos sintomas (MS, 2006).

De acordo com Ministério da Saúde (2006), os sujeitos e comunidades continuam sendo responsabilizados pelas várias mudanças ocorridas no processo saúde-adoecimento. Porém, numa perspectiva mais ampliada de saúde, como definida pelo movimento da Reforma Sanitária brasileira, pelo SUS e pelas Cartas de Promoção da Saúde, acredita-se que:

> os modos como sujeitos e coletividades elegem determinadas opções de viver como desejáveis, organizam suas escolhas e criam novas possibilidades para satisfazer suas necessidades, desejos e interesses pertencentes à ordem coletiva, uma vez que seu processo de construção se dá no contexto da própria vida (MS, 2006: p.11).

A partir da prévia reflexão, concordamos com a seguinte afirmação: "os modos de viver não se referem apenas ao exercício da vontade e/ou liberdade individual e comunitária" como tem se colocado (MS, 2006: p.11). Com efeito, é proposto na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que:

> as intervenções em saúde ampliem seu escopo, tomando como objeto os problemas e as necessidades de saúde e seus determinantes e condicionantes, de modo que a organização da atenção e do cuidado envolva, ao mesmo tempo, as ações e os serviços que operem sobre os efeitos do adoecer e aqueles que visem ao espaço para além dos muros das unidades de saúde e do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e das coletividades no território onde vivem e trabalham (MS, 2006: p.11).

Outro ponto evidenciado pela PNPS se refere à saúde enquanto produção social de determinação múltipla e complexa, a qual exige a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos em sua produção, usuários e trabalhadores da área da Saúde; representantes de movimentos sociais; gestores do setor sanitário e de outros setores na análise e na formulação de ações que visem à melhoria da qualidade de vida (MS, 2006).

A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (*World Conference on Social Determinants of Health*), ocorrida no final de 2011, reafirmou que as desigualdades em cada país e entre os países podem ser evitadas por meio de ações equitativas para promoção da saúde, e que agir sobre os determinantes sociais da saúde (DSS) de forma coletiva implicam em:

“melhorar as condições de vida; combater a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; e medir a magnitude do problema, compreendê-lo e avaliar o impacto das intervenções.” (WHO, 2011: p. 1).

Assim, estratégias de promoção da saúde devem por uma compreensão de determinção social da saúde, o que requer diferentes níveis de intervenção (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007). Nesse sentido, os modelos que pretendem explicar os Determinantes Sociais da Saúde podem ser uma interessante ferramenta para o desenvolvimento de políticas e programas para a equidade em saúde (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007).

O modelo de *Diderichsen e Hallqvist,* de 1998, adaptado por *Diderichsen, Evans e Whitehead* (2001) enfatiza a estratificação social gerada pelo contexto social, que confere aos indivíduos posições sociais distintas, as quais por sua vez provocam diferenciais de saúde (BUSS e PELLEGRINI, 2007). Já o modelo de Dahlgreen e Whitehead, formulado em 1991, é um esquema que permite visualizar as relações hierárquicas entres os diversos determinantes da saúde, apresentando diversas esferas, que vão desde uma camada basal, onde estão presentes características individuais, até uma camada distal na qual se situam os macrodeterminantes; este modelo, entretanto, não apresenta as relações entre uma camada e outra (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007), como segue na Figura 1.

Figura 1 – Determinantes sociais: modelo de Dahlgren e Whitehead

Extraído de: Buss e Pellegrini, 2007.

A Promoção da Saúde enfatiza a necessidade do processo de produção do conhecimento e das práticas nesse campo e sinaliza para a real importância da construção e da gestão compartilhada das políticas públicas dos entes federados, fazendo com que esse setor se comprometa com a articulação intersetorial, sendo uma de suas responsabilidades, convocar os demais setores para considerar a avaliação e os parâmetros sanitários quanto à melhoria da qualidade de vida da população quando forem construir suas políticas específicas (MS, 2006).

A Promoção da Saúde é caracterizada pela OMS como iniciativas, programas e atividades planejadas e executadas de acordo com os seguintes princípios: concepção holística; intersetorialidade; participação social e sustentabilidade e de seus campos de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; reforço da ação comunitária; criação de espaços saudáveis; desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde (OMS, 1996; WHO, 1998; JUNQUEIRA, 1998; MS, 2001; WESTPHAL e ZIGLIO, 1999; WESTPHAL, 2000).

Dentre os princípios da Promoção da Saúde, a **concepção holística,** determina que as iniciativas de promoção fomentem a saúde física, mental, social e espiritual, pressupondo uma compreensão ampliada de saúde, em que seja envolvida nesta proposta a população como um todo, ao invés de focar o trabalho para grupos de risco para doenças específicas (SICOLI e NASCIMENTO, 2003).

Nessa perspectiva, a saúde é entendida com um fenômeno produzido socialmente, cabendo ações de âmbito coletivo no cotidiano da população, indo além da assistência médica curativa, enfatizando-se, portanto, a determinação social, econômica e ambiental, mais do que a biológica ou mental da saúde (SICOLI e NASCIMENTO, 2003).

A **intersetorialidade**, ainda em fase de amadurecimento no país em termos teóricos e práticos, é entendida por JUNQUEIRA (1998) como a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na

avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas com vistas ao desenvolvimento e inclusão social.

Segundo MENDES e FERNANDEZ (2004), esta ação requer um amplo processo de inclusão para a apreensão e transformação de qualquer realidade, sendo necessário um grande esforço para que ocorra uma interação de diferentes saberes e atores sociais com foco nas relações horizontais, favorecendo e promovendo um **processo dialógico contínuo** em que todos tenham voz e sejam protagonistas das mudanças sociais necessárias.

Sposati (2006), *apud* NASCIMENTO (2010, p. 101), entende "a intersetorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas".

A construção efetiva da intersetorialidade pressupõe uma firme e clara decisão de incluir todos os atores sociais na identificação, análise dos problemas e necessidades de um dado território, além de propor estratégias pactuadas para solucionar tais problemas em espaços com distintos interesses e diversidade de valores (MENDES, 1996).

Na visão de INOJOSA e JUNQUEIRA (1997) a intersetorialidade é compreendida como articulação de saberes e experiências na identificação participativa de problemas coletivos e decisões integradas sobre políticas e investimentos públicos, galgando retornos sociais com efeito sinérgico, visando o desenvolvimento econômico-social e a superação da exclusão social. Os autores ressaltam também a valiosa participação de políticos, acadêmicos e técnicos para a integração e interação de saberes entre si e destes com a população.

Com relação à **participação social**, esta é fomentada por meio da capacitação das comunidades ou educação em saúde, estimulando o acesso contínuo à informação e aprendizagem em torno de questões relacionadas à

saúde da própria população e está fortemente ligada ao conceito de empoderamento (MACHADO *et al.*, 2010).

O ideário da Promoção da Saúde trabalha com a ideia de “responsabilização múltipla”, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para os mesmos, combinando: “ações do Estado (políticas públicas saudáveis); da comunidade (reforço da ação comunitária); de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais); do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde); e de parcerias intersetoriais.” (BUSS, 2000: p. 165).

Concordamos com MACHADO *et al.* (2010) quando afirmam que educação em saúde desempenha um importante na área da Saúde, desenvolvendo-se como instrumento de desenvolvimento de políticas públicas saudáveis, reforçando ações nas comunidades e desenvolvendo habilidades pessoais.

Nesse sentido, Educação em Saúde é entendida como “(...) um processo que, ao fazer uso da comunicação, busca conferir às pessoas conhecimentos e aptidões para que estas possam fazer escolhas sobre sua saúde, despertando a consciência crítica e reconhecendo os fatores que influenciam a saúde (...).” (MACHADO *et al.*, 2010: p.2134).

Retomando o conceito de participação social, BÓGUS e WESTPHAL (2007) a entendem como "o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, gestão e usufruto de bens e serviços de uma sociedade historicamente determinada".

A participação social também é definida pela OMS como o envolvimento dos atores diretamente interessados, membros da comunidade e organizações afins, formuladores de políticas públicas, profissionais da saúde e de outros setores e agências nacionais e internacionais, no processo de eleição de prioridades, tomada de decisões, implementação e avaliação das iniciativas (SICOLI e NASCIMENTO, 2003).

Segundo MÁLAGA e RAMÍREZ (2001) os processos participativos, cujo objetivo seja empoderar indivíduos e coletivos, permite aos excluídos o

exercício de um poder de grupo, promovendo melhoria das condições de vida, participação nos governos e, sobretudo, focalização de um poder igualitário em que as pessoas se unam para atingir uma meta comum, assegurando benefícios a todos com direitos e obrigações, respeitando a autonomia de todos no nível individual e coletivo.

O incremento do poder técnico e político das comunidades (empoderamento) na fixação de prioridades, na tomada de decisões e na definição e implementação de estratégias contribui para que se alcance um melhor nível de saúde, essencial nas iniciativas de promoção da saúde (BUSS, 2000).

O conceito de **empoderamento** dos indivíduos e coletivos está presente nas definições de “saúde” e da “promoção da saúde” e na essência das suas estratégias no que se refere à participação comunitária, à educação em saúde e às políticas públicas saudáveis (CARVALHO e GASTALDO, 2008).

Segundo CARVALHO e GASTALDO (2008), a Promoção da Saúde busca por meio do empoderamento possibilitar aos indivíduos e coletivos um aprendizado que os torne capazes de viver a vida em suas distintas etapas e de lidar com as limitações impostas por eventuais enfermidades. Estas ações relacionadas ao empoderamento devem ser realizadas em diversos locais, entre os quais citamos a escola, o lar, o trabalho e a comunidade.

MÁLAGA e RAMÍREZ (2001) acreditam que os excluídos devem se conscientizar de sua falta de oportunidade para participar das tomadas de decisões e também terem consciência de que as intervenções de outros setores podem igualmente afetar a saúde, ou até mais do que próprio setor saúde. O empoderamento de uma comunidade inclui ainda um alto nível de empoderamento psicológico, sendo este atingido, após uma ativa participação dos grupos, além do empoderamento político ligado à participação em decisões favoráveis à comunidade ou grupo (MÁLAGA e RAMÍREZ, 2001).

Swift e Levin (1987), *apud* MÁLAGA e RAMÍREZ (2001), argumentam que uma pessoa se empodera, quando: reconhece sua falta de poder; sente a

inequidade existente; através da interação social, realizando parcerias com pessoas que compactuem de seus ideais.

MÁLAGA e RAMÍREZ (2001) chamam a atenção para o fato de que diferentes grupos são excluídos através de toda a história da humanidade por diversas razões (culturais, sociais, econômicas e políticas) aparecendo como um fator primordial de exclusão o acesso à informação.

O princípio da **equidade**, de acordo com o Ministério da Saúde, consiste em “eliminar diferenças desnecessárias, evitáveis e injustas que restringem as oportunidades para se atingir o direito de bem-estar.” (MS, 2001; p. 28).

A Carta de Ottawa afirma seu compromisso com a **equidade** ao pronunciar que:

> la promoción de la salud se centra en alcanzar la equidad sanitaria. Su acción se dirige a reducir las diferencias en el estado actual de la salud y a asegurar la igualdad de oportunidades y proporcionar los medios que permitan a toda la población desarrollar al máximo su salud potencial (OMS, 1996: p.368).

Este princípio demonstra que a Promoção da Saúde vai além do setor Saúde, incluindo todos os setores, devendo estar inserida na visão e na decisão dos detentores do poder público, responsáveis pela elaboração e execução de todas as políticas públicas relacionadas direta ou indiretamente à saúde, assumindo dessa forma relação com a política, a economia, o meio ambiente e os fatores socioculturais (além dos biológicos), de modo que todos estes fatores sejam favoráveis à saúde (OMS, 1996).

Por fim, a **sustentabilidade**, também considerada com um dos princípios da Promoção da Saúde, visa à criação de iniciativas que estejam de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável e a garantia de um processo duradouro e forte (WESTPHAL e ZIGLIO, 1999).

A continuidade das políticas de promoção de saúde, por se tratar de iniciativas de natureza complexa, envolve processos coletivos de transformação com impacto a médio e longo prazo e a sustentabilidade tem

ocupado um papel central na reflexão acerca das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que visam garantir equidade e articular ações entre o global e o local (SICOLI e NASCIMENTO, 2003).

Para JACOBI (1999) a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte. Mas, também se associa a uma premissa da garantia de sustentação econômico-financeira e institucional.

Entre os **campos de ação** da Promoção da Saúde, as **políticas públicas saudáveis** ganharam destaque na Conferência de Adelaide, em 1988, na Austrália, e têm por objetivo minimizar as desigualdades por meio de ações sobre os determinantes dos problemas de saúde, nos múltiplos setores onde elas se localizam, sendo consideradas umas das principais estratégias dessa área (WESTPHAL, 2000).

Para RESTREPO (2001.a), são políticas com forte influência nos determinantes sociais e usualmente se originam em diversos setores e não necessariamente na área da saúde, porém têm efeito crucial na saúde das atuais e futuras gerações, sendo responsáveis por modelar tanto os padrões de vida moderna como dos ambientes.

A construção destas políticas conta com certos mecanismos para ativar tais processos que derivam de trabalhos oriundos da saúde pública, entre os quais se destacam: o *advocacy*[1] para chamar a atenção e trabalhar por causas de interesse comum; os mecanismos para incentivar a participação cidadã e o diálogo entre sociedade e governo, em especial, em nível local, para a identificação de problemas que requerem a formulação e implementação de políticas públicas saudáveis (RESTREPO, 2001.a).

[1] O termo *Advocacy* tem sido utilizado em inglês mesmo no Brasil. Dentro de uma conceituação mais ampla o termo denota a iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse e de articulações, mobilizadas por organizações da sociedade civil, com o objetivo de proporcionar maior visibilidade a determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade.

Sob este ponto de vista, o processo de construção das políticas públicas saudáveis requer aplicação de instrumentos técnicos e metodológicos, de informação, educação e comunicação social, necessários para levar os problemas sociais prioritários àqueles que decidem sobre as políticas públicas (RESTREPO, 2001.a).

Para BUSS (2000), a promoção da saúde é estimulada com a formulação e implementação de políticas públicas saudáveis, o que implica na construção da prioridade para a saúde entre gestores e políticos de todos os setores com enfoque de responsabilização pelas consequências das políticas sobre a saúde da população.

Além disso, as ações de promoção da saúde, segundo Pedrosa (2004), *apud* MENDES e SACARDO (2012), incluem os indivíduos, suas famílias, condições de trabalho, renda, alimentação, estilos de vida, lazer e ações que decorrem da formulação de políticas públicas que possibilitem aos indivíduos e comunidades a realização de escolhas em prol da saúde, além das intervenções provenientes das articulações intersetoriais e participação social, voltadas para o direito à saúde, na direção de uma melhoria nas condições de vida.

O **reforço da ação comunitária** é entendido como um processo que envolve a participação social de atores do Estado e da sociedade civil na elaboração e controle das ações, iniciativas e programas de Promoção da Saúde, tendo como resultado o **empoderamento** da comunidade (WESTPHAL, 2006).

De acordo com a Carta de Ottawa (OMS, 1996), prioriza-se nesse campo o fortalecimento das organizações comunitárias, a redistribuição de recursos, informações e o empoderamento coletivo ou maior autonomia dos setores que estão à margem do processo de tomada de decisões para que se fortaleçam e pressionem a abertura do aparato estatal ao controle social.

A Conferência de Jacarta, realizada na Indonésia em 1998, deu destaque para este campo de ação com o subtítulo “novos atores para uma

nova era”, atualizando a discussão em torno do assunto e reconhecendo que os métodos em promoção da saúde deveriam focalizar diversos cenários (cidades, comunidades locais, escolas, locais trabalho etc.) por oferecerem oportunidades práticas para a execução de estratégias integrais (BUSS, 2000).

A **criação de ambientes saudáveis**, o terceiro campo de ação da promoção da saúde, busca levar às pessoas reflexões sobre potencialidades e problemas existentes nos seus espaços de convivência.

Para BUSS (2000) a criação destes ambientes favoráveis à saúde envolve a proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como o acompanhamento sistemático do impacto que as mudanças no meio ambiente produzem sobre a saúde, estendendo-se também para as conquistas de ambientes que facilitem e favoreçam a saúde.

A criação de espaços saudáveis implica num trabalho concreto de melhoramento dos entornos (ambientes físicos, sociais, culturais, econômicos), fazendo-os mais saudáveis e amigáveis para produzir saúde e melhorar a qualidade de vida das populações (RESTREPO, 2001.a).

De acordo com RESTREPO (2001.a), a criação de ambientes favoráveis à saúde implica, sobretudo, numa estreita inter-relação entre os ambientes, os estilos de vida e os comportamentos saudáveis de modo que tais ambientes determinem os níveis de saúde das populações. As intervenções para criar ambientes mais saudáveis devem ser criativas e atraentes, capazes de promover a participação individual e coletiva por se relacionarem diretamente com as necessidades das próprias comunidades (RESTREPO, 2001.b).

Para WESTPHAL (2006), como a saúde é produzida socialmente e as pessoas convivem em diferentes espaços, é desejável que elas participem da reflexão sobre as potencialidades e os problemas existentes nos seus espaços de convivência (escolas, unidades básicas de saúde, trabalho, espaços de lazer) e no município como um todo.

As redes de escolas promotoras de saúde, de municípios saudáveis, de locais de trabalhos saudáveis, de habitação saudável estão sendo organizadas no país e na América Latina como um todo, mas ainda não existem em número

significativo que façam a diferença nas condições de vida e saúde da população (WESTPHAL, 2006).

Para HURTADO e CRESPO (2001), o conceito de entornos saudáveis pode ser entendido com um processo de construção, envolvendo grupos de populações, em espaços específicos, transitando até o alcance da equidade em saúde. Espaços saudáveis são cenários locais onde, comparativamente, as condições de vida e o estado de saúde são mais favoráveis em termos de oportunidade para o desenvolvimento individual e coletivo dos diversos grupos que integram a sociedade e é onde se fortalece a capacidade dos indivíduos para enfrentar adequadamente os problemas (HURTADO e CRESPO, 2001).

O quarto campo de ação se refere ao **desenvolvimento de habilidades**, viabilizado por meio de estratégias educativas, programas de formação e atualização, capacitando os indivíduos para participar, criar ambientes de apoio à promoção da saúde e desenvolver habilidades pessoais relacionadas à adoção de estilos de vida saudáveis (WESTPHAL, 2006).

Para MACHADO *et al.* (2010), o poder e o controle das pessoas sobre seu destino produzem ações concretas e efetivas na tomada de decisão para o atendimento de suas necessidades, na definição e implementação de estratégias para solucionar problemas, visando à melhoria das condições de saúde.

Outros autores recorrem à cultura, para explicar o processo de desenvolvimento de habilidades, que nesse contexto é entendida como “um conjunto de códigos e de sistemas de significação linguística, por meio dos quais se atribuem sentidos às coisas, sentidos esses que são passíveis de serem compartilhados por um determinado grupo” (MEYER *et al*., 2006: p.1337).

Por fim, a **reorientação dos serviços de saúde** se relaciona a uma visão abrangente e intersetorial, recomendando a abertura de canais entre o setor saúde e os demais setores (social, político, econômico e ambiental), além de um esforço para a ampliação do acesso aos serviços e programas, para o

incremento de atividades preventivas dentro da abordagem da promoção e outras atividades relacionadas (WESTPHAL, 2000; WESTPHAL, 2006).

Neste campo da Promoção da Saúde, além do provimento de serviços assistenciais, propõe-se a transcender o modelo biomédico intervencionista, centrado na doença e na assistência médica curativa, comum em estabelecimentos médico-assistenciais, de modo a provocar transformações profundas na organização e financiamento dos sistemas e serviços de saúde, assim como nas práticas e na formação dos profissionais (BUSS, 2000).

1.2.2. Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar

A Segunda Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, realizada na Austrália, deu ênfase à saúde enquanto produção social, voltando-se para a equidade e a necessidade de implantação de políticas públicas saudáveis (COSTA, 2011).

Na área de alimentação e nutrição, a Declaração de Adelaide reconhece a importância da eliminação da fome e da má nutrição como um dos objetivos primordiais das políticas de saúde (COSTA, 2011).

Segundo a autora citada anteriormente, foi recomendado nesta Conferência que os governos implementassem ações diretas para garantir acesso a uma alimentação saudável. A autora destaca ainda que numa perspectiva intersetorial, as políticas de alimentação e nutrição devem integrar a agricultura, a economia, os fatores ambientais como prioridade dos governos, obtendo-se com isso impactos positivos na saúde em níveis nacional e internacional. Costa (2011) destaca que:

> a Promoção da Alimentação Saudável ganhou destaque no conjunto das ações priorizadas no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde para o biênio 2006/2007, ao definir as responsabilidades de cada esfera de gestão, estratégias de implementação, priorizando ações voltadas à alimentação saudável (...). (Costa, 2011: p. 101)

No Brasil, o conceito de **Segurança Alimentar e Nutricional** (SAN) ainda hoje se encontra em construção e a temática da alimentação, palco de grandes disputas, está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses de nossa sociedade.

Costa (2011) coloca que a interface entre a produção de alimentos e a SAN abarca o respeito às ações, programas e políticas que têm como objetivos a ampliação e integração dos agricultores familiares ao sistema produtivo. Nesse sentido, o relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho de 2007, pauta a questão da concentração da terra e da reforma agrária:

> Tem sido negado o direito à terra a mais de dois milhões de famílias rurais. A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem hoje um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. O desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade. Integra esse quadro o acirramento da violência no campo, a criminalização da luta pela terra e da ação dos movimentos sociais, a morosidade da justiça, o êxodo rural e a situação de vulnerabilidade social vivenciada por parcelas significativas da população urbana (MDS, 2007: p. 17).

Em relação à questão ambiental, Costa (2011) afirma que as modificações provocadas pelas novas tecnologias da alimentação contribuíram para a contaminação ambiental face ao excessivo uso de embalagens e garrafas plásticas, uso de aditivos químicos, padronização dos gostos alimentares, controle oligopólico dos mercados, relações comerciais desvantajosas para os países periféricos, entre outros.

RIGON (2012) informa que no Brasil, na década de 1970, em plena ditadura, estudos nacionais de despesa familiar de abrangência nacional foram realizados. O inquérito alimentar efetuado em 1975 pelo Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) tinha o objetivo de evidenciar melhora na qualidade da alimentação da população brasileira, porém, os dados indicaram justamente o contrário: situação de fome e desnutrição na maior parte das regiões do país.

Seguindo o padrão mundial, na década de 1980, a produtividade da agricultura brasileira estava em “pleno vigor”, com geração de excedentes de produção, aumento de estoques, queda nos preços dos alimentos. Foi nesse momento que os excedentes alimentares passaram a ser comandados pelo mercado sob a forma de alimentos industrializados, e mesmo assim, a fome persistia no país entre as populações menos favorecidas (BURITY *et al*., 2010).

Os autores lembram que nessa década, uma das principais causas da insegurança alimentar no país era a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos, principalmente acesso à renda e a terra (BURITY *et al*., 2010).

Ao final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de SAN passou a incorporar também as noções: de acesso a alimentos seguros, não contaminados biológica ou quimicamente; de qualidade, nutricional, biológica, sanitária e tecnológica; de produção sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável; acesso à informação (BURITY *et al*., 2010).

No início da década de 1990, consolidou-se um forte movimento de reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966. Entre os eventos que também contribuíram para o fortalecimento desse direito estão a Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, Áustria, em 1993, e a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, em 1996, organizada pela FAO, associando definitivamente o Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY *et al*., 2010).

Em 1993, um alerta nacional foi dado à sociedade brasileira, por meio da publicação do Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cujos resultados sinalizavam para 32 milhões de brasileiros em situação de fome e insegurança alimentar (RIGON, 2012).

A repercussão dessa informação, de acordo com RIGON (2012), contribuiu para que providências imediatas fossem tomadas por parte do governo, que convocou um grupo de trabalho para definir um plano de ação para o enfrentamento da situação, destacando-se, entre os participantes desse grupo, o sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, considerado um dos principais protagonistas da causa.

Em 1993 foi formado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), espaço de articulação e de diálogo da sociedade civil com o governo para a gestão de políticas na área da alimentação e nutrição, marcando um avanço importante na consolidação de uma política pública com foco na promoção da SAN.

Em 1994, ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, convocada pela Ação da Cidadania e pelo CONSEA, reunindo cerca de 1.800 delegados de todo o país, com forte predominância da sociedade civil. O relatório final desse evento refletiu a preocupação da população brasileira com relação à concentração de renda e da terra, um dos principais determinantes da fome e da miséria no país, consolidando o conceito brasileiro de SAN, que foi adotado em um documento para a Cúpula Mundial da Alimentação (VALENTE, 2002), segundo o qual:

> Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (VALENTE, 2002: p.108)

Em 2003, no Governo Lula, o tema da SAN se tornou prioridade no âmbito do governo federal que teve como principal plataforma política o Programa Fome Zero, e com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, no qual foram alocadas as políticas e ações relacionas à SAN. No mesmo ano, o IPEA divulgou que 28% da população brasileira, cerca de 44 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da

pobreza, isto é, em situação de vulnerabilidade à fome, dentre os quais, 26% se encontravam em áreas urbanas não metropolitanas e 46% vivia nas áreas rurais do país (RIGON, 2012).

Em 2006, foi instituida a Lei Organica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, avançando na institucionalização de uma política de SAN no país, com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O SISAN foi regulamentado em 2010, pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que definiu as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecendo parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2010, a alimentação adequada foi incluida, pela Emenda Constitucional nº64, como direito fundamental do ser humano, consequência das lutas históricas em torno da alimentação no país.

O SISAN, que é integrado pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; pelo CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), visa assegurar o direito humano à alimentação adequada e tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país (MDS, 2012).

NAVOLAR *et al.* (2010) acreditam que para o enfrentamento da problemática da insegurança alimentar, de forma ampla, é essencial a efetivação de uma política de SAN pautada nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar, perpassando os aspectos ambientais, produtivos e culturais, indo além do caráter estritamente biológico da alimentação e da nutrição humana.

O conceito de **Soberania Alimentar** refere-se ao direito que cada país tem de definir políticas que garantam a SAN de seus povos, inclusive o direito à preservação de práticas de produção alimentar tradicional de cada cultura,

utilizando bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social, conforme previsto na LOSAN.

Para BELO e MOLINA (2009) a soberania alimentar dos povos passa pela definição de suas próprias políticas de SAN, sendo também condição essencial para um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

As autoras argumentam ainda que somente a intervenção do Estado pode romper com o atual ciclo, criando mecanismos de acesso aos alimentos pela diminuição do preço, resgate e construção de tecnologias adaptadas de produção e incentivo à subsistência, resultando na garantia ao acesso à terra e inclusão dos excluídos ao acesso à alimentação.

BELO e MOLINA (2009) defendem também que o problema principal da fome não está na oferta de alimento, mas sim, na dificuldade de acesso ao alimento, sendo a concentração da renda e da terra as principais causas da fome e da insegurança alimentar. A erosão cultural tem também contribuído para a fome oculta em parte da população, valendo uma reflexão coletiva acerca dos alimentos que queremos ter em nossas mesas, partindo de sua origem, isto é, do modo de produção destes (BELO e MOLINA, 2009).

Na visão de MALUF (2006), o Brasil não dispõe de uma política de abastecimento em face da liberalização do comércio exterior, sendo retirados do Estado os principais instrumentos reguladores da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, juntamente com o abandono (e condenação) de quaisquer referências à autosuficiência produtiva nacional ou à regulação pública dos mercados de alimentos. O autor acredita que "(...) abdicar desse papel significou abrir espaço para a regulação privada dos mecanismos de mercado." (MALUF, 2006: p.28).

O CONSEA indica a retomada do papel regulador do Estado e a participação social nas questões relacionadas com o abastecimento, atendendo a dois princípios orientadores da SAN: o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar (MALUF, 2006).

No âmbito internacional, CHONCHOL (2005) destaca que o enfraquecimento do papel dos estados nacionais na formulação e aplicação das políticas setoriais para a agricultura, aliada à forte pressão do setor empresarial (sobretudo as empresas multinacionais) sobre a produção agrícola, tem contribuindo para a concentração e a internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas referentes à agricultura dos países latino-americanos, resultando no enfraquecimento ou quase desaparecimento da soberania alimentar de diversos países, em especial da América Latina.

1.2.3. Agroecologia

Por seu caráter interdisciplinar, as diretrizes da agroecologia dialogam com as propostas da SAN e da Promoção da Saúde, pois tem como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2009).

A agroecologia ganhou força no Brasil na década de 1980, juntamente com a ascensão dos movimentos sociais em meio às contradições agrárias (modernização da agricultura, concentração de terras, êxodo rural e violência no campo), sendo apresentada como uma tecnologia alternativa à agricultura moderna ou agricultura convencional dominante até os dias de hoje (TELLES, 2009).

Integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando o conhecimento tradicional, validado por metodologias científicas, ela se apresenta como uma ciência que dialoga nas diversas dimensões do convívio humano: a ecológica, a técnico-agronômica, a socioeconômica, a cultural e a sociopolítica (AQUINO e MONTEIRO, 2005). Vai além da produção, pois se insere em um processo sistêmico para transformar os mecanismos hegemônicos de exploração social, valorizando uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Mais do que tratar do manejo ecologicamente responsável dos recursos, a agroecologia se constitui como um campo do conhecimento científico que estuda as atividades agrícolas, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica (TELLES, 2009).

Reconhecida por muitos como uma ciência em construção, a agroecologia permeia diversas dimensões da sociedade, inserindo-se num processo sistêmico; transformando os mecanismos hegemônicos de exploração social; valorizando uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada; resgatando o saber popular dos povos tradicionais, dos agricultores e a sabedoria da própria natureza; valorizando a autonomia do produtor agrícola com foco em uma economia mais solidária, sem excluir o conhecimento científico (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Essa ciência, de acordo com AQUINO e MONTEIRO (2005), também contribui para o resgate do saber popular dos povos tradicionais, dos agricultores e promove a sinergia da própria natureza, além da valorização da autonomia do produtor agrícola com foco numa economia mais solidária. Em termos técnicos da agroecologia, todo o manejo agrícola deve buscar uma compreensão profunda e detalhada das características do ecossistema local e, assim, trabalhar com a natureza e toda sua complexidade mineral e viva (GUZMÁN, 2005).

Há aqueles que defendem a agroecologia, não como uma disciplina, mas como um campo de enfoque transdisciplinar, considerando a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica e um enfoque teórico-metodológico que utiliza várias disciplinas científicas, construindo uma vinculação essencial existente entre o solo, a planta, o animal e o ser humano (GUTERRES, 2006).

A agroecologia também é caracterizada como um movimento sociopolítico, de empoderamento do agricultor em busca de suas identidades e raízes culturais, e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e

participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

No cenário nacional, a agroecologia tem alcançado resultados significativos por desenvolver, simultaneamente e de forma integrada, aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, principalmente junto a comunidades advindas de classes populares (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A agroecologia, ou agricultura ecológica como também é conhecida, é considerada apropriada para o entorno urbano por diversas razões.

Em relação à questão mercadológica, essa forma de produção é bem vista por viabilizar uma produção agrícola em pequena escala, além do regime de administração familiar tanto em sistemas de parcelas individuais, como em termos de associativismo, uma vez que a baixa dependência de insumos externos favorece o agricultor urbano (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

AQUINO e MONTEIRO (2005) defendem que o sistema agroecológico tem o compromisso de manter ou recuperar a biodiversidade dos agroecossistemas e do entorno, ao mesmo tempo em que possibilita aumento de renda para as famílias envolvidas ao agregar valor aos produtos e ampliar o mercado, facilitando a comercialização.

Outro importante fator evidenciado por eles é a alta produção de resíduos orgânicos produzidos no meio urbano, tanto de origem doméstica, quanto de áreas comerciais e industriais, como: resíduos das padarias e açougues; bagaço de cana-de-açúcar; resíduos de coco, entre outros. Porém, o aproveitamento dos resíduos orgânicos urbanos como adubo para a produção agrícola requer a geração de conhecimento que possibilite a adequada forma de prepará-los, garantindo um produto estabilizado e de boa qualidade, que forneça nutrientes e condicione o solo de forma adequada. Com isso, a geração de insumos orgânicos, voltados para a AUP, constitui um dos aspectos mais importantes envolvidos no sistema de produção agroecológica em meio urbano (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Entre os fatores fundamentais dos sistemas agroecológicos urbanos destacam-se: a garantia do fornecimento de insumos orgânicos; a adequação de novos substratos à produção de mudas; o resgate e a preservação de cultivares adaptadas às condições locais; a adequação das épocas de plantio; o uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes; a geração e a adaptação de sistemas de produção ao ecossistema urbano, visando o sucesso da produção agrícola em área urbana (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

A agroecologia não se limita ao espaço rural e tem sido aplicada também nos espaços urbanos, como no caso da agricultura urbana agroecológica, desenvolvida por meio de projetos em regiões metropolitanas de diversos estados do país.

O relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação apresentou em 2011 ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, um relatório que identifica a agroecologia como um meio de desenvolvimento agrícola de resultados comprovados para um rápido progresso na concretização do direito à alimentação para muitos grupos mais pobres em diversos países e ambientes (MDS, 2012).

A iniciativa da CAISAN de publicar o CADERNO SISAN[2] também ocorre em um momento em que a agroecologia ganha destaque nos debates e nos projetos de desenvolvimento rural elaborados pelos movimentos sociais, bem como a ação coordenada e integrada de vários ministérios que permitiu a elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (MDS, 2012).

[2] O caderno SISAN sobre *Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada* está disponível em:
http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/arquivos/LIVRO_SISAN2_web.pdf

1.2.4. Agricultura Urbana e Periurbana

A aceleração do processo de urbanização das três últimas décadas do século XX e os desafios surgidos a partir de então, como a pobreza urbana e a garantia do abastecimento alimentar para as populações, contribuíram para um maior interesse da AUP na sociedade brasileira, resultando no crescimento de estudos voltados ao assunto a partir da década de 1990 (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Segundo as autoras citadas, embora a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) seja observada tanto nos países ricos como em países pobres, o volume de informações referentes a esses últimos é maior, talvez por serem países prioritários para apoio técnicos e financeiro das instituições internacionais de desenvolvimento.

O marco conceitual da AUP engloba, segundo SANTADREU e LOVO (2007), a produção, o agroextrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas, doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes, etc.).

As expressões “agricultura urbana”, ou ainda, “agricultura intra-urbana e periurbana” têm sido utilizadas pelas agências das Nações Unidas, tais como *United Nations Development Programme* (UNDP) (SMITH *et al*., 1996) e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (FAO, 1996), para sinalizar a utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou à venda em mercados locais (FAO, 1999).

Para FERREIRA e CASTILHO (2007), a agricultura na cidade vem sendo moldada de acordo com a evolução do espaço urbano no mundo

contemporâneo, inserida no cenário da globalização, chegando a causar certa contradição em termos de civilidade. Os autores argumentam que o espaço urbano estimula grandes fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital, exercidas num determinado lugar, onde o primordial é a acumulação, ainda que às custas do bem-estar de outrem.

SANTOS (2004) compreende o espaço como:

> um conjunto de relações realizadas através de **funções** e de **formas**, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2004: p.153).

Neste sentido "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração se torna desigual", o que explica o motivo pelo qual a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004: p.153).

A AUP gradativamente vem ganhando lugar em diversos países, ocupando cada vez mais os espaços urbanos, na maioria das vezes, ociosos e propícios para sua prática. Parte deste avanço se relaciona ao apoio que o Poder Público dos países vem dando para sua promoção, na maioria das vezes, iniciativas vinculadas à agenda da SAN (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

Entre as instituições internacionais que apoiam o desenvolvimento da AUP estão o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF) e o que estas instituições têm em comum é que todas visam o acesso à alimentação e a promoção da SAN para as populações do mundo, levando em consideração o desenvolvimento humano sustentável (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

Embora exista um esforço dos Estados em apoiar as atividades de AUP, o que se percebe em todos os relatórios sobre o assunto, tanto naqueles

realizados pelos órgãos públicos como pelos produzidos nas ONGs, é que as ações pensadas são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos e da abrangência social, demonstrando com isso que a AUP ainda não tem recebido a atenção necessária dos gestores públicos no tocante ao planejamento urbano (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

No Brasil, a temática da AUP deve ser compreendida dentro do cenário das mudanças da sociedade contemporânea em que se destacam o fenômeno da globalização, o avanço das tecnologias da informação, a estruturação de um sistema agroalimentar com forte repercussão nos hábitos alimentares, além do predomínio das monoculturas no meio rural (RODRIGUES, 2009).

Como grande parte dos produtos da AUP se destina ao consumo próprio ou à comercialização em mercados locais, é possível visualizar a estreita relação entre agricultura urbana e SAN, beneficiando a população diretamente envolvida, ou próxima à dinâmica da AUP, com os alimentos frescos nela produzidos.

O crescimento da AUP se deve em partes à sua adaptabilidade e mobilidade em comparação com a agricultura rural. À medida que as cidades se expandem, as fronteiras entre as atividades urbanas, periurbanas e rurais se desvanecem e se confundem, criam-se assim oportunidades e riscos (FAO, 1999).

O desenvolvimento da AUP está diretamente ligado ao crescimento demográfico e econômico das cidades, contribuindo para a (re)configuração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas sociais, entre outras. Parece ser consensual para alguns estudiosos que a densidade populacional e seus desdobramentos têm contribuído para a expansão e diversificação da AUP (FERREIRA e CASTILHO, 2007).

Esta atividade, segundo MACHADO e MACHADO (2002), permite disponibilizar e aproveitar espaços domésticos e públicos para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais.

Outra explicação para a ascensão da AUP nos últimos anos e entre as populações urbanas de todo o mundo pode estar ligada à facilidade de sua aplicação, mobilidade e multiplicação, independente do espaço disponível e por sua característica multidimensional.

Em termos ambientais, o planejamento territorial e a gestão urbana podem ser pensados a partir dos benefícios e serviços que a AUP oferece. Entre esses, estão: a gestão de resíduos urbanos, com a reutilização de resíduos sólidos para estruturas de canteiros e o aproveitamento integral de resíduos orgânicos para produção de composto orgânico; o reflorestamento das cidades; o aumento da permeabilidade do solo e das áreas verdes; a limpeza dos terrenos baldios; o combate às áreas de risco; a proteção às áreas de mananciais; a ampliação de áreas verdes; o aumento da infiltração de águas pluviais no solo; a requalificação de áreas degradadas e da paisagem da cidade, entre outros (TERRILE, 2006).

Com relação à soberania alimentar e a SAN, a AUP permite o acesso facilitado aos alimentos frescos e saudáveis, contribuindo para a melhoria da nutrição e da saúde humana, além de prover autossustento às populações urbanas pobres, tornando-se instrumento para suprir parte das carências alimentares (MACHADO e MACHADO, 2002).

Nas dimensões social e econômica, a AUP, quando apoiada pela comunidade, desenvolve um sistema inovador de ligação entre o produtor urbano e o consumidor, viabilizando opções de mercado mais justo, por meio de uma produção artesanal vinculada à demanda da comunidade e dos consumidores. Em alguns casos, os produtores urbanos atingem um nível elevado de conhecimento e de recursos a ponto de processarem seus próprios produtos, criando também cooperativas e agroindústrias (MACHADO e MACHADO, 2002).

MACHADO e MACHADO (2002) ressaltam o aumento na geração de empregos e o incentivo a jovens, adultos e idosos com possibilidades profissionais desvinculadas de trabalhos marginais que, muitas vezes, geram insegurança e violência, além de contribuir para o fortalecimento da economia

local, para a diminuição da pobreza, para o fomento a empreendimentos comunitários, gerando trabalho e renda, em especial, para mulheres e outros grupos marginalizados.

Desta forma, as atividades agrícolas em meio urbano e periurbano exercem uma função social e econômica, promovendo maior equilíbrio social, proteção ambiental e SAN, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e menos agressivo (MACHADO e MACHADO, 2002).

De acordo com o MDS (2007), as atividades da agricultura urbana, na direção da agroecologia, devem se pautar pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais e pela promoção da equidade de gênero, por meio do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos, contribuindo para a gestão urbana, social e ambiental das cidades; para a melhoria da qualidade de vida da população urbana; para SAN e para a sustentabilidade urbana.

O projeto atual de AUP do MDS visa estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas regiões (MDS, 2012). A direção e a coordenação das atividades promovidas pelo projeto “Agricultura Urbana” do Governo Federal é de responsabilidade do Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares (DEISP), sob a Coordenação Geral da Agricultura Urbana (CGAU).

O público alvo desse projeto federal é, preferencialmente, a população que se encontra em vulnerabilidade social e insegurança alimentar, identificadas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e que residem nas regiões metropolitanas com uma renda média de R$ 70,00 (setenta reais) mensais por pessoa (MDS, 2012).

Em 2006, as organizações Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e *Promoción Del Desarrollo Sostenible* (IPES*)* realizaram uma pesquisa em 11 aglomerados metropolitanos organizados em 5 regiões brasileiras: Regiões Sul e Sudeste: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); Região Centro-Oeste: Brasília (DF) e Goiânia (GO); Regiões Norte e Nordeste: Belém (PA),

Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Como resultado, traçou-se um panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil, com diretrizes políticas para sua promoção (SANTADREU e LOVO, 2007).

Ao final do estudo foi detectado que as atividades AUP são promovidas por uma grande diversidade de instituições e organizações entre as quais se destacam: Governo Federal; Estados e Prefeitura; Sociedade Civil, Academia e Setor Privado (SANTADREU e LOVO, 2007: p.16).

Estudos realizados pela FAO (1999) demonstram que a AUP é praticada dentro dos limites e nos entornos das cidades em todo o mundo (periferias e margens de rio), incluindo os produtos das atividades agropecuárias, pisciculturas e florestais, bem como serviços ecológicos que esta atividade proporciona. Mesmo no espaço urbano existem múltiplas formas de agricultura. O mesmo estudo estima ainda que 800 milhões de habitantes das cidades de todo o mundo participam de atividades relacionadas à AUP, gerando renda e produzindo alimentos.

Internacionalmente, destacam-se diversos programas e iniciativas relacionadas a AUP, dentre os quais citamos: *The Urban Agriculture Network* (TUAN) com sede em Washington, Estados Unidos; o grupo de suporte para agricultura urbana *Support Group on Urban Agriculture* (SGUA); o programa *Cities Feeding People*, da ONG canadense *International Development Research Center* (IDRC); o RUAF, ligado à ONG holandesa ETC, responsável pela publicação da Revista de Agricultura Urbana, de periodicidade trimestral e publicada em vários idiomas (AQUINO e MONTEIRO, 2005). Na América Latina está constituída a Rede Latino-Americana de Agricultura Urbana, a Red Aguila, que congrega organizações que trabalham com o tema na região (AQUINO e MONTEIRO, 2005).

Boukharaeva *et al.* (2005), *apud* FERREIRA e CASTILHO (2007), indicam que países da África, América Central e Europa inserem-se no rol de projetos de AUP, ocorrendo também, no século XX, um significativo desenvolvimento da AUP em países do Hemisfério Sul.

Na América Latina, muitas experiências de AUP estão sendo sistematizadas com o intuito de fortalecer a atividade, contribuir para a elaboração de políticas públicas e fomentar a troca de experiência entre os países.

Percebemos com isso que em qualquer parte do mundo, a AUP, assim como a agricultura rural, se dá de diferentes formas e a cada experiência, um novo aprendizado se conquista, podendo esse, ser compartilhado sabiamente com qualquer comunidade humana do planeta, respeitando-se as peculiaridades culturais de cada povo e as particularidades ambientais de cada lugar.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Sistematizar a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes – São Paulo, por meio do projeto Colhendo Sustentabilidade durante o período compreendido entre 2008 e 2011 e identificar aspectos relevantes que dialoguem com o ideário da Promoção da Saúde.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1. Sistematizar o histórico do PCS;

2.2.2. Identificar o significado da participação no PCS para os envolvidos;

2.2.3. Refletir sobre a experiência sob o ponto de vista da Promoção da Saúde;

2.2.4. Contribuir para a ressignificação da experiência vivida sob a ótica da Promoção da Saúde

3. METODOLOGIA

> Las personas vivimos las experiencias con expectativas, sueños, temores, esperanzas, ilusiones, ideas e intuiciones. Las personas somos las que hacemos que ocurran esos procesos complejos y dinámicos; esos procesos, a su vez, nos marcan, nos impactan, nos condicionan, nos exigen, nos hacen ser. Las experiencias, son individuales y colectivas a la vez; las vivimos y nos hacen vivir; en definitiva, somos seres humanos en cuanto vivimos cotidiana y socialmente experiencias (JARA-HOLLIDAY, 2009: p. 119).

A presente pesquisa faz parte de um projeto maior denominado "Agricultura urbana, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional no município de Embu das Artes", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2011/23187-3) desenvolvido pelo grupo de pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar" da Faculdade de Saúde Pública da USP. A sistematização da experiência do PCS é a primeira etapa da pesquisa maior que deverá ser concluída em 2014.

Este Grupo de Pesquisa reúne professores, estudantes e pesquisadores com interesse no aprofundamento de temas e questões associadas às áreas da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional e atualmente tem entre suas linhas de pesquisa: Políticas Públicas em SAN; Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA); Agricultura Urbana (AU); Participação Social.

Para sistematizar a experiência do PCS, realizou-se pesquisa documental por meio da leitura e análise de relatórios produzidos pelos técnicos da SEAE, responsáveis pela execução do projeto; informações coletadas no site da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes; notícias veiculadas na mídia sobre o projeto, além de outros documentos relacionados à temática da agricultura urbana, agroecologia, soberania e SAN.

Também foi realizada uma entrevista individual com informante-chave e quatro oficinas de sistematização com os envolvidos no processo, sendo eles: participantes do PCS, técnicos dos serviços públicos da Prefeitura e equipe técnica da SEAE.

Para realização da entrevista individual recorremos a um roteiro específico (Anexo 1), que teve a função de contribuir com o desenvolvimento do capítulo que trata da situação atual da agricultura urbana no município de Embu das Artes.

Para as oficinas de sistematização utilizamos metodologia específica com apoio de uma especialista nesse tipo de atividade, doravante denominada "facilitadora". A entrevista e os depoimentos coletados durante as oficinas de sistematização foram gravados e transcritos para a análise.

Para descrever o histórico do PCS foram utilizadas fontes documentais, informações obtidas na entrevista e nas oficinas de sistematização.

O conjunto de documentos analisados contou com uma variedade de relatórios mensais e trimestrais da SEAE, relatórios de prestação de Contas do PCS enviados à Prefeitura de Embu das Artes e ao MDS, que tiveram na pesquisa o objetivo de resgatar o histórico do processo vivido (origem, implantação e desenvolvimento da experiência). Utilizou-se também materiais extras divulgados na mídia como: vídeos, releases, materiais pedagógicos, além de outras publicações relevantes e trabalhos científicos relacionados ao PCS.

A análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou pode ser o principal meio de concretização do estudo. O documento representa uma interpretação de fatos reais, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do pesquisador, o qual deve saber extrair de determinada fonte de informações, conhecimentos úteis para a compreensão de determinado aspecto da história humana, sob o ângulo que

corresponde ao objeto de interesse da pesquisa (Paul Veyne, 1984, *apud* PIMENTEL, 2001).

A entrevista individual foi utilizada na pesquisa pela compreensão de que a fala constitui material primordial da investigação qualitativa, sendo capaz de revelar valores, crenças, representações e significados latentes de um determinado grupo (MINAYO, 2008). É uma das estratégias mais usada no processo de trabalho de campo, de iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. (MINAYO, 2008)

A autora afirma ainda que "a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante" (MINAYO, 2008: p.263).

Assim, além da fala que é o material primordial da entrevista, o pesquisador conta com elementos de relações, práticas, cumplicidade, omissões e imponderáveis que fazem parte do cotidiano dos entrevistados.

Quando falamos em sistematizar uma experiência, falamos de processos históricos que se conectam com diferentes elementos, num movimento e inter-relação permanentes, produzindo continuamente trocas e informações na medida em que cada aspecto se constitui a respeito do todo e esse todo se redefine em sua vinculação com cada aspecto, sempre com o propósito de gerar novos conhecimentos, e, sobretudo, colocando lado a lado, os saberes empíricos e os científicos (JARA-HOLLIDAY, 2009).

Recorrendo ao estudo de CAPRA (1996), compreendemos melhor esta tensão básica existente entre as partes e o todo, tão presente na história da ciência. A ênfase nas partes tem sido chamada reducionista, já a ênfase no todo, de holística. A emergência do pensamento sistêmico, de acordo com o autor, representou uma profunda revolução na história do pensamento

científico ocidental e é por este caminho que percorremos o trajeto da pesquisa.

Acreditamos que uma experiência prática como a do PCS está inserida nesta mudança de paradigma da ciência, pois vai do empírico ao científico, considerando todas as partes como parte de um todo maior.

A perspectiva holística, na ciência do século XX, tornou-se conhecida como sistêmica, e, a maneira de pensar que ela implica passou a ser conhecida como pensamento sistêmico (CAPRA, 1996).

O pensamento sistêmico em termos de conexões, de relações, de contexto está ligado a um novo modo de pensar. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo ou sistema vivo são propriedades do todo que nenhuma das partes possui. Isto significa que, embora passemos a discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 1996).

O pensamento sistêmico defendido por CAPRA (1996) é contextual, opondo-se ao pensamento analítico; a análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la, enquanto que o pensamento sistêmico está implicado com o contexto de um todo mais amplo.

Isto ocorre também na sistematização de uma experiência com o intuito de se obter conclusões de uma vivência prática, porém devidamente ancoradas no conhecimento científico, ou seja, uma análise do contexto sem deixar de levar em consideração as especificidades das partes, das experiências individuais. Nesse caso, trata-se da experiência de cada participante do PCS, no nível operacional, técnico ou institucional.

JARA-HOLLIDAY (2009) enfatiza que o significado de experiência neste contexto metodológico refere-se às experiências que são processos dinâmicos e complexos, individuais e coletivos, vividos por pessoas concretas, não simplesmente, fatos e acontecimentos pontuais, nem meramente dados. As experiências são, portanto, essencialmente processos vitais que estão em

permanente movimento e combinam um conjunto de dimensões objetivas e subjetivas da realidade histórico-social.

Em um emaranhado vivo, complexo, multidimensional e pluridirecional de fatores objetivos e subjetivos é que se constitui o que chamamos de experiência. Não há simplesmente feitos e coisas que sucedem ou sucederam, mas sim pessoas que pensam; que sentem; que vivem; que fazem com que esses feitos aconteçam em contextos e situações determinadas e que ao fazê-los, constroem novos contextos, novas situações, novas relações (JARA-HOLLIDAY, 2009).

A metodologia de sistematização de experiências originalmente surgiu para sistematizar experiências de educação popular na América Latina e, devido sua eficácia, tem-se mostrado adequada também na aplicação de outras experiências, sobretudo, naquelas de maior complexidade, decorrentes da multiplicidade de instâncias e atores, da rotatividade destes e, ainda, pelos longos períodos de tempo que o seu desenvolvimento exige (FERNANDEZ *et al.*, 2006).

A educação popular é entendida neste estudo como um projeto de educação com as classes populares, em que os processos de ensino-aprendizagem ocorrem no cerne das contradições e lutas políticas para a realização de uma educação comprometida com mudanças efetivas e transformadoras nas relações de poder que perpetuam a existência do capitalismo como forma de reprodução da vida, ou seja, uma educação libertadora que promova nas relações entre educadores e educandos a real possibilidade de emancipação enquanto sujeitos da história (Figueiredo, 2009).

Para FREIRE (2006) a educação popular, associada ou não a uma capacitação profissional, seja no meio rural ou no meio urbano, tem como objetivo fundamental, a problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitando a estes o aprofundamento de sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão envolvidos.

De acordo com PEDROSA e BONETTI (2012), na área da Saúde, a educação popular denota um campo polissêmico abrangendo movimentos sociais populares, intelectuais, profissionais de saúde e militantes comprometidos com a transformação social, e colocam:

> esta polissemia conceitual, metodológica e a pluralidade de seus atores apresentam como eixos agregadores a concepção freiriana de educação popular e a orientação por modos alternativos e diferenciados de lutar pelas transformações das relações de subordinação e opressão, em favor da autonomia, da participação das pessoas comuns e na interlocução entre os saberes e as práticas (PEDROSA e BONETTI, 2012: p.349).

De acordo com MARTINIC (1984), sistematização de experiências se refere a um processo de reflexão que tem por objetivo ordenar e organizar o que tem sido a trajetória, os processos, os resultados de um projeto, obtendo assim, explicações sobre o curso que assumiu o trabalho realizado.

Nesse sentido, a sistematização de experiências é considerada um processo de reflexão crítica de uma experiência concreta, com o propósito de provocar processos de aprendizagem. Trata-se também de um processo metodológico que se baseia na ideia de organizar ou de ordenar um conjunto de elementos (práticas, conhecimentos, ideias, dados, entre outros) até estão dispersos e desordenados (BERDEGUÉ *et al.*, 2002).

O termo sistematização, em determinadas disciplinas, refere-se a classificar, catalogar, ordenar dados e informações. Esse é o sentido mais comum, mais utilizado e totalmente válido na noção do conceito de sistematização: sistematizar dados e informações; porém, quando tratamos de educação popular, projetos e movimento sociais utiliza-se a mesma terminologia acrescida da palavra experiência, passando a ser chamada então de sistematização de experiências (JARA-HOLLIDAY, 2009).

De acordo com Freire, *apud* JARA-HOLLIDAY (2009), a história não está predeterminada, a história está sendo e nós estamos sendo na medida em que fazemos a história, na medida em que assumimos como sujeitos criadores e

transformadores da história, e não, puramente, como objetos passivos e resignados diante dela nos deixando arrastar pelos acontecimentos.

As experiências são sempre vivas, carregadas de enorme riqueza; cada experiência constitui um processo inédito e único, por isso em cada uma delas temos um forte aprendizado que devemos aproveitar precisamente por sua originalidade, pois precisamos compreender essas experiências, extrair seus ensinamentos e também, de igual e fundamental importância, comunicá-las e compartilhá-las, sendo assim, a arte de sistematizar experiências é um instrumento privilegiado para que possamos realizar tudo isso (JARA-HOLLIDAY, 2009).

JARA-HOLLIDAY (2009) destaca ainda que a sistematização possui valor inestimável em qualquer tipo de atividade que envolve participação social e construção coletiva, porém, ainda hoje, a prática de sistematizar experiências continua pendente na maior parte dos programas e projetos desenvolvidos na América Latina.

A sistematização só é possível em experiências práticas concretas. Essas experiências são processos sociais dinâmicos em permanente mudança e movimento, sendo também processos sociais complexos, em que se inter-relacionam e de modo contraditório, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos, entre os quais destacamos: as condições do contexto em que se desenvolvem tais experiências; situações particulares a se enfrentar; ações dirigidas para se conseguir determinado fim; percepções, interpretações e intenções dos diferentes sujeitos que intervêm no processo; resultados esperados e inesperados que vão surgindo ao longo do processo; relações e reações entre os envolvidos, entre outros (JARA-HOLLIDAY, 1996).

Outro ponto evidenciado pelo mesmo autor e que se aplica à pesquisa, é a condição do sistematizador ter vivenciado a experiência, sendo a participação do sistematizador na experiência um pré-requisito para a realização da sistematização, pelo fato deste ter posse de registros sobre a experiência e

contribuir com o fornecimento de informações a partir de sua própria experiência (JARA-HOLLIDAY, 1996).

Outro ponto abordado por JARA-HOLLIDAY (1996: p.56) é que não se pode tratar “os fenômenos sociais como se fossem *coisas*, como se fossem fatos estáticos ou imutáveis que podemos estudar *de fora*” como ocorre na corrente positivista das ciências sociais, na qual as ciências naturais estudam a natureza, no intuito de obter um conhecimento objetivo, descrever e catalogar os fenômenos, estudar funcionamentos e regras e obter fórmulas explicativas de determinados resultados.

Concordamos com MERLEAU-PONTY (1984, *apud* MAGNANI, 2002) ao afirmar que viramos etnólogos de nossa própria sociedade ao tomarmos distância dela.

MAGNANI (2002) ao analisar a obra de Lévi-Strauss (1971), *Introducción a la obra de Marcel Mauss*, argumenta que num nível mais geral, a experiência da pesquisa tem como condição o pressuposto de que ambos, pesquisador e nativo, participam de um mesmo plano, o dos “fenômenos fundamentais da vida do espírito”, assim:

> ambos são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância mais profunda uma comunhão para além das diferenças culturais. Afinal, as milhares de sociedades que existem ou existiram sobre a superfície da terra são humanas e por esse título participamos delas de maneira subjetiva: poderíamos ter feito parte delas e portanto podemos tentar compreendê-las como se fôssemos parte delas. (MAGNANI, 2002: p.17)

A prática individual ou coletiva faz parte dessa prática social e histórica da humanidade. Com isso, “somos protagonistas ou vítimas das mudanças e movimentos; somos, em última instância, responsáveis por nosso devir” (JARA-HOLLIDAY, 1996: p.57).

Acreditamos que uma sistematização criteriosa pode contribuir de forma decisiva para recriar as práticas dos movimentos sociais e a renovar a

produção teórica das ciências sociais, em particular, com os grupos comprometidos com os processos de educação e organização popular.

3.1. O QUALITATIVO DA PESQUISA

"o mundo que vemos fora de nós e o mundo que vemos dentro de nós estão convergindo".
(Ilya Prigogine)

O perfil qualitativo da pesquisa é inerente ao processo de sistematização de experiência, no qual a subjetividade de cada fato específico e do todo surge a partir das percepções dos sujeitos envolvidos, seja por meio dos registros documentais ou pelos depoimentos individuais e coletivos coletados em entrevistas e oficinas de sistematização.

Como bem afirma Diego Palma (1992), *apud* JARA-HOLLIDAY (1996: p.20) "a sistematização inclui-se nessa ampla corrente que busca compreender e tratar com **o qualitativo** da realidade e que se encontra em cada situação particular".

Uma pesquisa qualitativa se caracteriza por seu perfil "naturalístico", ou seja, se dá onde os fenômenos ocorrem naturalmente sob a influência de seu contexto; por seu caráter "descritivo" com base nos dados coletados; por ter uma preocupação com o "processo" e não apenas com o produto; por ter uma atenção especial ao "significado" que os sujeitos da pesquisa dão às coisas; e, por último, por fazer uma análise "indutiva", ou seja, partindo dos dados para a abstração (Lüdke e Andre, 1986, *apud* FERNANDEZ e SACARDO, 2008).

MINAYO (2008) descreve que a pesquisa qualitativa possui modo e instrumental próprios da abordagem da realidade, podendo ser importante para compreender os valores culturais e as representações de um determinado grupo a respeito de temas específicos, sobre as relações que se dão entre atores sociais, e, também, para avaliações realizadas por usuários das políticas públicas e sociais existentes.

Para DEMO (1998: p.92), a intenção própria da pesquisa qualitativa é perseguir faces menos formalizáveis dos fenômenos, as quais são nomeadas de qualidade. Nesse caso, um dos maiores desafios da questão é a indefinição de qualidade, já que dentro dela cabe “tudo” e “nada”, ao sabor de qualquer coisa, tornando as pesquisas qualitativas, experimentos excessivamente tópicos e inconclusivos.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa pode ser considerada um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, adotando multimétodos de investigação para o estudo de um determinado fenômeno, buscando tanto encontrar o sentido deste fenômeno quanto interpretar o significado que as pessoas dão a ele (CHIZZOTTI, 2003).

Este tipo de pesquisa implica numa partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa para extrair desse convívio significados visíveis e latentes.

De acordo com CHIZZOTTI (2003), os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas éticos, políticos e sociais ao se declararem comprometidos com a prática, com a emancipação humana e com a transformação social, valorizando os métodos clínicos de observação participante, a coleta partilhada de dados, dando voz aos silenciados, e a intepretação significante que revela o conhecimento suprimido por uma concepção unitária de pesquisa.

Sob este ponto de vista, defende-se a ideia de que esta atividade investigativa tende a se expandir com uma forma de ensino-aprendizagem, beneficiando as novas gerações e a pesquisa em si se torna uma prática social relevante, contribuindo para que se manifestem novas questões teórico-metodológicas, crescendo, inclusive, o compromisso de que a pesquisa é uma

prática válida e necessária na construção de uma vida social mais justa e solidária.

3.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para a realização das Oficinas de Sistematização foram convidados vinte e nove pessoas, dentre os quais: seis faziam parte da equipe técnica do PCS; quatro representavam os sujeitos institucionais, ou seja, funcionários da Prefeitura de Embu das Artes, atuando nas áreas da Saúde e Assistência Social; e dezenove representavam o grupo operacional, isto é, aqueles que haviam participado das atividades do PCS por um determinado período.

No total participaram das oficinas de sistematização vinte e quatro pessoas, dos quais quatro representavam a equipe técnica do PCS (execução do projeto); quatro representavam o corpo de funcionários da Prefeitura e dezesseis pessoas representavam os participantes do PCS.

O critério estabelecido para participação nas oficinas de sistematização foi relacionado exclusivamente ao tempo de participação/envolvimento com o projeto, correspondente a um período mínimo de seis meses.

A idade dos participantes variou de 28 a 77 anos. Do total de vinte e quatro pessoas que participaram das oficinas, oito eram do sexo masculino e dezesseis do sexo feminino (Tabela).

Tabela - Participantes das oficinas de sistematização segundo sexo e tipo de papel desempenhado no PCS. Embu das Artes, 2012-2013.

Participantes	Homens	Mulheres	Total
Usuários	6	10	16
Funcionários	0	4	4
Técnicos	3	1	4
Total	**9**	**15**	**24**

Vale ressaltar, que na terceira oficina de sistematização participaram representantes da equipe técnica; dos sujeitos institucionais (funcionários da Prefeitura) e dois participantes do PCS, pois o foco desse encontro foi coletar dados a partir da visão dos representantes institucionais (funcionários da SEAE e da Prefeitura). A escolha por convidar dois participantes do PCS se deu pelo grau de envolvimento destes com as duas instituições durante a operacionalização do PCS.

Os participantes do PCS que tiveram seus discursos analisados nesta pesquisa estão identificados: pela função de "agricultores urbanos/agricultoras urbanas" ou pela função desempenhada na instituição de origem; e pela idade, no momento da realização das oficinas.

A seleção dos sujeitos que compuseram o grupo que representava o "institucional" teve como critério a participação na execução do projeto, reconhecido como função atribuída a eles pelo serviço, dentro de suas funções formais de trabalho, não sendo esse grupo contratado pela Prefeitura exclusivamente para acompanhar os trabalhos do PCS.

O grupo de funcionários da Prefeitura que, dentro de suas responsabilidades profissionais, incorporou mais esta atividade, teve no projeto a função de: acompanhar os técnicos e os participantes do PCS; participar e observar os trabalhos realizados nas hortas; analisar os benefícios e resultados obtidos; e vivenciar, juntamente com os demais participantes, os desafios enfrentados durante todo o período de realização.

A equipe técnica e os participantes dos PCS foram aqueles diretamente envolvidos com o projeto, pois participaram frequentemente das atividades realizadas nas hortas, enfrentando desafios e obstáculos, mas também se beneficiando dos resultados obtidos no decorrer do processo.

Para obtermos informações sobre a situação atual da agricultura urbana de Embu das Artes, realizamos entrevista com apenas um informante-chave, sujeito que havia sido parte da equipe técnica do PCS e atualmente é responsável pelo Programa Municipal de Agricultura Sustentável (PROMAS).

Esclarecemos por fim, que ao longo do trabalho, foram mencionadas algumas autoridades públicas, que tiveram envolvimento com a experiência, porém, para manter o sigilo de seus nomes, foram identificadas pelos cargos exercidos na época (exemplo: Prefeito 1, Prefeito 2, Secretários, etc).

3.3. ASPECTOS ÉTICOS

Para o desenvolvimento da investigação, foram considerados os princípios éticos que norteiam a pesquisa envolvendo seres humano, conforme a Resolução CNS 196/96 e suas complementares.

Sua execução se iniciou após submissão e aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (protocolo nº 2323) (Anexo 2), pela Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes (Anexo 3) e pela SEAE (Anexo 4).

Os sujeitos da pesquisa, o informante-chave e os que participaram das Oficinas de Sistematização, foram devidamente esclarecidos sobre a pesquisa e aceitaram participar da coleta de dados, firmando tal decisão por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 5; Anexo 6).

3.4. SISTEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA

As três primeiras oficinas de sistematização de experiências realizadas em 2012 ocorreram nos dias 16 e 30 de junho e 14 de julho e a quarta oficina foi realizada em 2013 no dia 23 de março. Os encontros contaram com a participação dos participantes do PCS (público beneficiário), técnicos da SEAE (responsáveis pela execução do projeto) e técnicos do serviço público municipal (agentes de saúde, enfermeiros, técnicos, assistentes sociais, entre

outros). Os relatos obtidos durante as oficinas de sistematização reforçaram ou complementaram as informações obtidas pela análise documental.

Segundo JARA-HOLLIDAY (1996) o processo de sistematização pode ser divido em cinco etapas, também chamado de “tempos”.

O primeiro tempo**,** equivalente ao ponto de partida, partiu da própria prática, ou seja, esta etapa só foi possível porque existiu algo de concreto a ser sistematizado, neste caso o PCS.

O segundo momento correspondeu à descrição da experiência a partir da análise documental e dos relatos coletados durante as três oficinas de sistematização. Neste momento, alguns questionamentos serviram para iniciar a sistematização, como por exemplo: a) a definição do objetivo da sistematização; b) a delimitação do objeto da sistematização; c) a definição do eixo de sistematização.

O terceiro tempo referiu-se à recuperação do processo vivido apoiado na coleta de dados e o quarto tempo esteve ligado aos aspectos descritivos da experiência: a) reconstrução da história; b) ordenação e classificação da informação obtida.

O quinto tempo foi dedicado à análise dos dados obtidos e a interpretação crítica da experiência sistematizada.

Para JARA-HOLLIDAY (1996), as conclusões teóricas podem ser formulações conceituais surgidas diretamente do refletido a partir da experiência.

Essas formulações, na visão deste autor, devem relacionar-se com formulações teóricas estabelecendo, portanto, um diálogo de mútuo enriquecimento, permitindo a formulação de hipóteses que apontem uma possível generalização de maiores alcances teóricos.

De acordo com esta metodologia, cada tempo tem uma enorme quantidade de variáveis em termos de conteúdo, alcances, níveis de

profundidade, duração, instrumentos que foram utilizados e situados no conjunto do processo.

As oficinas de sistematização de experiências tiveram os seguintes propósitos:

- Oficina 1: Resgatar a história do projeto com participantes do PCS, técnicos da equipe executora da SEAE e técnicos da Prefeitura de Embu das Artes;

- Oficina 2: Identificar o impacto do projeto na vida cotidiana de todos os envolvidos (com os mesmos participantes da Oficina 1) sob a ótica da Promoção da Saúde;

- Oficina 3**:** Obter informações acerca das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) do PCS. Esta oficina contou com um número reduzido de pessoas, sendo dois representantes dos participantes (público beneficiário), técnicos da equipe executora da SEAE e técnicos da Prefeitura de Embu das Artes;

- Oficina 4: Fazer a devolutiva dos resultados obtidos e validá-los junto aos sujeitos da pesquisa.

Todas as oficinas de sistematização contaram com o suporte de uma consultora especializada em mediações de grupos, que foi contrata para exercer o papel de facilitadora, contribuindo com a coleta de dados (relatos, desenhos, etc) durante os encontros.

3.4.1. A 1ª Oficina de Sistematização de Experiência: Resgate da História do Projeto

A facilitadora da oficina inaugurou o dia com uma dinâmica de abertura, solicitando a todos que movimentassem seus corpos e respirassem profundamente. Esse exercício contribuiu para que todos “aterrisassem” e se concentrassem no que se desenvolveria ao longo do encontro.

O passo seguinte foi a apresentação individual. Todos se apresentaram e compreenderam o papel que cada um exercia naquele dia: os representantes do grupo de pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar” da Faculdade de Saúde Pública da USP, os sujeitos da pesquisa (todos os envolvidos no processo), a facilitadora das oficinas e a pesquisadora (Figura 2).

Figura 2: Momento inicial da 1ª Oficina de Sistematização

Na sequência, a facilitadora explicou a proposta de realização das três oficinas (Oficina I: **resgate da história do projeto**; Oficina II: **o impacto do projeto na vida dos participantes**; Oficina III: **realização da FOFA do PCS**) e informou sobre a devolutiva após a análise das informações obtidas nas três oficinas.

A dinâmica utilizada para o **resgate do processo histórico** foi denominada de “Linha do Tempo”, em que os participantes receberam fichas de cartolina e orientação para registrarem, individualmente, os fatos mais marcantes na história do projeto, sendo um fato para cada ficha.

Os participantes foram convidados a colar as fichas ao longo de uma linha do tempo, que passou a ser dividida por ano. As fichas foram sendo lidas

para todo o grupo e fixadas em ordem, de forma que, para um mesmo período do projeto, diferentes participantes foram dando suas contribuições e discutindo o histórico da experiência de forma coletiva (Figura 3).

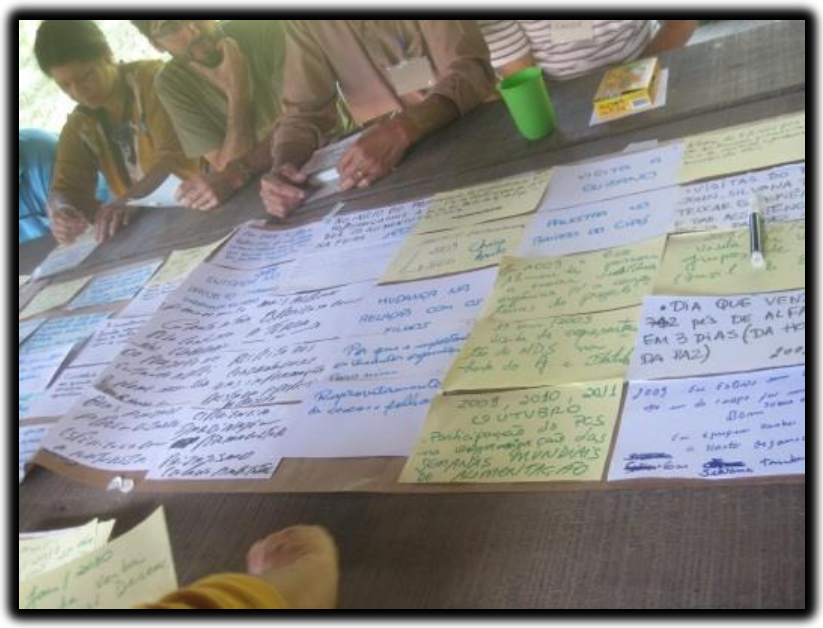


Figura 3: Formação da linha do tempo da 1ª Oficina de Sistematização

A facilitadora buscou animar o diálogo e manter viva a construção da história do projeto. Em função do tempo restrito, não foi possível buscar muitas inter-relações entre os fatos (limitação do estudo). Assim, o foco foi dado à coleta das diversas experiências e fatos destacados pelos sujeitos da pesquisa com base na participação no PCS.

Vale ressaltar que esta oficina foi importante para ativar a memória dos participantes, subsidiando e complementando informações referentes à contextualização do PCS, realizada via análise documental.

A Linha do Tempo, construída a partir das fichas, foi sistematizada em uma Planilha de Excel para permitir o trabalho com filtros. A planilha foi composta por quatro colunas principais contendo: Ano, Acontecimento Narrado, Visão, Departamento/Horta e para todas elas foram aplicados auto-filtros (Anexo 7).

3.4.2. A 2ª Oficina de Sistematização de Experiência: Impacto do Projeto na Vida dos Envolvidos

No segundo encontro, o dia foi inaugurado com uma dinâmica de abertura na qual todos os participantes foram convidados a realizar um exercício de respiração e concentração, sendo considerado pela facilitadora como preparatório para as atividades seguintes.

Na sequência, os participantes foram convidados para um exercício de resgate de memória, voltado à construção da imagem de suas vidas antes e depois do projeto. Este exercício foi feito de olhos fechados, em silêncio, no formato de uma meditação guiada pela facilitadora. As perguntas norteadoras foram:

- Como me percebo antes e depois do projeto? O que está diferente? O que as pessoas percebem que mudou em mim?

- O que é diferente em mim, na relação com minha família/comunidade depois que participei do projeto?

- O que sei fazer hoje que não sabia fazer antes? O que deixei de fazer?

- O que mudou em minha saúde e na forma como me alimento?

Após o exercício, os participantes receberam folhas de papel, giz de cera e canetas para expressarem e registrarem as respostas por meio de desenho ou escrita. Foi dada a liberdade para que cada um escolhesse a melhor forma de expressão (Figura 4). Os participantes com dificuldade de escrita receberam apoio da equipe para fazerem seus registros.

Figura 4: Leitura do registro individual na 2ª Oficina de Sistematização

Após o registro individual foi pedido aos participantes que se dividissem em grupo para compartilharem seus registros (percepções e sentimentos) (Figura 5). Os participantes foram divididos em grupos de quatro a cinco pessoas com o intuito de compartilharem com os demais, seus textos e desenhos.

Figura 5: Compartilhamento dos registros individuais nos subgrupos

Em seguida, os participantes foram orientados a montar uma apresentação coletiva sobre os impactos do projeto na vida de todos os membros do grupo.

Na apresentação dos trabalhos, cada subgrupo realizou as apresentações para o grupo maior e demais presentes (Figura 6). Todos tiveram direito a voz; a facilitadora procurou incentivar a fala de todos os participantes, mesmo a dos mais tímidos.

Figura 6: Apresentação dos trabalhos coletivos dos subgrupos

Alguns participantes preferiram manifestar suas impressões e sentimentos por meio de desenhos, conforme demonstrados a seguir (Figuras 7, 8, e 9):

Figura 7 – Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização

Figura 8 – Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização

Figura 9 – Desenho feito durante a 2ª Oficina de Sistematização

Na apresentação dos pequenos grupos para o grupo maior foram colhidas as percepções e os sentimentos dos participantes de forma agrupada.

A apresentação do primeiro grupo foi feita apenas oralmente, porém para a análise, tivemos o apoio da transcrição do áudio, uma vez que todas as oficinas foram gravadas e transcritas. Ao final das apresentações, os subgrupos entregaram suas anotações coletivas, feitas no papel do *flip chart,* à pesquisadora (Figuras 10, 11, 12 e 13).

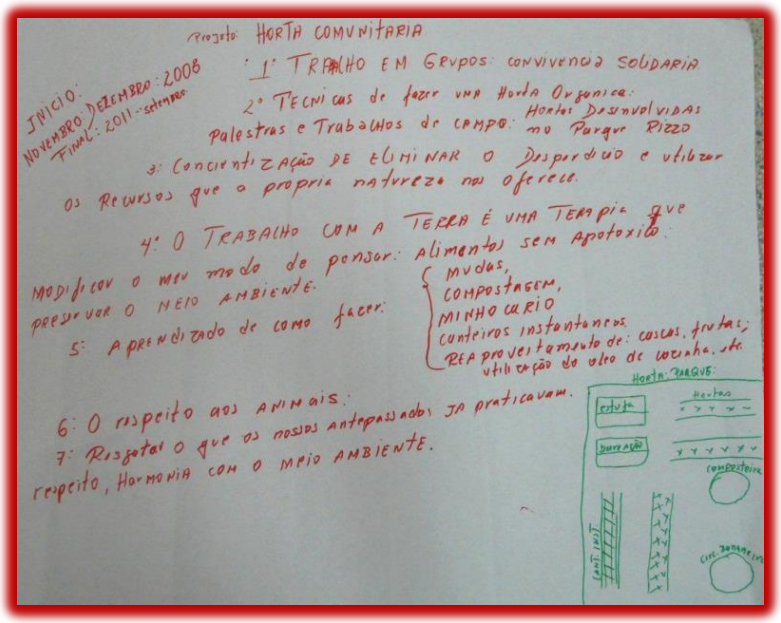


Figura 10 - Anotações do grupo 2 durante a 2ª Oficina de Sistematização

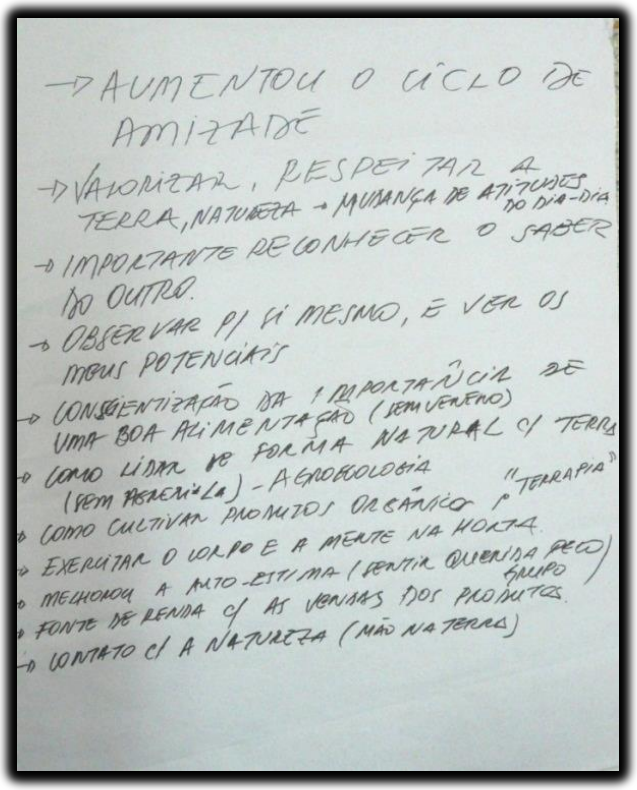


Figura 11: Anotações do grupo 3 durante a 2ª oficina de sistematização

Figura 12: Anotações do grupo 4 durante a 2ª oficina de sistematização

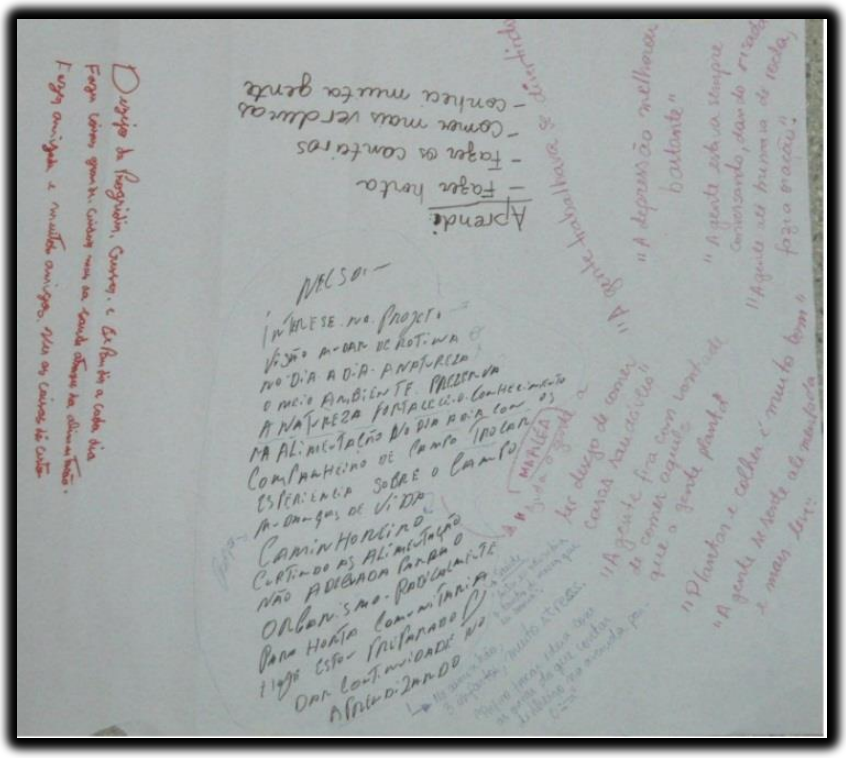


Figura 13: Anotações do grupo 5 durante a 2ª oficina de sistematização

3.4.3. A 3ª Oficina de Sistematização de Experiência: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do Projeto (FOFA)

Para a dinâmica de abertura deste dia, foram realizados exercícios de movimentos com o corpo, massagem e respiração com todos os presentes.

Com o intuito de provocar uma reflexão acerca das **forças** e **oportunidades** do PCS, a facilitadora convidou os participantes a fazerem um resgate individual sobre uma situação em que o projeto havia tido alguma oportunidade aproveitada (Figura 14). As perguntas norteadoras para reflexão sobre a situação foram:

- O que contribuiu positivamente para que o processo acontecesse?

- Com que recursos (financeiros, pessoais, parcerias, relações) pudemos contar?

- O que identifico que é interno e o que é externo ao projeto que contribuiu para o êxito da situação?

Figura 14: Orientação da facilitadora durante a 3ª Oficina de Sistematização

Em seguida, os participantes foram divididos em grupos de quatro a cinco pessoas para compartilharem suas reflexões individuais, sendo orientados a montar uma apresentação coletiva sobre as forças e as oportunidades do PCS (Figura 15). Ao final da dessa tarefa, cada subgrupo realizou as apresentações para o grupo maior (Figura 16).

Figuras 15: Atividade em grupos

Figuras 16: Apresentação de um dos subgrupos

Na atividade voltada para o resgate das **fraquezas** e **ameaças** do PCS, os participantes foram convidados a fazer um resgate individual sobre momentos em que o projeto passou por uma situação ameaçadora e que não houve uma solução exitosa. As perguntas norteadoras para reflexão sobre a situação foram:

- Que fatores impactaram negativamente a situação e comprometeram seu êxito?

- O que faltou (internamente e externamente ao projeto) para vencer os obstáculos encontrados?

No segundo exercício reflexivo, ao contrário do momento anterior, a reflexão não ocorreu individualmente em função do tempo. Mesmo assim, os participantes foram convidados a sempre remeterem a uma situação vivida para conseguir listar as fraquezas e as ameaças do projeto. Na apresentação final dos trabalhos, cada subgrupo realizou apresentações para os demais.

3.4.4. A 4ª Oficina de Sistematização de Experiência: Devolutiva e Validação dos Resultados da Pesquisa

A quarta oficina de sistematização contou com a presença dos sujeitos da pesquisa e dos membros do Grupo de Pesquisa “Promoção da Saúde e Segurança Alimentar” da FSP.

A facilitadora convidou todos para sentarem em roda e apresentou a programação do dia para o público presente.

Primeiramente a pesquisadora apresentou os resultados obtidos na terceira oficina de sistematização denominado FOFA e posteriormente apresentou os demais resultados da pesquisa sob a ótica da Promoção da Saúde.

A validação dos resultados foi feita por etapas, bem como complementada por comentários dos sujeitos da pesquisa, que será mais bem

detalhada no tópico “Devolutiva e validação dos resultados da pesquisa” do item “Resultados e Discussão”.

Também foi passado para o público presente um vídeo com imagens das três primeiras oficinas para que todos pudessem recordar dos trabalhos realizados anteriormente.

Ao final desse encontro, a facilitadora solicitou alguns minutos de silêncio para uma reflexão individual e posteriormente pediu que cada um compartilhasse com os presentes as seguintes questões: *Como foi participar das oficinas? O que significou essa participação?*

Após a rodada de depoimentos, foi celebrado o encerramento dos trabalhos com um lanche coletivo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise documental, dos depoimentos dos participantes do PCS, coletados durante as três oficinas de sistematização, e da leitura das transcrições das oficinas, buscou-se descrever o histórico do PCS e organizar os dados segundo categorias de análise tendo por base o referencial teórico da Promoção da Saúde e os princípios e campos de ação que emergiram das falas dos participantes (técnicos dos serviços públicos da Prefeitura, equipe técnica da SEAE e participantes do PCS): sustentabilidade, participação, intersetorialidade, ação comunitária, desenvolvimento de habilidades e ambientes favoráveis à saúde e políticas públicas saudáveis, conforme apresentamos a seguir.

4.1. EXPERIÊNCIA DO COLETIVO EPARREH EM EMBU DAS ARTES

No ano de 2004, com o intuito de compreender e aprofundar discussões sobre transgênicos e outros temas relacionados como: agricultura convencional, uso intensivo de agrotóxicos, adoecimento da população e ameaças ao planeta em virtude de plantios contaminados por agrotóxicos e fertilizantes químicos, entre outros, estudantes de diversas áreas da Universidade de São Paulo, inicialmente da Geografia, seguidos pelos de Biologia, História, Pedagogia e Letras formaram um grupo de estudos que posteriormente se tornou um coletivo para desenvolvimento de estudos e práticas, agregando inclusive, estudantes de outras universidades.

Os estudos do coletivo evoluíram e outras temáticas que apontavam para novas possibilidades, como alimentação e vida saudável, cultivo de alimentos orgânicos, agroecologia, agricultura biodinâmica, permacultura, entre outras, foram sendo incorporadas pelo grupo de estudo.

No decorrer deste percurso, o grupo foi amadurecendo e sentindo a necessidade de ganhar uma identificação, surgindo então, num segundo momento, o nome do coletivo, “EPARREH: Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano”.

Com o tempo, o EPARREH, como ficou conhecido, sentiu a necessidade de partir para a prática, ultrapassando os muros da universidade.

4.1.1. Da Teoria à Prática: Ações Iniciais no Município de Embu das Artes

Um dos membros do Coletivo EPARREH era professora de história em uma escola do município de Embu das Artes/SP, a Escola Estadual Rodolfo José da Costa e Silva, situada no Jardim Mimás para a qual apresentou o desejo do EPARREH em levar os conhecimentos adquiridos na universidade para alguma comunidade. A diretora preocupada com a situação da escola e atenta aos anseios dos professores resolveu apostar na vontade deste grupo de universitários.

A partir deste momento, em horários extra-aula, iniciaram-se trabalhos de extensão universitária com a realização de atividades de cunho educativo e terapêutico.

O coletivo EPARREH, aos poucos, foi introduzindo atividades de plantio, yoga, música, dança, entre outras, além de contribuírem para a realização de festas temáticas que há muito estavam paralisadas na escola devido à violência no bairro.

De 2004 a 2006, o trabalho na escola contou com o apoio do Fundo de Cultura e Extensão Universitária da USP por meio do “Projeto Sementes: Alfabetização Ecológica e Desenvolvimento de Horta Orgânica e Comunitária na Escola Estadual Rodolfo José da Costa e Silva”.

Em 2006, o Coletivo EPARREH tornou-se parceiro da Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE) e em 2007 o EPARREH e a SEAE criam o

Laboratório Urbano de Agroecologia e Referência em Agricultura Urbana e Educação Socioambiental (LUARES).

O LUARES, sediado em uma área destinada à extração de água mineral, de propriedade da Fonte dos Jesuítas com quem a SEAE mantinha parceria para realização de atividades socioeducativas, tinha o objetivo de implantar um laboratório de formação de agentes comunitários, multiplicadores da agricultura urbana agroecológica no município (CAVALCANTE, 2011).

Em maio de 2007, membros do EPARREH e da SEAE participaram do Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo era o lançamento do "Edital SESAN/MDS Nº 01/2007: Seleção de Proponentes para Apoio a Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana". O edital contava com recursos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados (DPSD) e da Coordenação Geral de Apoio a Agricultura Urbana (CGAAU).

As equipes do EPARREH e da SEAE consideraram a possibilidade de participação neste edital uma ótima oportunidade para o desenvolvimento de ações para a promoção da agricultura urbana na cidade. Entretanto, o mesmo se destinava a convênios com Prefeitura e não com Organização Não Governamental (ONG). Com isso, as equipes convidaram o governo municipal para escreverem, em conjunto, um projeto de agricultura urbana agroecológica (CAVALCANTE, 2011).

Como a SEAE vinha desenvolvendo ações e projetos em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o secretário da pasta levou a ideia para o então prefeito 1 e ambos aceitaram o convite para elaborar um projeto de agricultura urbana agroecológica em parceria com a SEAE e o EPARREH.

Além da ONG, do Coletivo EPARREH e da Prefeitura de Embu das Artes, alguns membros do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP) também contribuiu para a redação do projeto.

A proposta de implantação de um projeto para o desenvolvimento de práticas comunitárias de SAN e agricultura urbana foi contemplada e em dezembro de 2007 a Prefeitura de Embu das Artes firmou um convênio com o governo federal para a realização do “Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana” (CAVALCANTE, 2011).

4.2. HISTÓRICO DO PCS

Como mencionado anteriormente, o PCS compreendeu duas fases de execução: a primeira ocorreu por meio da parceria entre MDS, Prefeitura de Embu das Artes e SEAE; a segunda através do convenio firmado entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE. As duas fases compreenderam o período de 2008 a 2011.

O PCS surgiu como um projeto piloto no município e não contava com comunidades mobilizadas, tampouco terrenos previamente destinados à implantação das hortas comunitárias.

Para a sensibilização e mobilização das comunidades ocorreu um amplo processo de seleção dos beneficiários, envolvendo diversas secretarias municipais e representantes da sociedade civil visando à identificação e mobilização do público alvo do projeto e o começo de uma ação conjunta no município. As secretarias mais envolvidas nessa ação foram: Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, sendo a última, a secretaria responsável pelo projeto dentro da Prefeitura.

Dentre os equipamentos públicos acessados, destacam-se: Centros de Referência de Assistência Social, Incubadora Municipal de Cooperativas, Centro de Referência da Mulher, Programa Municipal de Habitação (PRÓ-HABITAÇÃO), Programa de Coleta Seletiva, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Programa Saúde da Família, Centro Municipal de Zoonoses, Escolas da

Rede Pública de Ensino, Pastoral da Criança, Grupos da Terceira Idade de Itatuba, Conselho Gestor da Saúde de Itatuba, Associação de Moradores de Itatuba (SABIÁ). Houve também a aproximação com alguns conselhos locais como: o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes (COMSEA), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e o Conselho Gestor da APA Embu Verde.

Foram enviadas cartas-convites aos beneficiários do Programa Bolsa Família e realizadas reuniões com os beneficiários do Programa Renda Cidadã como estratégias de contato e mobilização.

Ao final das etapas de sensibilização e mobilização, foi realizado um evento oficial no Parque do Lago Francisco Rizzo para a apresentação e inscrições no projeto com a presença de mais de duzentas pessoas de diversas comunidades.

Considerando a importância do envolvimento dos participantes nas decisões, metodologias de cunho participativo foram utiizadas desde a etapa de sensibilização e mobilização, sinalizando para uma aproximação de alguns princípios previstos na Promoção da Saúde, como a participação social e a intersetorialidade.

Apesar de o projeto ter um enfoque nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, as atividades sempre estiveram abertas para todos os interessados em agricultura, alguns dos quais já praticavam agricultura no campo ou na cidade ou, então, traziam em seu histórico um passado agrícola ou, ainda, aqueles com interesse em se envolver com as ações do projeto.

Durante todo o projeto foi permitido o ingresso de novos participantes. Pessoas de outros municípios, como Cotia, Itapecerica, Taboão da Serra e São Paulo também se inscreveram no PCS, participando das atividades,

principalmente no Parque do Lago Francisco Rizzo, localizado numa área central de fácil acesso.

Inicialmente, inscreveram-se no projeto e participaram dos primeiros encontros cerca de 140 famílias.

4.2.1. Objetivos do PCS

O objetivo geral do PCS era promover a inserção socioeconômica, combater fome, promover a SAN, promover a educação socioambiental, resgatar o saber popular, estimular a geração de trabalho e renda e a economia solidária, com ênfase na produção orgânica/agroecológica. Os objetivos específicos centraram-se em atividades voltadas para a produção/geração de trabalho e renda; educação e saúde; comercialização e organização dos agricultores urbanos e periurbanos.

4.2.2. Metas do PCS

Para melhor visualização do período de realização do PCS, segue abaixo um quadro com metas referentes às duas fases do projeto (Quadro 1):

Quadro 1 - Metas do PCS

Primeira Fase (2008-2010)	**Segunda Fase (2010-2011)**
Metas	**Metas**
-Realizar a sensibilização e mobilização de famílias por meio de processos multi-atorais[3] de diagnóstico e planejamento estratégico para a ação em agricultura urbana e periurbana;	-Realizar a sensibilização e mobilização de famílias por meio de processos multi-atorais de diagnóstico e planejamento estratégico para a ação em agricultura urbana e periurbana;
-Promover a formação das famílias beneficiadas pelo projeto através da difusão de técnicas de produção agroecológica no cultivo de hortaliças, lavouras, ervas medicinais, plantas arbóreas	-Promover a formação das famílias beneficiadas pelo projeto através da difusão de técnicas de produção agroecológica no cultivo de hortaliças, lavouras, ervas medicinais, plantas arbóreas

[3] O processo multi-atoral, que trabalha com a participação de diferentes atores em com vistas às tomadas de decisão, é destinado ao desenvolvimento e implantação de políticas e programas de agricultura urbana por meio do "Planejamento e Implementação Multi-Atoral de Políticas e Programas de Ação em Agricultura Urbana – PMPEA" (PMPEA, 2006).

frutíferas e perenes; -Trazer princípios de segurança alimentar e nutricional e a importância da agricultura urbana e periurbana para sua promoção; -Estimular práticas de aproveitamento integral dos alimentos; -Utilizar princípios e práticas de economia solidária e autogestão da produção; -Promover a educação socioambiental; -Implantar três sistemas produtivos agroecológicos adaptados à realidade local[4]	frutíferas e perenes; -Trazer princípios de segurança alimentar e nutricional e a importância da agricultura urbana e periurbana para sua promoção; -Estimular práticas de aproveitamento integral dos alimentos; -Utilizar princípios e práticas de economia solidária e autogestão da produção; -Promover a educação socioambiental; -Implantar três sistemas produtivos agroecológicos adaptados à realidade local; -Dar continuidade e iniciar novas atividades de formação e comunicação técnico-pedagógica aplicada aos sistemas produtivos comunitários atuais; -Ampliar atividades de formação e comunicação técnico-pedagógicas, com a implantação dos novos sistemas produtivos comunitários; -Manter e ampliar a comunicação técnica com os munícipes que já praticam a agricultura e dispõem de áreas com potencial tanto para o auto-consumo como para comercialização; -Manter e promover novos espaços de comercialização da produção excedente como feiras e/ou barracas em locais públicos, venda direta, entrega em domicílio, cooperativas de consumo etc.; -Promover a incubação de empreendimentos agrícolas de Economia Solidária visando à criação de cooperativas e associações de produtores locais; -Continuar fomentando a articulação e associação dos produtores locais por meio de seminários, encontros temáticos, troca de experiências e insumos; -Manter e ampliar as lideranças engajadas com a temática do projeto como agentes multiplicadores da agroecologia nas comunidades.

* Quadro elaborado pela pesquisadora

4.2.3. Sensibilização e Mobilização das Comunidades

As atividades de sensibilização e mobilização iniciaram com uma iniciativa pioneira denominada “Movimenta Itatuba” por contribuir com as

[4] Os três sistemas produtivos foram implantados da seguinte maneira: dois sistemas comunitários no terreno de Itatuba, compreendendo horta, lavoura e sistema agroflorestal (SAF) e um sistema no Parque do Lago Francisco Rizzo, sendo uma horta comunitária.

primeiras ações na área da saúde, através da implantação da primeira horta comunitária numa Unidade Básica de Saúde (UBS Itatuba).

Figura 17: Atividade prática na UBS Itatuba

A implantação da primeira horta comunitária no quintal da UBS Itatuba, atraindo moradores do bairro, contribuiu para a manifestação de talentos diversos, pois as atividades na horta mesclavam-se com outras atividades como: coral, caminhadas e as ações do "Movimenta Itatuba", conforme observamos no relato que segue:

> *"lá também no quintal do posto não foi feito só um espaço para plantar, também a gente diagnosticava outros potenciais, quem não queria mexer com a terra, costurava, ficava cantando, ajudava no que mais se identificava..."* (Agente Comunitária de Saúde, 28 anos)

No caso da UBS Itatuba, os agentes comunitários de saúde e funcionários da UBS, além de reuniões periódicas com a equipe técnica do PCS, também contribuíram para a identificação de famílias que já praticavam a agricultura urbana e apresentavam potencial para participação no projeto.

O Movimenta Itatuba (Figura 18) pode ser considerado como a primeira ação efetiva dentro do PCS, aproximando-se do campo de ação reforço da ação comunitária, que segundo RESTREPO (2001.b) ocorre quando se criam condições em que comunidades, grupos e indivíduos adquirem a capacidade de tomar decisões que lhes competem para melhorar suas condições de vida e tenham controle sobre a situação de exclusão social, redundando em melhores níveis de saúde e qualidade de vida.

Figura 18: Movimenta Itatuba

O Movimenta Itatuba também se aproxima da participação social, pois diversos atores sociais se reuniram em prol de melhorias para o bairro. Nesse caso, a participação social foi marcada por diversas atividades desenvolvidas na comunidade com apoio de organizações não governamentais, lideranças comunitárias, moradores, representantes da sociedade civil, agricultores e representantes do poder público.

Além dos encontros ocorridos na UBS Itatuba, outros espaços também foram utilizados para o desenvolvimento da agricultura urbana agroecológica no bairro como: escolas, creches, abrigos de adolescentes, associações de bairro.

Um dos desafios que a equipe técnica enfrentou durante a realização das duas fases esteve ligado à baixa adesão de participantes. Apesar de serem continuamente contactados, os beneficiários dos outros programas sociais, como Bolsa Família e Renda Cidadã, foram os que menos se interessaram em participar do PCS e, quando o fizeram, permaneceram por um curto período no projeto, resultando em uma alta rotatividade dos participantes.

Segundo DEMO (2005), a política social no país tem seguido uma tendência de se restringir a cardápios assistenciais "residualistas", com cada vez menos compromissos emancipatórios:

> (...) este tipo de assistência perdeu de vista a cidadania popular, porque estigmatiza o pobre como simples beneficiário, enredando-o definitivamente na dependência subserviente. Antes, era coisa de partido de direita, hoje é procedimento recorrente de certas esquerdas ou pretensas esquerdas, que, com isso, constroem seus currais eleitorais. Programa como o Fome Zero dificilmente saem do zero porque se bastam como procedimentos de inclusão que nivelam a população por baixo, ou seja, na margem. Dialeticamente falando, os pobres são parte integrante do sistema, mas estão incluídos na mais extrema margem, como párias da sociedade (DEMO, 2005: p.452).

O trabalho de sensibilização e mobilização das comunidades no município de Embu das Artes demonstrou, em pequena escala, o que vem acontecendo no país ao se privilegiar mais as políticas de ordem assistencialistas em detrimento das de cunho emancipatório, isto é, por um lado "certo comodismo" da população atendida em se manter beneficiária de programas de transferência de renda, e por outro, uma ótima oportunidade para que governos de base populista se perpetuem no poder.

Vale considerar, no entanto, que as populações fragilizadas socialmente não se acomodam por escolha própria, muitas vezes são reféns de suas condições de beneficiárias dos pacotes assistencialistas.

Neste sentido, acredita-se que deve haver vontade política e esforço governamental em termos de criação de políticas públicas que contribuam para emancipação intelectual e profissional, de modo que estas pessoas migrem da condição de sujeitos passivos para sujeitos ativos.

4.2.4. As Ações Intersetoriais

A articulação intersetorial, estratégia crucial para se atingir maior efetividade das ações e políticas de Promoção da Saúde é, segundo MOYSÉS e MOYSÉS (2012), um desafio permanente, ocupando inclusive o centro do debate internacional.

Segundo os autores citados, essa estratégia pressupõe não só articulação entre sujeitos sociais e instituições com saberes, culturas e interesses diversos, mas também um novo modelo de gestão voltado para o enfrentamento de problemas complexos, além de inspirar novos desenhos e práticas de formulação de agendas e implementação de políticas públicas.

Para MENDES (2002) a intersetorialidade, considerada um dos princípios da Promoção da Saúde, reconhece e chancela a multiplicidade de olhares sobre a realidade complexa.

Este princípio foi evidenciado em diversos relatos coletados durante a realização das três oficinas de sistematização.

Um dos técnicos-educadores citou a forma como o PCS foi elaborado, já se aproximando de uma articulação intersetorial:

> *".... ter respondido ao Edital da MDS de agricultura urbana .... originou tudo, ... abriu essa oportunidade externa que a gente procurou o grupo idealizador do projeto, procurou a prefeitura e falou 'tem esse edital', só que podia só na época ser ... pela prefeitura, tinha que ter a assinatura do prefeito, e quem idealizou o projeto era de fora da prefeitura, então houve esta parceria, e a partir daí que houve essa oportunidade de todo o resto ocorrer. Então foi uma oportunidade que a gente pôde aproveitar."* (Técnico-educador, 31 anos)

O modelo de intersetorialidade que mais se destacou na experiência foi o praticado na base da pirâmide organizacional do poder público (NASCIMENTO, 2010), conforme observamos nos próximos relatos.

> *" .... esse envolvimento muito efetivo foi dos técnicos das secretarias envolvidas, de uma* [auxiliar de enfermagem, agente comunitária, gerente de UBS] *de vários técnicos, de assistentes sociais .... quando a gente fala da falta de envolvimento, sim, dos níveis de prefeito e secretários, nível mais institucional .... de decisão, entre as*

assistentes sociais, agentes comunitárias de saúde, houve um envolvimento enorme, fortíssimo, por isso que o projeto deu certo. Então não é que não houve esse envolvimento, mas por parte de quem toma decisões, como a 'F' falou, às vezes tiravam pessoas envolvidas no projeto para outras tarefas porque não davam a prioridade para aquele tipo de atividade, então é importante na pesquisa, se for abordar essa temática ficar claro isso, que a gente não está dizendo que não houve envolvimento das equipes das Secretarias, dos técnicos, das pessoas. Foi uma questão mais politica no nível de decisão, alto escalão do poder público que não houve isso de uma forma efetiva." (Técnico-educador, 31 anos)

As ações intersetoriais promovidas pelo PCS junto aos equipamentos públicos das secretarias municipais de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente foram mencionadas por alguns atores sociais.

Gerente de uma Unidade Básica da Saúde citou o início de uma ação intersetorial:

"Então em 2010 foi quando nasceu a proposta do grupo de hipertensos e diabéticos pra horta, a proposta que nasceu no grupo..... a gente foi atrás da Secretaria do Meio Ambiente .... Em 2010 com a proposta a gente trabalhou a questão da integração da equipe da unidade com os pacientes que iriam trabalhar no projeto porque a gente inseriu pacientes e funcionários ....." (Gerente de UBS, 45 anos, sexo feminino)

Técnico-educador do PCS relatou como se deu o envolvimento de diversas secretarias:

"A parceria com a Secretaria de Saúde e os equipamentos públicos, então as UBSs, CAPS-AD, Centro municipal de Zoonoses, e o que a gente colocou aqui também foi a parceria com a Secretaria de Assistência Social por meios dos CRAS, dos CREAS, Banco de alimentos, a casa do Empreendedor, mas também de outras secretarias, nessas duas foram junto com a Secretaria de Meio Ambiente que foi gestora do projeto, foram as que tiveram envolvimento direto porque são as que estão mais lá a ponta, mas aqui a gente não anotou, mas a gente teve também envolvimento direto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Educação, Secretaria de Participação Cidadã, entre outras Secretarias, Educação." (Técnico-educador, 31 anos)

As dificuldades vivenciadas pelos envolvidos são demonstradas nos relatos seguintes, sinalizando que a intersetorialidade praticada no topo da pirâmide foi a mais desafiadora:

Técnico educador descreveu envolvimento e/ou falta de envolvimento das diversas secretarias:

> *".... dificuldade por parte da secretaria em realizações entre as secretarias voltada ao desenvolvimento do projeto Colhendo Sustentabilidade, a dificuldade que houve desse projeto sem ter tido entre as secretarias, tinham umas que estavam dando apoio, e ia pedir apoio de outras secretarias e não queriam nem saber 'não, isso daí é problema da Secretaria do Meio Ambiente', então não houve união entre as secretarias em prol do desenvolvimento deste trabalho, deste projeto."* (Técnico-educador, 31 anos)

> *".... teve secretários, secretárias que assim, também colocavam alguns empecilhos para que a assistente social* [ligada à Secretaria de Assistência Social] *não acompanhasse os trabalhos, sabe assim, então também houve esse tipo de obstáculo de alguns que não entendiam* [o projeto] *talvez."* (Técnica-educadora, 40 anos)

Em outro momento, participante e técnico comentam as dificuldades resultantes da alocação do projeto na pasta de uma secretaria específica e não ser um programa de governo:

> *".... o projeto ser politica de uma secretaria e não do governo prejudicou muito o trabalho intersetorial no alto escalão entre os secretários, então acho que isso aí, quer dizer, com o projeto que veio implantado pelo pessoal de fora e não dentro da prefeitura que saiu esse projeto, não foi isso?"* (Agricultor urbano, 57 anos)

> *" .... a gente chegou a ouvir da voz do Secretário do Meio Ambiente que se o projeto fosse um projeto sob a responsabilidade de uma politica de governo, talvez as outras secretarias tivessem se apropriado mais e o fato de não ter sido, ter sido algo de uma secretaria prejudicou um trabalho intersetorial mais do alto escalão né, o trabalho entre secretarias, um diálogo maior entre os secretários."* (Técnica-educadora, 40 anos)

Para WAYNSZTOK e AKERMAN (2012), a questão da intersetorialidade em saúde, em termos de gestão, apresenta-se com um desafio dobrado: de articular a teoria e a ação; e a tensão existente entre a compreensão da complexidade do real, com a enunciação de uma política que possa enfrentá-la e a percepção de sua gestão.

Entre as dificuldades presentes na intersetorialidade, WAYNSZTOK e AKERMAN (2012) citam a escassez de bibliografia no campo da saúde pública, a própria complexidade conceitual e a escassa sistematização de experiências de gestão intersetorial com vistas ao fortalecimento da reflexão e análise de prática para construção da teoria.

Segundo NASCIMENTO (2010), a intersetorialidade pode ser combinada a modelos ascendentes ou descendentes, sendo ascendente quando a intersetorialidade é desenvolvida na base da gestão institucional e descendente, o inverso, considerando a atuação de diferentes sujeitos/técnicos de organismos públicos e da sociedade civil na formulação de propostas para atendimento comum de metas ou objetivos.

Nesta análise, tomamos a liberdade de dividir as ações intersetoriais em: **ação ascendente**, ou seja, da base, e **descendente** ou, do topo, identificando em qual nível a ação se deu.

Desse modo, o envolvimento inicial dos funcionários da UBS Itatuba demonstra uma ação intersetorial ascendente na medida em que estes atores foram sendo acessados para contribuir com a identificação de público alvo do PCS e posteriormente passaram a se envolver ativamente com o projeto.

Ao fim da segunda fase do PCS, as atividades já haviam sido incorporadas no planejamento da área de Promoção da Saúde da Secretaria Municipal da Saúde.

Durante todo o período de realização, incluindo as duas fases do projeto, participaram do processo um total de nove Unidades Básicas de Saúde que se tornaram parceiras do PCS: UBS Itatuba, UBS Ressaca, UBS Centro, UBS São Luiz, UBS Independência, UBS Santo Eduardo, UBS Santa Emília e UBS Nossa Senhora de Fátima, UBS Dom José. Das nove UBS, apenas duas não tiveram ações dentro das unidades, mas contribuíram com a parte de sensibilização, mobilização e capacitação das comunidades: a UBS Ressaca e a UBS Centro.

O convênio firmado entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE para realização da segunda fase do PCS, possibilitou a ampliação das ações de agricultura urbana agroecológica no município de Embu das Artes. Nessa fase, o processo de expansão do PCS em outras regiões do município apresentou aspectos distintos da fase anterior.

Uma peculiaridade da segunda fase em relação à primeira foi que a comunidade se fez mais presente para a “construção do novo PCS”, sinalizando maior apropriação da temática da agricultura urbana agroecológica por parte da população, resultando, portanto, numa maior participação social juntamente com o desenvolvimento de habilidades no que se refere à revisão do projeto e implantação da segunda fase.

Nesta reflexão, retomamos o conceito de educação em saúde, que segundo MACHADO *et al.*, (2010) desempenha um importante papel na área da Saúde, pois pode ser considerada um instrumento de desenvolvimento de políticas públicas saudáveis, reforçando ações nas comunidades e contribuindo para o desenvolvimento de habilidades.

As autoras citadas destacam ainda o conceito de participação habilitadora, entendida por elas, como:

> um processo consciente, crítico, em que a mudança de comportamento para cuidar da saúde se dá pela aprendizagem sobre saúde, pelas habilidades aprendidas, pelo entendimento das condições de saúde articuladas ao estilo de vida e como os serviços de saúde operam. A partir deste entendimento, o usuário terá de fato vivido uma participação habilitadora, no sentido de ser uma mudança consciente, sendo capaz de mudar, mudar na família e mudar o contexto em que vive (MACHADO *et al.*, 2010: p.2134).

A população envolvida no PCS demonstrou maior engajamento e envolvimento com a temática, inclusive em relação à multiplicação das práticas agroecológicas em outros locais, como em terrenos baldios, creches, escolas, muitas vezes de forma independente, sem a presença da equipe técnica.

Exemplo dessa participação são os agricultores urbanos da horta comunitária do Jardim São Marcos, que recebiam a visita do técnico-educador somente uma vez por mês e sempre participavam da construção de novas hortas no bairro, demonstrando autonomia em relação aos técnicos do projeto.

A limpeza, em um dos terrenos da AES Eletropaulo no Jardim São Marcos, feita pela comunidade com ajuda do prefeito 2, que na época era

assessor do prefeito 1, aproxima-se da participação social por envolver representantes da sociedade civil e representantes do poder público e demonstra reforço da ação comunitária com vistas a criação de ambientes favoráveis à saúde, pois esse terreno encontrava-se anteriormente subutilizado.

As lideranças comunitárias desempenharam um importante papel na segunda fase do PCS, pois contribuíram para a sensibilização e mobilização dos atores sociais em torno da agricultura urbana agroecológica.

Como já mencionamos, na segunda fase houve maior aproximação das comunidades, tornando-se uma prática comum entre os representantes das comunidades, tanto da sociedade civil como do poder público, o contato com a equipe técnica em busca de apoio para realização de ações conjuntas (CAVALCANTE, 2011).

A periodicidade das atividades variava entre semanal, quinzenal e mensal, sendo chamadas de assistência técnico-pedagógica; geralmente estas assistências eram realizadas por um ou mais técnico-educadores do PCS e, em alguns casos, acompanhados por agentes comunitários e auxiliares de enfermagem da Secretaria de Saúde e de assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social.

O trabalho desenvolvido em conjunto com os equipamentos da Secretaria da Saúde e da Secretaria de Assistência Social demonstrou a efetividade das ações intersetoriais de base, tendo pouco envolvimento do alto escalão da prefeitura, revelando também, que a vontade e o comprometimento dos funcionários resultaram no sucesso das parcerias.

O envolvimento da primeira UBS, do bairro de Itatuba, contribuiu para que, na segunda fase, outras unidades básicas de saúde se tornassem parceiras do projeto, contribuindo com a mobilização de pessoas em atividades de agricultura urbana agroecológica nas unidades, além do fortalecimento das ações intersetoriais.

4.2.5. Ação Comunitária

A ação comunitária foi dividida em subcategorias: **ambiente; sociabilidade**; **cidadania**. Em todas as subcategorias foram identificados relatos que demonstram que o reforço da ação comunitária ocorreu em diversas dimensões, na maioria das vezes, acompanhado do fator **empoderamento**, conforme observamos na sequência.

De acordo com alguns autores, o reforço da ação comunitária é fundamental para as iniciativas de promoção da saúde e envolve o incremento de poder das comunidades na fixação de prioridades, na tomada de decisões e na definição e implementação de estratégias para alcançar um melhor nível de saúde, tendo como resultado o empoderamento da comunidade (BUSS, 2003; WESTPHAL, 2006).

i. Ambiente

O reforço da ação comunitária, com já dito, envolve a participação social de atores do Estado e da sociedade civil na elaboração e controle das ações, iniciativas e programas com vistas à promoção da saúde da população, sendo priorizado nesse campo o fortalecimento das organizações comunitárias, a redistribuição de recursos, informações e o empoderamento coletivo, para que com isso se obtenha maior controle social (WESTPHAL, 2006; OMS, 1996).

Os relatos seguintes demonstram que após o envolvimento dos participantes com o projeto ocorreu um “despertar ecológico”. Esse “despertar” contribuiu para um novo tipo de pensar e/ou agir, que pode estar relacionado com um reforço da ação comunitária, seja por ações mais efetivas em suas comunidades ou pela inserção em diversos tipos de movimentos (ambiental, agroecológico, redes sociais, etc).

Participante descreveu sua atuação numa comunidade de cunho religioso/espiritual, em que é responsável pela implantação da ISO 14000:

".... então você vê realmente como isso veio modificando o sistema de pensar. reciclagem ..... É uma congregação [grupo religioso/espiritual] *e eu faço parte. Nós estamos com uma implantação da ISO 14000, das regionais, então a gente está fazendo implantação de sistema de reciclagem. ...."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Outro participante citou o início de seu envolvimento com movimentos ligados à temática ambiental:

"Dei iniciativa no trabalho na horta comunitária, foi quando eu comecei a tomar uma iniciativa sobre o meio ambiente.... eu comecei a gostar da coisa, participar da agroecologia, o meio ambiente, a agrofloresta." (Agricultor urbano, 57 anos).

ii. Sociabilidade

Na subcategoria **sociabilidade,** o reforço da ação comunitária se revelou a partir da interação dos participantes em diferentes espaços de convivência.

Os próximos relatos demonstram melhoria da relação familiar e o desenvolvimento de processos solidários e cooperativos:

"Então no caso, por exemplo, da dona X, ela trouxe que ela melhorou a relação, ela sentiu que melhorou a relação entre os funcionários e os pacientes da unidade básica de saúde, que elas não conheciam que trabalho era feito ali, achavam que as pessoas ali não tinham uma relação próxima com a comunidade, e isso aproximou muito, foi bem interessante." (Representante de um dos subgrupos sobre uma agricultora urbana, 66 anos)

"Juntamente a isso, apareceu muito relações ligadas à comunidade, então... aumentaram os vínculos com a comunidade, uma maior integração com a comunidade, o que permitiu estabelecer mais relações com a família. Como a "W" falou, no nosso grupo a gente também sentiu um resultado.... um retorno da nossa família em relação as nossas mudanças." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 54 anos)

Também citaram o respeito à diversidade e o aprimoramento dos processos comunicativos:

"Tudo isso aumentou a sociabilidade nossa com as demais pessoas, a nossa capacidade de se relacionar com os outros, então foi colocada a questão da tolerância e do diálogo com as divergências que a dona "X" trouxe, que ela aprendeu a lidar mais com a diferença, com a opinião do outro, estar num grupo que, de repente, as pessoas tem vários pensamentos diferentes... isso aumentou a nossa comunicação e a amizade com as pessoas, o que aprimorou a nossa capacidade de lidar com o outro e as pessoas trouxeram que até com a sua família facilitou, que a partir do momento que a gente conseguiu conviver melhor nos grupos das hortas, na família isso também ajudou...." (Representante um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 66 anos)

Representantes da saúde citaram mais harmonia entre as equipes de trabalho e viabilização de espaços de convivência para cafés e almoços comunitários:

" Ficou um espaço muito bom para isso, os funcionários [da UBS] *mal se falavam, tipo 'bom dia', não tinha tempo de conversar, nem nada, muitas vezes nem de conhecer o outro e com o trabalho da horta isso ajudou muito, a gente tem um tempinho mesmo para conhecer a outra pessoa .... união da equipe melhorou muito."* (Agente Comunitária de Saúde, 28 anos)

"Almoço, a gente teve almoço comunitário na UBS, café da manhã, com os próprios produtos da horta .... produtos naturais .... então foi muito boa essa parte." (Auxiliar de Enfermagem, sexo feminino, 45 anos)

Em algumas situações os grupos também enfrentaram problemas de socialibilização entre os participantes como se observa a seguir:

"Alguns participantes se sentiam donos da horta, e você sabe, que sempre tem conflitos, né? .... vinham pessoas para ensinar e as pessoas, às vezes, [que] *estavam dentro da horta então realmente tinha aquilo 'não, eu também sei fazer, e sei fazer melhor', ouvi muito isso dentro da nossa horta, conflito entre .... técnicos e participantes .... da própria horta."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Mesmo nos equipamentos públicos ocorreram dificuldades de sociabilização entre funcionários e equipes de trabalho:

"Nosso grupo aqui teve uma pessoa que citou que foi o obstáculo em garantir nas UBSs a participação de membros das equipes, que seria, como se diz, às vezes algum funcionário da Prefeitura no acompanhamento do projeto..." (Agricultor urbano, 57 anos)

No próximo relato a gerente de uma das unidades básicas de saúde comenta que nem todos os funcionários entendiam o trabalho na horta como uma atividade de promoção da saúde, resultando em conflitos dentro da equipe de trabalho:

> *"Na verdade a gente teve este problema na UBS... da enfermeira, num determinado momento impedir a participação da* [auxiliar de enfermagem]*, que... participava do projeto desde o início, dando atividades para ela no horário da horta. Então isso foi bem complicado, eu tive que bater de frente com ela exigindo que eu queria alguém da enfermagem participando com o grupo.... porque as pessoas não conseguiam entender que participar do projeto da horta na unidade era também um trabalho, ela também estava exercendo uma atividade dentro da unidade, então ela não estava ... passando medicação, fazendo vacina, curativo ou realizando acolhimento na unidade, mas ela também estava executando uma atividade importante de promoção junto com os pacientes."* (Gerente de UBS, 45 anos, sexo feminino)

Apesar do surgimento de diversos fatos positivos, frutos do reforço da ação comunitária, os relatos demonstram que a sociabilização se apresentou como um desafio dentro do PCS. Isto pode ser explicado pelo afastamento da "vida em comunidade" na qual "vivenciar a participação" já não faz mais parte da cultura da sociedade contemporânea (DEMO, 1993).

Os relatos anteriores revelam algum tipo de dificuldade em termos de convívio social, talvez relacionados à "existência" ou "inexistência" dessa tal organização hierárquica citada por DEMO (1993) em que sempre tem que haver um para mandar e outros para obedecer.

Além disso, algum tipo de conflito de gênero se fez presente no decorrer do processo, conforme aparece sem aprofundamento no relato de um dos participantes. Não foi possível identificar em que nível o conflito ligado à questão de gênero ocorreu; uma das explicações pode estar ligada à presença de mais mulheres do que homens nas hortas (ZAPPALA, 2011), causando algum tipo de desconforto entre os sexos.

Na equipe técnica também havia a presença de técnicas-educadoras, conduzindo algumas atividades, o que também pode ter contribuído para algum tipo de desconforto entre os participantes do sexo masculino.

"Questões de gênero, conflito entre os participantes... participantes e técnicos... tivemos exemplo disso em Itatuba, né? Foi uma coisa negativa que se tivesse hoje aqui a gente poderia falar disso, que realmente foi uma coisa que não ficou bem né? A gente sabe que houve muito disso." (Agricultor urbano, 57 anos)

Em relação à questão de gênero, na dimensão agroecológica, além da relação com a natureza e com a sociedade, novas perspectivas se abrem quanto à multiplicidade de papéis desempenhados pela mulher como, por exemplo, a de produtora, a de empreendedora, a de educadora.

De acordo com GUEVARA e WESZ JUNIOR (2000), as práticas agroecológicas contribuem para romper e flexibilizar algumas das estruturas que legitimam as desigualdades, sendo mais persistentes as relacionadas ao mundo simbólico das faixas etárias mais adultas, que em ambos os sexos se apegam mais aos padrões historicamente consolidados.

Apesar de algumas dificuldades em relação às questões de gênero, a equipe técnica tentava disseminar entre os participantes a importância do respeito mútuo, a valorização da diversidade e a igualdade entre os sexos.

Foi possível identificar também como se deu o processo educativo entre os técnicos-educadores e os agricultores e agricultoras. Os próximos relatos demonstram que esse processo ocorreu de forma solidária e cooperada, numa perspectiva mais horizontal e participativa.

Técnico comentou a fala de um dos agricultores urbanos sobre o processo educativo durante atividade desenvolvida em uma das oficinas de sistematização:

"Processo de solidariedade e cooperação entre os técnicos e os agricultores. Foi uma força muito grande durante o projeto .... a gente sempre trabalhou junto apesar de ter essa diferença de responsabilidade de função no projeto, o "Z" [agricultor urbano, 57 anos] *trouxe que os técnicos sempre participavam ativamente da produção, punha a mão na massa, não é? Não ia só ensinar, também participava da prática e isso foi uma cooperação muito grande que a gente se via como iguais, e não como uma relação de superioridade."* (Técnico-educador, 31 anos)

Agricultor urbano citou o respeito entre técnicos e participantes:

> *"Outra é o respeito dos educadores com os aprendedores, o respeito com o projeto. A experiência é essa adquirida com esse pessoal, dando continuidade ao trabalho, a experiência adquirida pelo trabalho em equipe ...." (Agricultor urbano, 57 anos)*

iii. Cidadania

A subcategoria **cidadania** demonstra uma ampliação da consciência em assuntos relacionados à cidade, na autovalorização e no exercício de novos papéis sociais.

Um dos técnicos-educadores, por meio de seu relato, revela como gostaria que fosse sua cidade, pensando em alternativas para transformá-la, colocando em questionamento inclusive, seus próprios valores e percepções.

> *" Isso tudo fez com que tanto a gente percebesse que a cidade, ela pode ser mais verde, a cidade pode produzir alimentos, ela pode ter frutas, cidade não tem que ser sinônimo só do cinza, só do concreto, a gente sentiu isso e a gente percebeu que a gente ficou menos urbanóide, a gente ficou aquela coisa menos... só a televisão, só concreto, casa, a gente pôde vivenciar coisas que às vezes a gente só tem nas férias, só tem quando vai para o campo .... isso trouxe bastante benefício para nós ...."* (Técnico-educador, 31 anos)

O interesse pela política local também é observado no relato de um dos participantes**.** Verificou-se que o envolvimento com o PCS contribuiu para que os participantes passassem a vivenciar de alguma forma a vida pública do município, tornando-se mais críticos em relação ao funcionamento da política local.

O mesmo relato também revela certa frustação por parte dos sujeitos envolvidos, quando à medida que esse envolvimento com a política local aumentava, aumentava também a percepção e o reconhecimento dos tantos "jogos" que permeiam as políticas partidárias e o quanto isso pode influenciar e afetar a gestão municipal, anulando ou enfraquecendo o exercício da cidadania:

" (...) ao mesmo tempo também trouxe algumas percepções não tão boas, da realidade, criou mais consciência, então, por exemplo, foi trazido no grupo a sensação de impotência diante do poder público que às vezes a gente quer fazer as coisas, a sociedade civil, as pessoas tem essa vontade, mas esbarra em alguns limites que o poder público nos impõe, e também foi colocado que a gente pôde entender melhor como que funciona esta politica do poder público, a politica partidária, né? Como que, quais são essas dinâmicas, quais são os interesses que estão por trás disso, isso pôde nos trazer mais conhecimento sobre isso, mas ao mesmo tempo também trouxe frustração depois que a gente conheceu melhor como funciona isso, a gente percebeu que não é como a gente gostaria que fosse, que a gente foi com aquela vontade 'vamos fazer' aquela coisa, todo mundo junto né? .... de achar que está todo mundo com o coração e aí foi colocado no nosso grupo que muitas vezes a gente se sentiu até meio usado, alguns momentos, pelo poder público, por interesses mais partidários, mais políticos, e isso nos frustrou um pouco." (Representante de um dos subgrupos)

DEMO (2005) defende que em vez de observar o papel da cidadania popular organizada como sujeito histórico iniludível da qualidade do estado, costuma-se inverter a equação como se o Estado fosse o sujeito histórico propriamente dito.

Na visão deste autor, mesmo quando consideramos o Estado como sujeito, estamos nos referindo à sociedade organizada que sabe usar o estado. Neste sentido, o Estado somente garante a cidadania se os cidadãos o obrigam a garantir, porém, no Brasil, o que mais temos são leis maravilhosas que não funcionam, porque não temos cidadania suficiente para fazê-las funcionar.

Concordamos com o autor quando afirma que não há democracia sem seu ator principal, o cidadão, e neste "contexto de imensa massa de manobra, na qual a sociedade vegeta sob os pés do grupo dominante, somente pode vigir formação histórica de párias subservientes, tolhidos de definirem e comandarem seus destinos" (DEMO, 1993: p. 71).

Nos próximos relatos, a cidadania também é revelada por meio da aquisição de um diploma que para muitos foi o primeiro de suas vidas ou pela conquista de um trabalho, sinalizando para empoderamento e elevação de estima.

> *"A entrega dos diplomas que tinha mais um foco na questão de cursos, de capacitação teórica e prática .... tinha muita gente, tanto aqueles que iam receber os seus diplomas como os seus familiares, e também simpatizantes, apoiadores, voluntários ... foi muito emocionante porque tinham pessoas ... que aos setenta, oitenta anos que era a primeira vez que estavam recebendo um diploma, então foi muito significativo e muito emocionante ...."* (Técnica-educadora, 40 anos)

Representante de um dos subgrupos descreveu o sentimento manifestado por um dos agricultores urbanos durante uma das oficinas de sistematização:

> *".... ele falou que como ele teve envolvimento com o projeto, aprendeu a mexer com a parte de agricultura, surgiu a primeira oportunidade para ele de emprego com 28 anos, que ele hoje é funcionário do viveiro* [do Parque Francisco Rizzo] *pela frente de trabalho ...., falou que hoje ele se sente muito melhor com ele mesmo e com a família."* (Representante de um dos subgrupos sobre agricultor urbano, 28 anos)

O empoderamento, nestes casos, pode estar ligado ao desenvolvimento de potencialidades, aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, tornando-se um processo que oferece possibilidades às pessoas de autodeterminar suas próprias vidas, efetivando sua inserção nos processos sociais e políticos, a partir de sua integração na comunidade e na articulação com outras organizações (WENDHAUSEN *et al.*, 2006).

A autonomia dos indivíduos e grupo, no âmbito da promoção da saúde, funda-se na ideia de ampliação do controle dos indivíduos sobre suas vidas e saúde, o qual ocorre mediante a participação ativa e os processos de empoderamento das comunidades (FERNANDEZ, 2012).

A transformação da realidade pode, então, ser considerada uma tarefa comum ao ser humano, envolvendo laços de afeto, inclusão, sentimento de pertencimento e politização (WENDHAUSEN *et al.*, 2006).

A comunidade, uma vez empoderada, contribui para a realização de trocas de saberes entre gerações, além da multiplicação dos conhecimentos adquiridos e aplicação de práticas positivas nas comunidades, como ocorreu em alguns momentos no PCS.

Agricultoras urbanas citaram a troca de conhecimento e experiência com professores da rede pública:

> *"Eu emprestei* [cartilha de agricultura urbana] *para uma professora para tirar cópia da cartilha para poder passar para os alunos."* (Agricultora urbana, 54 anos)

> *"Ela "K" compartilha os materiais pedagógicos, ela empresta os materiais que ela adquiriu ao longo do envolvimento com outros amigos, professores e ela também ensina o que ela aprendeu .... então ela citou o exemplo da Oficina de Sabão ... numa outra comunidade. Na horta da UBS, ela ensinou as mulheres de lá a fazer sabão."* (Representante de um dos subgrupos sobre Agricultora Urbana, 71 anos)

Agricultor urbano citou a necessidade de se repassar os conhecimentos para as os mais jovens, demonstrando preocupação com as futuras gerações:

> *"coisas que a gente precisa, estava sendo esquecido, e tem que ser resgatado, a gente tem que, como já foi dito aqui, tem que passar para essa futura geração, essa meninada aí, de que o negócio você não vai numa gôndola ali no supermercado e está tudo prontinho lá não, tem uma história para o produto chegar até lá."* (Agricultor urbano, 63 anos)

Agricultores urbanos citaram como iniciaram a implantação de novas hortas, atuando como multiplicadores da agricultura urbana agroecológica:

> *"Nós temos até bastante foto da creche, eu e ele ensinando as criancinhas, adolescentes .... ensinamos a plantar ... as criancinhas tudo pequenininha nós ensinamos a plantar, eles vieram todos plantar, tudo criancinha deste tamanho .... no* [bairro] *São Marcos .... ali no* [Jardim] *Santa Clara, na escola"* (Agricultor urbano, 64 anos)

O PCS passou a ser visitando por pessoas de diversos locais, inclusive visitantes de outros países:

> *"Tivemos também visitantes, tanto nacional como internacional. No* [Jardim] *Santa Emília mesmo, recebemos pessoas até da Itália e de alguns Estados do Brasil também, que a gente recebeu visitantes .... no* [sistema produtivo] *Itatuba teve alunos de uma faculdade dos Estados Unidos ... isso teve um trabalho de conclusão de curso, eles tinham um trabalho lá deles e eles foram lá para concluir o trabalho...., o pessoal da* [Faculdade K]*, estiveram lá."* (Representante de um dos subgrupos)

Os próximos relatos demonstram a multiplicação dos saberes e a valorização do potencial das comunidades locais:

> *".... em última instância gerou mudanças na nossa vida como um todo, não foi a mudança só em relação aquele grupo, afetou várias dimensões da nossa vida, o que pôde nos tornar mais multiplicadores ... a gente compartilha desse conhecimento com as pessoas (...) a gente quer ensinar, trocar, compartilhar aquilo que a gente sente e isso foi muito bacana, a nossa relação como multiplicadores."* (Técnico-educador do PCS, 31 anos)

A valorização da integração comunitária é manifestada nos próximos relatos:

> *" .... também a integração da equipe técnica com as comunidades que teve a ver também com .... a valorização dos potenciais e características das comunidades locais que tem a ver com isso aqui que a gente colocou, essa integração permitiu essa valorização."* (Técnico-educador, 31 anos)

> *"Então, o que eu achei que foi importante ao longo de todo o processo, estimular a conservação ambiental e produzir alimentos saudáveis, resgatar o saber popular e a historia de vida das pessoas e mostrar o quão valoroso é esse conhecimento, trocar experiências das mais diversas com as pessoas participantes ...."* (Técnico-educador, 32 anos)

O período pós-aposentadoria também foi mencionado por um dos agricultores urbanos ao afirmar que seu envolvimento com o PCS contribuiu para preencher uma lacuna em sua vida, ocupando seu tempo livre. Sabemos que no país esta fase de aposentadoria costuma ser um momento difícil para a maioria das pessoas, principalmente para os homens.

> *"Então, o problema foi o seguinte, eu me aposentei e estava meio vendido aí na vida, e eu não sabia o que eu ia fazer e como eu moro numa chácara e eu não sabia, queria plantar as coisas... fazer horta e tudo, mas não tinha noção e aí fiquei sabendo deste trabalho que estava sendo desenvolvido lá no bairro de Itatuba e aí me interessei e fui lá."* (Agricultor urbano, 63 anos)

4.2.6. A Participação Social

Com relação à participação social, estimulada no PCS desde o início, primeiramente se faz necessária uma reflexão acerca das políticas assistencialistas, criadas *à menudo,* para combater a fome e a miséria.

Sem relegar o valor e a necessidade das políticas de cunho assistencial, mais uma vez recorremos a DEMO (1993: p.11) quando afirma que o assistencialismo não é sinônimo de participação, direito e cidadania, como tem sido utilizada no país na forma de tutela ou "estigmatizando o pobre com uma oferta pobre".

De acordo com o autor citado, já faz parte da cultura política reservar ao pobre uma educação pobre, uma saúde de baixa qualidade, uma habitação subumana, etc., pagando a esmola como a subserviência. Muitas vezes, estes pacotes assistencialistas podem encobrir o potencial de participação intrínseco aos seres humanos, quando estes conseguem atingir um mínimo grau de organização.

Segundo DEMO (1993: p.18), não existe participação suficiente, nem acabada; participação não pode ser entendida com dádiva, como concessão, como algo já preexistente. Participação, porém, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas sim, outra forma de poder.

A partir de alguns relatos coletados, observa-se como se deu o processo de participação dentro do Empreendimento Solidário Elo da Terra, formado na primeira fase do PCS, no momento em que o grupo decidiu iniciar a comercialização do excedente da produção:

> *"então eu falei: gente, faz uma equipe, monta uma equipe e vocês colocam umas duas pessoas responsável pelo dinheiro e aí vai sair gasolina, vai sair composto, vai sair mudas, vai sair muito porque nós não tínhamos estufa ainda. Foi daí que nasceu o Elo da Terra e a vender coisas."* (Agricultora urbana, 71 anos)

> *"que nem ela falou, a gente não estava dando conta das verduras, aí eu comentei na reunião 'que tal a gente colocar uma plaquinha?', porque lá no Parque o pessoal faz caminhada e aí o pessoal procura produto orgânico e vão buscar fora, aí eu falei ... 'que tal nós colocarmos uma plaquinha Produtos Orgânicos?' e deu certo! Em 2009, durante os dias que a gente estava lá na horta, estava a plaquinha lá e nós vendemos bastante."* (Agricultora urbana, 41 anos)

No próximo relato, a descrição de um processo de análise e decisão compartilhada em um dos terrenos que viria a ser implantada uma das hortas

do PCS, demonstra a interação entre os técnicos-educadores e os participantes do PCS:

> *"Então em 2010 foi quando nasceu a proposta do grupo de hipertensos e diabéticos pra horta .... a gente foi atrás da Secretaria do Meio Ambiente .... aí o técnico "A" foi fazer a visita lá* [na UBS] *saber* [da viabilidade da] *a horta porque o nosso terreno era acidentado, e, ninguém acreditava que a gente pudesse fazer a horta lá e aí o técnico "A" foi e deu o aval dele e aí foi neste dia que.... a gente fez a avaliação do terreno ...."* (Gerente de UBS, 45 anos, sexo feminino)

Em outro momento, o processo participativo é demonstrado pelo modo como o mesmo grupo liderou e solucionou a problemática do "roubo das hortaliças" em uma das hortas comunitárias sediada em uma UBS. Através da discussão entre os participantes na busca de soluções, optou-se pela realização de um almoço comunitário, envolvendo participantes e comunidade do entorno, de forma a integrá-los ao trabalho desenvolvido:

> *"A gente teve um episodio só, de roubo, que foi o roubo das abóboras... a gente jogou umas mudinhas e saiu abóbora, quando saiu a abóbora, quando era no dia seguinte não estava mais a abóbora lá, então a gente trabalhou essa questão e aí por conta do trabalho que a gente fez da questão da posse, a gente fez um almoço comunitário, então com os produtos da horta e cada um trouxe também, todo mundo participou e foi a questão do aprender a compartilhar, então a gente fez um almoço comunitário, nesse almoço comunitário o técnico "B" lembrou a visita dos vereadores que .... foram para conhecer o projeto, também."* (Gerente de UBS, 45 anos, sexo feminino)

Através de outro relato, percebe-se que a participação interna refletia também externamente, demonstrando uma sinergia participativa, ou seja, fenômenos que ocorriam dentro do PCS e impactavam positivamente o ambiente externo, ou ainda, no sentido inverso:

> *"mesmo pessoas que não eram, nem participantes das hortas, nem da equipe técnica, mas as pessoas começaram a querer entender o que era isso, que movimento era esse que estava passando pelo Embu. Então você começa a ver um monte de pessoas ....* [que] *quer começar a fazer uma horta em suas casas, passa a visitar a banca para encontrar um alimento orgânico, então teve um aprendizado, acho que no município como um todo. Teve todo um impacto para fora né? E foi por isso que a gente colocou, por exemplo, aprendizado porque eles* [visitantes] *iam participar de um mutirão como voluntário, então a gente colocou isso."* (Técnica-educadora do PCS, 40 anos)

A aquisição de conhecimento também ocorreu por meio de processos participativos, como pode ser observado a seguir:

> *"A busca de trocas de experiências e conhecimentos junto a instituições e comunidades parceiras, então tem essa questão das visitas externas* [a outras experiências de agricultura urbana]*, a gente buscar esse conhecimento fora, participar, aproveitar essas oportunidades de conhecimento, de experiências que outras localidades já estavam desenvolvendo e que a gente pôde ir lá e trazer isso...."*
> *(*Técnico-educador do PCS, 31 anos)

Diante dos relatos, observamos que em situações diversas se recorreu às metodologias participativas na busca por soluções de determinados problemas, sendo a comunidade sempre estimulada a contribuir com ideias e sugestões, valorizando-se a participação dos atores sociais.

Posto isto, concordamos com DEMO (1993) quando afirma que a participação é em essência autopromoção, existindo enquanto conquista processual, sendo inegável o valor dos processos participativos que são construídos com as populações de maneira lenta e eficaz.

MELLO *et al*. (2012) afirmam que é imprescindível que o cidadão esteja no centro de qualquer trabalho com comunidades, considerando também que qualquer pessoa, por mais carente e marginalizada que esteja, carrega experiências e qualidades, sendo capaz de contribuir para o bem comum. Neste sentido, o desenvolvimento de trabalhos de forma participativa assume papel relevante.

O relato seguinte revela também os desafios enfrentados por aqueles que ousam trabalhar dentro de processos participativos, pois, como defende DEMO (1993), a participação concorre com as políticas assistencialistas:

> *"a baixa adesão dos beneficiários de outros programas sociais... a gente, a equipe técnica, assim, desde o início a ideia era que programas com beneficiários, Bolsa Família, rendas* [Renda Cidadã]*, outros programas, Banco de Alimentos, pudessem participar e aí também ir para o caminho mais de emancipação, autonomia e não ficar só recebendo aqueles benefícios e o que acontece é que essas pessoas poucos aderiram, não queriam, preferiram ficar mesmo recebendo os benefícios, e isso ficou muito nítido durante todo o projeto."* (Técnica-educadora, 40 anos)

DEMO (1993) argumenta ainda que, provavelmente, não faça parte dos nossos hábitos o participar, pois tem sido mais prático receber as coisas dos outros, pois é um projeto milenar viver à custa dos outros.

A participação, segundo este autor, costuma assustar, pois estamos acostumados a vivenciar uma situação provocada por uma sociedade autoritária e que convive com regimes autoritários. Isso faz parte do contexto político com o qual já estamos acostumados; é mais fácil dominar uma sociedade com predominância de analfabetos, trabalhadores, semi ou desqualificados, perpetuando assim no poder, os tantos demagogos, populistas, corruptos e contraventores existentes (DEMO, 1993: p.25).

Por outro lado, acreditamos que a população não recebe estímulo suficiente para se envolver em processos participativos. Este estímulo ocorre até certos limites, pois uma população mais participativa é uma população mais esclarecida e mais atenta aos fatos. Assim, os processos participativos estão estritos à superficialidade das instâncias público-políticas, não sendo permitido à população participar profundamente das decisões quando estas não estão em consonância com os interesses políticos-partidários.

Apesar dos obstáculos que os grupos enfrentam ao optar pela participação social, o processo participativo, é considerado por DEMO (1993), como uma aventura formidável, que jamais pode ser banalizada.

4.2.7. O Processo de Capacitação nas Comunidades

Para a capacitação dos participantes, os conteúdos abordados foram divididos em macro temas: agroecologia, agricultura urbana, agricultura orgânica, agricultura “convencional”, permacultura, sistemas agroflorestais, educação ambiental, planejamento participativo, segurança alimentar e nutricional, economia solidária e cooperativismo. Dentro de cada macro tema, desenvolveram-se atividades de acordo com a evolução da implantação dos sistemas produtivos e amadurecimento dos grupos. (CAVALCANTE, 2011)

Mesclando o conhecimento popular com o conhecimento científico, atividades como rodas de conversa, planejamentos e avaliações participativas, elaboração de desenhos coletivos, atividades lúdicas, jogos cooperativos foram desenvolvidas como estratégias pedagógicas (CAVALCANTE, 2011).

Os técnico-educadores do PCS priorizaram a valorização e o resgate dos saberes dos participantes, aprimorando as capacidades individuais e coletivas, ou seja, a de se posicionar perante o mundo como sujeito de transformação.

Foi a partir da união entre "saberes tradicionais" provenientes da comunidade e saberes científicos trazidos pela equipe técnica multidisciplinar, que aos poucos, se tecia um novo conhecimento, mais rico e reconhecido pelos participantes.

Durantes as atividades práticas, a terra foi o principal instrumento utilizado para a construção de conhecimento. Os momentos de implantação e manutenção dos sistemas produtivos não serviam apenas para o plantio de culturas, mas também para observação, reflexão e aprendizagem do grupo em relação a si próprio e à natureza, contribuindo com a formação da identidade cultural dos grupos.

Ao analisar a forma como se deram os processos educacionais do PCS, observamos que a equipe de técnicos-educadores optou por desenvolver metodologias participativas de caráter aberto e dialógico, buscando seguir na prática os princípios da agroecologia e da educação popular: participação, emancipação e autonomia (CAVALCANTE, 2011).

A educação popular representa segundo PEDROSA e BONETTI (2012):

> a abordagem pedagógica adequada ao trabalho de conscientização dos sujeitos sobre justiça e direitos sociais, por meio da organização de grupos na construção de projetos de autonomia e a partir da leitura crítica da realidade, construindo uma saber compartilhado, tendo como diretriz político-ideológica as construções freirianas de libertação e emancipação. (PEDROSA e BONETTI, 2012: p.350)

A cultura entendida como preservação e resgate da memória histórica, de valores, de hábitos, de posturas religiosas, de folclore, refere-se também ao nível de criação de símbolos e valores que caracterizam o modo de ser de uma sociedade, de uma era, ou de uma determinada história. Cultura, nesta visão, significa então produção humana e social, a qual ocorre por meio da ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, de cada grupo, com relação ao desenvolvimento de si mesma e ao relacionamento com o ambiente (DEMO, 1993).

Para DEMO (1993), cultura é “a marca do homem sobre a terra”, principalmente em termos simbólicos, isto é, a capacidade de se criar e desdobrar em suas potencialidades próprias e também de interagir com as situações de seu entorno. Em suma, cultura está relacionada à capacidade que cada um tem de construir sua própria história.

Consideramos os processos educacionais, os quais contribuem para o desenvolvimento comunitário, como algo de primordial importância para as políticas sociais e para a identificação cultural, pois, segundo DEMO (1993), demonstra a motivação mais imediata à participação.

Nesta linha de pensamento, acreditamos que a comunidade somente se apropria de determinado projeto, mesmo este tendo vindo de fora, se estiver revestido, permeado, com traços culturais dos envolvidos (DEMO, 1993).

Para melhor incorporação dos temas, a equipe técnica se valia da utilização de equipamentos audiovisuais no intuito de demonstrar alguns conceitos abordados e também compartilhar com o grupo outras experiências semelhantes. Além dos encontros, realizavam-se saídas de campo para feiras e exposições; seminários, palestras e afins; cursos externos; visitas a agricultores e a projetos semelhantes, entre outros (CAVALCANTE, 2011).

Os participantes também recebiam visitas de outras pessoas e de grupos nacionais e internacionais: agricultores de outros municípios, simpatizantes da agricultura urbana e agroecologia, familiares, escolares e

universitários, movimentos interessados na temática, como o *Slow Food* da Itália, possibilitando a troca de experiências.

4.2.8. O Desenvolvimento de Habilidades

O desenvolvimento de habilidades favoráveis à saúde ocorre por meio de estratégias de educação em saúde, programas de formação e atualização na direção do empoderamento ou conquista da autonomia. No plano individual, ocorre também um processo de aquisição de conhecimento e ampliação da consciência política propriamente dita (BUSS, 2003).

Dentro do PCS, o desenvolvimento de habilidades foi uma das categorias que mais agregou relatos. Identificamos nesta categoria cinco subcategorias, conforme apresentamos a seguir:

i. Novas Práticas Agrícolas

Alguns relatos demonstram o desenvolvimento de habilidades em práticas agrícolas adquiridas ao longo da participação no projeto:

> "*.... como mexer com a terra, dar um tratamento específico para a planta, da maneira como que se cuida de uma criança no berço, porque os vegetais eles são vivos, é igual ao ser humano, tanto necessita de carinho como você pode matar ele .... Foi devidamente ao conhecimento que o grupo teve da Sociedade Ecológica, foi que eu tive a oportunidade de participar de cursos e agregar o meu pensamento no que eles passam para a gente, se vocês me passarem aqui qualquer coisa que é útil para a terra, útil para qualquer coisa para o planeta, e eu me agradar, fica gravado na minha mente, então, devidamente esses conhecimentos que eles passam para a gente e eu ponho no meu computador."* (Agricultor urbano, 57 anos)

> *" Eu só conhecia a horta convencional que meus pais praticavam quando eu era criança, aí eu aprendi a fazer, sobre canteiros com galhos, folhas e fazer os ninhos dos canteiros para poder plantar porque antes a gente só sabia convencional."* (Agricultora urbana, 66 anos)

Agricultoras citaram aprimoramento das técnicas agroecológicas:

"Elas "K e W" citaram a cobertura morta [utilização de folhas, mato, etc., para manter a umidade do solo úmido] *que antes elas não faziam e hoje elas fazem...."* (Representante de um dos subgrupos sobre agricultoras urbanas, 71 e 54 anos)

"....eu aprendi .... como fazer a distância que tem de uma muda para outra, para uma muda não encontrar a outra, isso eu aprendi lá, eu aprendi como preparar o composto para jogar na terra sem dar problema algum e quanto tempo poderia ser para que ele fosse distribuído a cada vez, a cada plantio que não morre nunca, e vai passando para os outros." (Agricultora urbana, 71 anos)

".... aqui a gente pega, faz o adubo orgânico, e quando acabar faz a leira, bota o composto e faz as covinhas, coloca o adubo e planta lá." (Agricultora urbana, 77 anos)

O resgate do saber popular, ou simplesmente, o resgate cultural das pessoas, é reforçado no coletivo, por ser algo que já existe no plano individual.

Nos casos das práticas agrícolas, este resgate, citado em diversos depoimentos, torna-se ainda mais intenso ao pensarmos que grande parte das pessoas envolvidas no PCS é de origem rural.

Essas práticas vivenciadas no passado por pessoas que nasceram ou cresceram no meio rural não são esquecidas, são, quando muito, guardadas no interior das lembranças e no momento que se vivencia um processo de resgate são acessadas e vêm à tona conforme pode ser observado a seguir:

" Os resgates das raízes, muitas pessoas que vieram da área rural e que há muito tempo não tinha a oportunidade de mexer com a terra e através da ideia da horta essas pessoas voltaram a ter oportunidade de mexer com a terra e de fazer o que eles gostavam." (Auxiliar de Enfermagem, sexo feminino, 45 anos)

" Isso vem realmente, resgatar aquilo que os nossos antepassados já praticavam, nossos avós, nossos pais, antigamente não se ouvia falar em agrotóxico .... como que era plantado? Tudo naturalmente, né? Então, hoje em dia a gente sabe que não acontece isso né?" (Agricultor urbano, 57 anos)

"Assim, como ele falou, estava falando assim a respeito do antepassado, certamente, o meu pai sempre mexeu com horta, sempre fez plantio, sempre procurou plantar tudo orgânico para a gente comer.... então quando eu tive essa oportunidade de me aproximar mais da terra, de ter contato mais com as plantas, foi muito bom para mim ...." (Agricultora urbana, 36 anos)

ii. Um Novo Olhar sobre o Meio Ambiente

Os depoimentos coletados demonstram o desenvolvimento de habilidades no tocante às questões ambientais sinalizando para uma ampliação da consciência dos participantes nesta temática, bem como um desejo coletivo de contribuírem para a preservação da natureza, incorporando as práticas sustentáveis utilizadas no PCS também em suas residências e comunidades (RIBEIRO *et al*., 2012).

Agricultoras mencionaram suas atitudes diante do descarte dos resíduos:

> *"Ela enterra as cascas de fruta, ela não joga nenhum tipo de lixo orgânico fora e os resíduos sólidos como papelão, geralmente ela manda para a coleta seletiva...."* (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 71 anos)

> *"Eu faço assim .... vou descascar uma batata e já separo, vou descascar uma cenoura e eu faço na minha casa mesmo* [a composteira], *que eu tenho plantas, tenho minhas medicinais em casa, tenho bananeira, tenho algumas frutíferas, e eu mesmo faço lá, o meu terreno é ...., mas o que eu posso aproveitar eu aproveito, ..."* (Agricultora urbana, 58 anos)

Outra comentou sobre a produção caseira de sabão ecológico a partir da reutilização do óleo de cozinha:

> *".... a partir do momento que você reutiliza, não fica jogando no lixo, ou mesmo no quintal, na terra, isso daí é muito bom e hoje eu faço sabão e as pessoas falam 'nossa, você faz sabão?' parece que é uma coisa de outro mundo, então se todo mundo fizesse isso quanto que nós estaríamos contribuindo para não contaminar o nosso meio ambiente. É gratificante você ver depois ele [sabão] prontinho,* a gente imagina que só em fábricas, que usa muita química, muitas coisas, o nosso é tão natural assim." (Agricultora urbana, 58 anos)

Alguns participantes demonstraram ampliação da consciência em relação às questões ambientais, por meio das seguintes reflexões:

> *"Comecei a participar de uma coisa que eu já gostava de fazer, que era lidar com a terra, lidar com a terra, mudou muito a minha vida, passei a dar mais valor à natureza.... falar para outras pessoas o valor que tem a natureza e essa consciência com a natureza, se essa consciência fosse ha alguns anos atrás né, e preservação da natureza, o planeta não estava pedindo socorro do jeito que está hoje né."* (Agricultora urbana, 41 anos)

"....A conscientização de utilizar os recursos que a própria natureza nos oferece e isso é importante, aquilo que você planta, se você souber cuidar, a terra nos devolve, né? Você tem que saber doar e a terra também ela vai retornar isso para você. E isso realmente foi importante também. Hoje com as técnicas que eu aprendi dentro do grupo lá Colhendo Sustentabilidade, ... tem hoje aqui, mudas né, que a gente aprendeu a fazer mudas, tem a compostagem, eu faço minhocário, eu tenho os canteiros instantâneos, aquilo que realmente foi desenvolvido na horta, eu pratico no sitio, é uma pequena área, eu planto somente para a família só, entende? E é muito bom, isso para mim foi um aprendizado e hoje estou muito satisfeito com isso .... tem o minhocário lá, então eu produzo o meu próprio húmus ...." (Agricultor urbano, 57 anos)

Agricultora urbana citou uma conversa que teve sobre a problemática do Rio Tietê:

".... esses tempos atrás eu estava até conversando com uma pessoa e falei 'não, não está difícil de despoluir o rio Tietê', a pessoa falou 'ah, mas como não está difícil?', não está, eu falei, é só despoluir a mente da população....porque a natureza não o fez sujo, ele se fez limpo, até aqui eu fiz um desenhinho do rio Tietê né? Aí tem aqui uma mesinha jogada lá, uma caminha, uma garrafa, pneu, então... ele está como? Pedindo socorro né? É o que a gente vê hoje." (Agricultora urbana, 41 anos)

iii. O Foco na Segurança Alimentar e Nutricional

A dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, que segundo VALENTE (2002), consiste na garantia de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, também aparece em alguns relatos.

"Você fala 'poxa, a obesidade que acontece hoje no nosso país', antigamente a gente não via, a alimentação era uma alimentação mais saudável e eu aproveito, hoje em dia, somente consumir o que é orgânico, porque tudo bem, às vezes tem as pessoas que não tem essa facilidade de ter um sitio, uma coisa onde possa plantar e consumir, mas eu pratico hoje, consumir só o orgânico." (Agricultor urbano, 57 anos)

"...ele disse que depois que ele se envolveu com o projeto, dobrou, dobraram os conhecimentos dele, ele passou a ter uma alimentação mais saudável .... " (Representante de um dos subgrupos sobre agricultor urbano, 64 anos)

Alguns participantes citaram a relação existente entre alimentação e saúde:

"Ela falou que o trabalho ajudou, ela falou assim 'ajuda a gente a ter o desejo de comer coisas saudáveis', então ela falou que o mexer com a terra e plantar o alimento dá vontade de comer coisas saudáveis .... A gente fica com vontade de comer aquilo que a gente planta porque vê a planta crescer, sabe que é um alimento e isso muda a vontade do que você quer comer, dá vontade de cuidar mais da saúde, de comer coisas mais saudáveis.... ' (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 68 anos)

" .... quando eu coloquei no papel, quando você falou da diferença que fez na nossa comida, é qualidade de vida porque a partir do momento que você passa a se alimentar melhor, produz os orgânicos, você se sente melhor. Não tem tanto problema de saúde, melhora num todo." (Agricultora urbana, 58 anos)

Agricultou citou mudanças na vida relacionadas à saúde após envolvimento com PCS:

"O que mudou na minha vida em respeito ao projeto foi que daí eu comecei a prestar mais atenção no que eu estava consumindo, porque antes eu consumia muito veneno, e alimentação nada, de alimentação eu não consumia nada, foi devidamente a essas alimentações não adequadas para o organismo que eu adquiri um troféu que é três infartos e uma angioplastia ...." (Agricultor urbano, 57 anos)

Uma das participantes comentou sobre o reaproveitamento de alimentos que passou a fazer na creche onde trabalha como merendeira:

"O que nós aprendemos foi tudo muito bom, de aproveitamento de tudo, de cascas .... E eu fiz alguns cursos de reaproveitamento de cascas para servir como alimentação mesmo, nas creches onde eu trabalho e a gente reutiliza mesmo as coisas, já não estraga tanto como eram estragadas as coisas que vem, você valoriza mais...." (Agricultora urbana, 58 anos)

Durante os encontros também ocorreram trocas de receitas culinárias mais saudáveis entre os participantes (RIBEIRO *et al*., 2012), conforme os próximos relatos:

".... Então você começa a ver um monte de pessoas querendo saber, receber, sei lá, troca de receitas saudáveis, quer começar a fazer uma horta em suas casas, passa a visitar a banca para encontrar um alimento orgânico, então teve um aprendizado, acho que no município como um todo...." (Técnica-educadora do PCS, 40 anos)

"No projeto eu vi a união entre as pessoas.... as trocas de receitas que fazemos no decorrer do projeto ...." (Agricultora urbana, 41 anos)

Mudanças relacionadas ao consumo de alimentos e à questão econômica também foram identificadas como relatou a agricultora ao se referir à mudança de hábitos alimentares por conta de sua autoprodução**:**

"Ela falou que praticamente não compra verdura no supermercado porque ela tem uma hortinha dentro da casa dela e ela praticamente come só as verduras que ela colhe na hortinha dela, e além de tudo ela ainda doa" [a produção não consumida] (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 71 anos)

iv. Saúde sob Diferentes Ângulos

Na Conferência de Alma-Ata (1979), considerou-se a saúde como um estado de bem-estar físico, mental e social completo, sendo enfatizada a necessidade de ações conjuntas no campo socioeconômico para sua obtenção (SILVA e PELICIONI, 2012).

A saúde humana também tem sido estudada na perspectiva das relações sociais saudáveis. CARNEIRO *et al*. (2007) argumentam que as pessoas que têm maior contato social vivem mais e com melhor saúde do que aquelas com menor contato social. Uma pessoa que tem uma conduta interpessoal efetiva é capaz de desenvolver redes sociais de apoio que operam como um dos fatores mais relevantes na recuperação e prevenção dos problemas de saúde como as de ordem mental, garantindo especialmente uma melhor qualidade de vida (CARNEIRO *et al.,* 2007).

O desenvolvimento de habilidades na área da saúde foi identificado dentro do PCS por meio de diversos relatos, sendo a saúde mencionada sob diferentes ângulos.

Participantes referiram-se à saúde como bem estar social após envolvimento com as atividades nas hortas comunitárias:

".... depois foi aberto para os pacientes também, ali nas reuniões [na UBS Itatuba]*, as oficinas da horta, e eles falavam 'nossa, que legal, aprendi a fazer tal coisa', e melhorar a autoestima também...."* (Agente comunitária de saúde, 28 anos)

O autocuidado também foi mencionado em alguns relatos:

".... ajudou muito neste processo, primeiro de vir me conhecer mesmo, saber dos meus potenciais, estar ali no meio do povo e como foi um trabalho iniciado com os funcionários, nós passamos a enxergar assim, a gente sempre cuida dos demais e esquece de cuidar da gente ...." (Agente comunitária de saúde, 28 anos, sexo feminino)

" .... através deste projeto eu aprendi muita coisa, a cuidar da minha saúde, a cuidar da saúde dos outros, a ter um diálogo melhor com a sociedade, na ecologia, na agrofloresta, na agricultura urbana, com todos os setores que mexem com a natureza." (Agricultor urbano, 57 anos)

Alguns participantes também citaram avanços em relação à saúde mental:

"E com tudo isso nós quatro sentimos que a nossa saúde melhorou muito, tanto a nossa saúde do corpo, quanto a saúde da mente .... saúde mental...." (Técnico-educador, 31 anos)

".... toda quinta feira ela participando do grupo da horta ela pôde nutrir a mente dela para estar preparada para lidar com todos os desafios que ela encontra na comunidade e também trouxe um maior conhecimento próprio, um autoconhecimento ...." (Representante de um dos subgrupos sobre a Assistente Social, 43 anos)

"Ela "K" ficou mais calma depois que ela se envolveu com as atividades, que ela falou que para ela, mexer com a terra é uma terapia." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 71 anos)

Agricultoras relataram melhoras do quadro de depressão:

".... a "W" falou assim que ela teve o fim da depressão dela.... ela passou a se alimentar melhor...." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 54 anos)

"....a depressão melhorou bastante porque parece que a gente se divertia trabalhando, a gente dava risada, a gente cantava" (Agricultora urbana, 68 anos)

Outros assemelharam as atividades de agricultura urbana à uma atividade terapêutica:

" .... Também falou que aprendeu muito .... ele falou que ele melhorou muito na mente .... é uma grande terapia e ele falou que quando está na horta ele esquece de tudo e esquece até de ir embora." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultor urbano, 64 anos)

"Através das palestras, do trabalho realmente que a gente desenvolveu no campo, foi modificando o meu modo de pensar e trabalhar com terra, para mim a terra é realmente uma terapia...." (Agricultor urbano, 57 anos)

Os próximos relatos demonstram que o envolvimento com as atividades de agricultura urbana contribuiu para a saúde física dos envolvidos:

"Até mesmo a procura dos médicos era muito grande por estes pacientes e houve uma redução também que eles esqueceram um pouco o médico e passaram a fazer mais atividade na horta, então mudou bastante a saúde física e mental." (Auxiliar de enfermagem, sexo feminino, 45 anos)

"Com a participação destes pacientes na horta foi assim muito bom, as pessoas diminuíram bastante o numero de medicação que tomavam, tanto para depressão como para diabetes, como para hipertensão, teve uma redução muito importante...." (Auxiliar de enfermagem, 45 anos, sexo feminino)

Outra agricultora citou melhoras no quadro de diabetes após envolvimento com o PCS:

"Ela "K" falou que antes ela tinha diabetes e ela tomava insulina duas vezes ao dia, e tinha hipertensão e tomava remédio, depois que ela passou a se envolver com as atividades da horta, ela contou que... foi fazendo exames, e daí depois o médico reduziu a insulina para uma vez ao dia, e tirou alguns remédios de pressão, da hipertensão." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 71 anos)

v. A Sociabilidade nos Grupos

O desenvolvimento de habilidades voltado à sociabilidade contribuiu para o aprimoramento do relacionamento interpessoal dos participantes dentro e fora do PCS:

".... uma coisa que ela falou bastante é que ela conheceu muita gente, e então ela criou um ciclo [círculo] *de amizade, criou relações, criou vínculos que foram muito importantes para ela."* (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 53 anos)

"Com a participação destes pacientes na horta .... o humor dessas pessoas também mudou, a gente vê que as pessoas passaram a ser mais felizes através da comunicação uns com os outros, a gente viu uma mudança muito positiva." (Auxiliar de enfermagem, 45 anos, sexo feminino)

Resultados positivos também foram identificados em relação ao "falar em público" demonstrando aquisição de confiança por parte do indivíduo ao se posicionar perante o mundo:

" .... nessa capacidade e até na questão de falar em público, que pessoas que trouxeram isso, que não tinham essa habilidade, essa tranquilidade de chegar num grupo, vir aqui, levantar, falar e tal, e participando do projeto ...." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultora urbana, 41 anos)

O convívio com a família também melhorou, conforme relata um dos agricultores urbanos:

"... Desde que ele se envolveu no projeto, ele sempre se sentiu muito bem em estar com as pessoas .... falou que hoje ele se sente muito melhor com ele mesmo e com a família." (Representante de um dos subgrupos sobre agricultor urbano, 28 anos)

Todos os relatos sinalizaram inúmeras possibilidades de desenvolvimento de habilidades a partir do envolvimento dos participantes com atividades nas hortas comunitárias. Isso pode estar relacionado ao fato de que a proposta pedagógica utilizada no PCS, baseada nos princípios da agroecologia e da educação popular, contribuíram para um aprendizado interdisciplinar, recorrendo sempre às origens, à realidade e ao conhecimento preexistente em cada participante, proporcionando a construção de novos saberes e/ou a valorização dos já existentes (RIBEIRO *et al*., 2012; CAVALCANTE, 2011).

4.2.9. Implantação dos Sistemas Produtivos Agroecológicos

Dos três terrenos previstos inicialmente para implantação dos sistemas produtivos agroecológicos, os localizados no Jardim Mimás e no Jardim da Luz foram substituídos devido a impossibilidades jurídicas para a implantação do projeto. Assim, houve a substituição de um dos terrenos por outro localizado no Parque do Lago Francisco Rizzo, região central da cidade e a definição pela implantação de dois sistemas produtivos agroecológicos no mesmo terreno, no bairro de Itatuba. Devemos ressaltar que, no caso do Jardim Mimás (local onde haviam sido realizadas as primeiras ações do Coletivo EPARREH), a equipe já havia realizado atividades de diagnóstico durante meses, portanto, além do trabalho perdido, houve grande frustração por parte da população envolvida no processo (CAVALCANTE, 2011: p.60).

As atividades nos dois sistemas produtivos (Parque do Lago Francisco Rizzo e Itatuba) se iniciaram em novembro de 2008 com a periodicidade de dois encontros semanais pela manhã em cada local. Nos demais dias havia um revezamento dos participantes para manutenção da horta como rega e manejo das plantas espontâneas, popularmente conhecidas como pragas.

A escolha para implantação do sistema produtivo do Parque do Lago Francisco Rizzo se deu pela possibilidade de formação de um centro de referência em agricultura urbana agroecológica para divulgar as ações do PCS e contribuir para o fomento da agricultura urbana no município, uma vez que este parque municipal contava com ótima localização e acesso facilitado (Figura 19).

Figura 19: Horta Comunitária do Parque do Lago Francisco Rizzo

Com uma área de aproximadamente 217.000m^2, este parque foi construído numa antiga área de extração de areia[5], além de estar localizado na várzea do Rio Embu Mirim e apresentar topografia plana. A área destinada ao trabalho de agricultura urbana agroecológica do PCS foi de 800m^2; no local havia resquícios de uma antiga horta, mantida anteriormente pelos funcionários do parque. Além da implantação de uma horta comunitária, o local também contava com uma sala onde ocorriam alguns encontros, rodas de conversas, assembleias, palestras, entre outras atividades (Figuras 20 e 21).

[5] Informação obtida no portal do Turismo da Prefeitura de Embu das Artes (http://www.embu.sp.gov.br/portaldeturismo/atracoes/1208/parque-do-lago-francisco-rizzo)

Figura 20: Atividade prática no Parque do Lago Francisco Rizzo

Figura 21: Atividade no Parque do Lago Francisco Rizzo

O terreno de Itatuba estava localizado na área central do bairro de Itatuba, ao lado do Centro Municipal de Controle de Zoonoses. Uma característica peculiar do bairro de Itatuba, zona oeste do município, é sua divisa com o município de Cotia, estando inserido na bacia do Rio Cotia e pertencente também à Área de Proteção Ambiental – APA Embu Verde (Figura 22).

Figura 22: Vista do bairro de Itatuba (Fonte: Google Earth, 2012)

O terreno contava com 127.000m^2, dos quais 10.000m^2 foram destinados à implantação dos sistemas produtivos agroecológicos comunitários. Na área destinada ao PCS, foram implantados três modelos produtivos: hortas, lavouras e um sistema agroflorestal, todos de base agroecológica. Durante o período de implantação dos sistemas produtivos no bairro de Itatuba foi comum o resgate de uma prática antiga, a dos mutirões (Figura 23).

Figura 23: Atividade prática no sistema produtivo de Itatuba

As práticas de mutirões são características do modo de trabalho familiar, especialmente do caipira, quando a família não dá conta de determinada tarefa e necessita contar com auxílio de conhecidos. Este tipo de trabalho estabelece vínculos sociais entre os integrantes do bairro (JACKSON, 2001).

Esta foi uma forma que a equipe técnica encontrou de potencializar a produção, integrando pessoas ao projeto e resgatando práticas solidárias esquecidas no tempo, mobilizando pessoas e reforçando ações em torno da temática da agricultura urbana agroecológica.

A partir desses mutirões, principalmente para a implantação do Sistema Agroflorestal (SAF) ocorreu um processo de integração entre os participantes dos dois núcleos (Parque do Lago Francisco Rizzo e Itatuba), além da aproximação de diversos visitantes, muitos oriundos da área urbana de São Paulo para vivenciar um "dia na roça", contribuindo para o reforço da ação comunitária dentro do PCS.

Entre fevereiro de 2010 a dezembro de 2011, trezes hortas comunitárias foram implantadas, abarcando os seguintes bairros: Itatuba, Centro, Dom José, Jardim Fátima, Ressaca, São Marcos, Santa Emilia, Santo Eduardo, São Luiz, Jardim Independência, Jardim do Colégio, Jardim Tomé e Vista Alegre-Servidão.

Demonstramos abaixo (Quadro 2) dados referentes a cada sistema produtivo implantado, ressaltando que o número de participantes demonstrado não significa frequência de 100% durante toda a execução do PCS. O nível de participação variou muito durante todo o período, além de alguns locais que eram destinados mais para atividades terapêuticas, como nas UBS que realizavam trabalhos com jovens[6], adultos e idosos.

[6] Blog da horta comunitária da UBS do Jardim Santo Eduardo criado pelos próprios jovens, participantes do PCS, com apoio dos funcionários da unidade para divulgar o trabalho desenvolvido: http://ubssantoedu.wordpress.com/2010/11/11/horta-comunitaria-na-ubs-santo-eduardo/.

Quadro 2 - Perfil dos Sistemas Produtivos Agroecológicos, Projeto Colhendo Sustentabilidade, Embu das Artes, 2008- 2011

DADOS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS					
Nº	**Hortas (bairros)**	**Endereço**	**n° de famílias**	**Início das atividades**	**Área da horta (m^2)**
1	Itatuba[7]	Estrada Velha de Cotia, 226	19	nov/08	10000
2	Parque do Lago Francisco Rizzo/Centro	R. Alberto Giozza, 300 - Quinhaú	7	nov/08	800
3	Servidão/Vista Alegre	Av. 18 de Julho, 45 - Comunidade Servidão	33	mai/10	10000
4	Ressaca	Estrada do Kaiko, s/ nº	41	jun/10	800
5	Jardim Tomé	Escola Estadual Hugo Carotini - Estrada Keishi Matsumoto, 2025	24	set/10	400
6	Jardim São Marcos	Praça da Paz, s/nº	6	ago/09	1050
7	Jardim do Colégio	R. Pégasus, 2	6	out/10	480
8	Jardim Nossa Senhora de Fátima	R. Particular, s/nº	24	jul/10	500
9	Jardim Dom José	R. Avaré	6		1000
10	UBS São Luiz	R. Quênia, 81	15	set/09	150
11	UBS Independência	Est. de Constantinopla, 1200	10	out/09	100
12	UBS Santo Eduardo	Est. Itapecirica Campo Limpo, 554	50	ago/10	50
13	UBS Santa Emília	Est. Itapecirica Campo Limpo, 530	27	jun/10	200

* Quadro elaborado pela pesquisadora, considerando o maior número de participantes em cada horta.

[7] Na horta comunitária do Itatuba, além dos participantes do PCS, também recebiam formação técnica dezesseis jovens do Programa de Jovens Meio Ambiente e Integração Social de Embu das Artes - PJ-MAIS. Esse programa é uma parceria da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo com a Prefeitura de Embu das Artes e a Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE. Os técnicos do PCS ministravam a Oficina Ecoprofissional de Produção e Manejo Agrícola e Florestal Sustentável – PROMAFS. Informações obtidas nos relatórios mensais analisados e pelo site da SEAE: http://www.seaembu.org/pj_oque.php.

Em 2010, ocorreu o fim da horta na UBS Itatuba, devido à reforma da unidade, conforme observamos no relato seguinte:

> *"Foi finalizada a horta da UBS em 2010 devido à reforma que nós tivemos, nós passamos por uma reforma e então o espaço foi reutilizado."* (Agente Comunitária de Saúde, 28 anos)

O terreno de Itatuba, de propriedade da municipalidade, foi leiloado em 2011 encerrando os trabalhos que ali vinham se desenvolvendo. O relato seguinte demonstra incômodo e decepção por parte dos participantes em relação à venda do terreno:

> *"eu me chateei com a forma que a gente foi... que nós fomos tratados lá, que antes o pessoal da Prefeitura que ia vender a área deveria ter chamado a gente, conversado, porque sabia do projeto que eles mesmo... era um convenio com eles... conversado com a gente sobre como ia ser feito, qual a ideia da gente para mudar para outra área. Não, só tentaram conversar com a gente quando já estava tudo concretizado, vendido, aí eu acabei me chateando"* (Agricultor urbano, 63 anos)

Com o fim da horta na UBS Itatuba e com a venda do terreno encerraram-se os trabalhos de agricultura urbana agroecológica nos dois locais.

Destacamos que todas as hortas comunitárias implantadas, sejam as de caráter produtivo ou terapêutico, contribuíram efetivamente para a criação de espaços saudáveis, pois a maioria os terrenos ocupados pelos PCS estavam anteriormente inutilizados (lixo, entulho) ou subaproveitados.

4.2.10. A Criação dos Ambientes Favoráveis à Saúde

Dentre os campos de ação da Promoção da Saúde, a criação de espaços favoráveis à saúde implica, sobretudo, numa estreita inter-relação entre os ambientes, os estilos de vida e os comportamentos saudáveis de tal modo que ambientes ameaçados determinam os níveis de saúde das populações (RESTREPO, 2001.b).

Para RESTREPO (2001.b) as intervenções para criar ambientes mais saudáveis devem ser criativas e atraentes, sendo capaz de promover a participação individual e coletiva por se relacionarem diretamente com as necessidades das próprias comunidades.

Ao longo da análise foram encontradas diversas evidências que demonstram a proximidade da agricultura urbana agroecológica com a criação de ambientes favoráveis à saúde**.**

Durante a realização das três oficinas de sistematização, alguns relatos revelaram o potencial e o entusiasmo dos envolvidos na viabilização de espaços saudáveis, ainda que esse conceito não tenha sido explicitamente trabalhado pela equipe técnica como conteúdo formativo.

O desejo dos participantes em contribuir para a viabilização de ambientes promotores de saúde ocorreu tanto no nível individual quanto no coletivo conforme demonstramos a seguir:

> *"Em 2008, a* [empresa responsável pela eletricidade] *começou a horta comunitária e teve uma participação do* [prefeito 2]*, o prefeito da cidade, e, ele ajudou a gente a dar uma limpada no terreno. A horta estava no fundão e aí pensamos, vamos puxar para cima também* [para aumentar o espaço da horta]*? Aí chamamos o pessoal, fizemos um mutirão."* (Agricultor urbano, 64 anos)

> *"a capacidade de transformação dos espaços ociosos em áreas produtivas, que muitas gente não acreditava que aquelas áreas pudessem se tornar áreas produtivas...."* (Técnico-educador, 31 anos)

O terreno de uma UBS destinado à agricultura urbana se transformou num espaço, não somente para aqueles que gostavam de plantar, mas também para que outras aptidões fossem manifestadas, revelando potenciais e promovendo interação social.

Nos encontros, cada indivíduo se aproximava daquilo que mais se identificava:

"…. e lá também no quintal do posto [da UBS] *não foi feito só um espaço para plantar, também a gente diagnosticava outros potenciais, quem não queria mexer com a terra, costurava, ficava cantando, ajudava no que mais se identificava. E a união de todos os funcionários para cuidar do espaço e desenvolver as atividades, e até hoje foi o que mais marcou assim a unidade, foi o trabalho que mais, que teve mais união de todos, até hoje todo mundo, né? …."* (Agente comunitária de saúde, 28 anos)

A viabilização de espaços saudáveis ocorreu também nas residências dos participantes, conforme demonstra o próximo relato:

"E a multiplicação que as pessoas começaram a levar a horta para a casa, começaram a fazer horta em casa e tiveram um grande incentivo para trabalhar com a horta nas suas casas. Então houve uma multiplicação importante." (Auxiliar de Enfermagem, 45 anos, sexo feminino)

De acordo com HURTADO e CRESPO (2001: p.264) "os espaços saudáveis são cenários locais onde comparativamente as condições de vida e o estado de saúde são mais favoráveis em termos de oportunidade para o desenvolvimento individual e coletivo dos diversos grupos que integram a sociedade".

Este processo de criação de ambientes favoráveis à saúde, segundo estes autores, envolve grupos em espaços específicos transitando até a conquista da equidade em saúde.

4.2.11. O Processo de Comercialização

A formação do Empreendimento Elo da Terra (Figura 24), ao final da primeira fase, revela empoderamento e o reforço da ação comunitária dos grupos que frequentavam a horta comunitária do Parque do Lago Francisco Rizzo e Itatuba, pois diversos participantes se uniram para produção, consumo e, posteriormente, comercialização, significando que além da produção coletiva para autoconsumo, os grupos passaram também a empreender.

O grupo foi formado por decisão dos participantes ao perceberem que seria possível comercializar o excedente da produção dos dois sistemas produtivos, apesar de sempre terem priorizado o autoconsumo, o que também

demonstra envolvimento dos participantes com a temática da SAN, pois compreendiam a importância de consumirem alimentos produzidos por eles próprios, de procedência conhecida.

Figura 24: Comercialização do Empreendimento Elo da Terra

As primeiras experiências de comercialização da produção ocorreram no Parque do Lago Francisco Rizzo, aos finais de semana, durante a realização de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como o Dia do Meio Ambiente, Dia da Água e Dia da Árvore, além de participarem de eventos em outras cidades (Figura 25).

Figura 25: Comercialização em eventos pontuais no Parque

A transição de um grupo de autoconsumo para um grupo de comercialização trouxe algumas mudanças para os participantes. Apesar de a maioria dos participantes serem favoráveis à comercialização, houve participantes que se retiraram do projeto por acreditar que o PCS deveria ter somente função social e/ou terapêutica.

A geração de renda por meio de comercialização gerou alguns conflitos que foram solucionados com diálogos entre os participantes, mediados pela equipe técnica, porém muitos participantes não concordavam com esse tipo de direcionamento, pois acreditavam que a decisão de comercializar ou não deveria partir da equipe técnica e não do grupo de participantes (CAVALCANTE, 2011).

Quando falamos de processos participativos, decisões coletivas, consenso, sabemos que os desafios estão postos. Como já apontado por DEMO (1993), a participação enfrenta alguns desafios por não ser parte de nossa cultura e concorrer com as políticas assistencialistas que levam as pessoas a certo comodismo, inclusive em termos de organização e tomadas de decisão.

Um dos desafios que se apresentaram foi a participação ativa de todos os membros do empreendimento nas assembleias, pois muitos não estavam acostumados a tomar decisões coletivas. Com o tempo, esta prática foi sendo incorporada e se tornando menos cansativa para os participantes.

Uma das conquistas do empreendimento foi a realização permanente de uma banca de alimentos agroecológicos produzidos nos sistemas produtivos Parque do Lago Francisco Rizzo e Itatuba, que se iniciou em setembro de 2009, sendo realizada até o momento. Além da comercialização na banca todas as 4ª feiras no período da manhã e comercialização direta nas próprias hortas para consumidores locais.

Depois da Banca do Elo da Terra, a segunda conquista dos agricultores urbanos foi a realização quinzenal da “Feira Agrossustentável de Embu das Artes” (Figura 26), que teve início em julho de 2011, contando com a

participação de doze agricultores e uma variedade de 60 tipos de produtos comercializados entre hortaliças, legumes, frutas, raízes, flores, ovos, produtos apícolas, geleias, conservas, etc.

Figura 26: Feira Agrossustentável de Embu das Artes no Parque

Apesar de a realização da feira no Parque do Lago Francisco Rizzo ter sido considerada pelos envolvidos (equipe técnica e produtores) uma experiência inovadora, estes lidaram com a falta de apoio por parte do poder público que não contribuiu para infraestrutura do local, tampouco para a divulgação maciça da feira.

Mesmo com o fim do convênio entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, como já detalhado anteriormente, a feira continuou sendo realizada até janeiro de 2012, de forma autônoma e por iniciativa própria dos técnicos do PCS ligados à ONG e pelos agricultores urbanos. Somente após comunicação verbal dos gestores públicos que a feira não poderia mais ser realizada é que o evento deixou de ocorrer. Até o fim desta pesquisa a feira não foi reativada.

4.2.12. As Conquistas e os Resultados do PCS

De acordo com os relatórios mensais analisados, já na primeira fase do projeto algumas conquistas e resultados merecem destaques como: mudanças

gradativas em relação aos hábitos alimentares dos participantes, mudanças comportamentais, ampliação da consciência ambiental, reaplicação de práticas ecológicas nas comunidades. Tais resultados foram observados ao longo do projeto pelos técnicos-educadores e relatados nos relatórios do projeto.

Outras ocorrências foram registradas como a troca de receitas culinárias mais saudáveis; resgate do saber popular, utilização de técnicas agrícolas, utilização de ervas medicinais e aromáticas; manifestação de sentimentos positivos como alegria, animação, otimismo, pelo fato dos participantes estarem pertencendo a um grupo social (RIBEIRO et al., 2012).

Segundo RIBEIRO *et al.* (2012) em relação às mudanças de hábitos alimentares, ocorreu por parte dos participantes, um despertar gradativo em relação a uma alimentação mais natural e balanceada, sendo introduzidos mais frutas, legumes e verduras em suas dietas alimentares, além da descoberta de novas espécies comestíveis como: a capiçoba, cariru, serralha, taioba, entre outras.

Juntamente com a mudança nos hábitos alimentares, também houve uma mudança no consumo. As pessoas levando o alimento colhido nas hortas para suas residências deixavam de gastar nos supermercados. Muitos participantes também reduziram o consumo de alimentos industrializados (RIBEIRO *et al.*, 2012).

Ainda sobre a questão alimentar foi registrado nos relatórios mensais uma diversidade de alimentos produzidos durante a primeira fase do projeto. Dentre as espécies cultivadas nas hortas, de abril a dezembro de 2009, destacamos: abóbora, açafrão, alface-americano, alface-crespo, alface-liso, alface-mimoso, alface-romano, alface-roxo, almeirão, amendoim, banana, beterraba, brócolis, brócolis-ninja, cana, cânfora, capuchinha, catalônia, cenoura, chicória, coentro, couve, couve-flor, couve-manteiga, erva-doce, ervilha-torta, escarola, inhame, batata, manjericão, melão-aucho, mostarda, orapronobis, rabanete, repolho, repolho-roxo, salsa, tomate-japonês, tomate cereja, radichio, entre outras.

No sistema agroflorestal e nas lavouras foram cultivadas junto com as espécies arbóreo-frutíferas e nativas, as seguintes espécies: feijão-rajadinho, abacaxi, abóbora, cana, cará-de-metro, feijão-de-corda, mandioca, melancia-charleston, milho-amarelo, milho-canjica, abóbora, abóbora-cabocha abóbora-moranga, açafrão, feijão-de-corda, feijão-mineirinho, feijão-mulatinho, feijão-rosadinho, jerimum, jiló, mandioca, milho-amarelo, milho-vermelho, entre outros. Abaixo uma sistematização da diversidade alimentar cultivada no PCS (Quadro 3).

Quadro 3 - Espécies cultivadas no sistema produtivo de Itatuba

Variedades de hortaliças:	abobrinha italiana, abobrinha africana, acelga, agrião apimentado, alcachofra, alface americano, alface crespo, alface crespo roxo, alface liso, alface mimoso, alface mimoso roxo, alface quatro estações, alho, alho poro, almeirão catalonha, almeirão de corte, almeirão pão de açúcar, berinjela, beterraba, brócolis ninja, brócolis ramoso, caruru, cebola crioula, cebola roxa, cebolinha, cenoura, chicória, coentro, couve, couve flor, escarola, espinafre, jiló, morango, mostarda, pimenta cambuci, pimenta de bode, pimenta dedo de moça, pimentão, rabanete, radichio, repolho, repolho roxo, rúcula, salsa, salsão, serralha, tomate cereja.
Variedades de plantas medicinais e aromáticas:	alecrim, alfavaca, anis estrela, babosa, bálsamo, boldo, boldo do chile, camomila, capim santo, capuchinha, cavalinha, citronela, erva doce, gravatá, hortelã, hortelã pimenta, levante, losna, manjericão, manjerona, mastruz, melissa, mil folhas, pariparoba, poejo, tanchagem.
Variedades de plantas anuais:	Frutos: abacaxi, abóbora menina, abóbora moranga, abóbora paulista, chuchu, melancia, melão caipira; Legumes: quiabo, quiabo de metro, caramuela, maxixe; Raízes: batata doce, batata inglesa, mandioca, inhame; Tubérculos: açafrão, gengibre; Sementes/Grãos: amendoim, fava, feijão carioca, feijão de corda, feijão guandu, feijão rajado, feijão vermelho, ervilha torta, girassol, milho crioulo mogiano, milho crioulo caiano, milho canjica, milho pipoca, milho roxo
Variedades de plantas perenes:	amendoim forrageiro, amora, aroeira pimenta, assa peixe, banana, caju, cana, caruru de veado, eucalipto, flores diversas, jurubeba, mamão, manga, maracujá, nêspera, romã, taioba.

* Extraído de Zappala, 2011: p.127.

Além do incentivo para uma prática alimentar mais saudável, tornou-se comum, a união dos dois grupos (Itatuba e Parque do Lago Francisco Rizzo) para a realização de refeições comunitárias, como cafés da manhã e almoços, que ocorriam tanto nos espaços das hortas quanto na residência de algum dos participantes.

A relação dos participantes com a alimentação, desde a variedade produzida e colhida para autoconsumo quanto às celebrações por meio de refeições coletivas, demonstra o grau de importância da temática da SAN para todos os envolvidos no processo, sinalizando mais uma vez o fortalecimento da ação comunitária e o contínuo processo de desenvolvimento de habilidades, nesse caso, em relação à temática da alimentação.

O próprio título do PCS demonstra o grau de importância dada à temática da SAN: "Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas comunitárias de segurança alimentar e agricultura urbana".

Em relação à educação ambiental, um dos temas aprofundados foi a reciclagem dos resíduos. A equipe técnica desde o início teve a preocupação de passar para os integrantes do PCS a importância da coleta seletiva.

Nos dois sistemas produtivos, os resíduos sólidos eram utilizados na infraestrutura dos espaços, como vasos, contentores de canteiros, embelezadores, captadores de água de chuva e os resíduos orgânicos eram utilizados nas composteiras para produção de adubo orgânico (Figura 27) e minhocário para produção de húmus, ambos para serem utilizados nas produções agroecológicas do PCS (RIBEIRO *et al.*, 2012).

A reciclagem dos resíduos contou com o apoio do Banco Municipal de Alimentos que se tornou um forte parceiro do projeto, redirecionando os descartes de alimentos para as composteiras do PCS ao invés de direcioná-lo para o aterro sanitário da cidade (RIBEIRO *et al.*, 2012). Além dos resíduos orgânicos, o Banco de Alimentos também contribuía com doação de lanches para todos os encontros e eventos do PCS.

Esta parceria pode ser caracterizada como uma ação intersetorial, pois foi estabelecida por representantes da base, ou seja, funcionários de um equipamento público ligado à Secretaria de Assistência Social e equipe técnica do PCS, ligados à Secretaria de Meio Ambiente.

Os participantes, que no princípio levavam os lixos orgânicos de suas residências para as composteiras do projeto (Figura 27), passaram a construir suas próprias composteiras residenciais, disseminando esta prática também entre seus vizinhos.

Figura 27: Construção de composteira no Itatuba

Alguns dos resultados obtidos no PCS revelam o desenvolvimento de habilidades pessoais e coletivas, bem como o reforço da ação comunitária em relação às temáticas alimentar e socioambiental, pois demonstra que os participantes foram ampliando seu conhecimento, a partir da aproximação com os alimentos que eles próprios produziam, tanto na questão do consumo de alimentos (mudanças de hábitos alimentares) como em relação ao descarte dos resíduos orgânicos proveniente dos alimentos (separação de resíduos).

Ainda que a educação em saúde não tenha sido explicitamente trabalhada como conteúdo temático, a equipe técnica trazia temas diretamente

relacionados à saúde, com vistas às mudanças na forma de pensar e agir dos participantes.

Para MACHADO *et al.* (2010), a educação em saúde, por meio de diversos tipos de comunicação, confere às pessoas conhecimentos e aptidões, proporcionando escolhas em torno da saúde, despertando a consciência crítica, reconhecendo os fatores que influenciam a saúde e encorajando-as a fazer algo para mudar.

Entre os fundamentos da Promoção da Saúde está a participação social ativa, conquistada por meio de uma educação em saúde crítica e formadora, contribuindo para a identificação de problemas de modo que as pessoas façam suas opções com vistas à melhoria de qualidade de vida e controle sobre o meio ambiente e sobre os fatores que interferem na própria saúde e da sociedade (PELICIONI *et al.*, 2008).

A aplicação de tecnologias sociais como a construção de composteiras pelos participantes em suas comunidades demonstra mais uma vez o desenvolvimento de habilidades pessoais em torno das causas ambientais, o que, por sua vez, resulta no reforço da ação comunitária, viabilizando espaços mais saudáveis.

Esse tipo de tecnologia contribuiu para a produção de adubo orgânico e evita que mais resíduos orgânicos sejam destinados para os aterros sanitários, que na maioria das vezes já operam em sua capacidade máxima.

A tecnologia social, de acordo com THOMAS (2009, p. 27), “é uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologias orientadas a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável”. Este tipo de tecnologia atua de maneira ampliada nas dimensões de: produção, processo e organização de alimentos, moradia, energia, água potável, transporte, comunicações, entre outras.

THOMAS (2009) cita os seguintes atores fundamentais envolvidos com o desenvolvimento de tecnologias sociais: movimentos sociais, cooperativas

populares, ONGs, unidades públicas de investigação e desenvolvimento, divisões governamentais e organismos descentralizados, empresas públicas e privadas. As tecnologias sociais, segundo o autor, desempenham papel de destaque na resolução de problemas sociais e/ou ambientais, pois se revestem de uma importante estratégia fundamental para o futuro da América Latina, com a inclusão de comunidades e grupos sociais capacitados localmente para contribuírem em soluções tecno-produtivas adequadas e eficazes, dentro do escopo de pobreza profunda, característica da região.

Outro indicador esteve relacionado às oportunidades profissionais, pois alguns participantes (re)descobriram, durante o envolvimento com as atividades do PCS, certo potencial para trabalhos ligados à agricultura, ampliando as oportunidades profissionais e/ou trabalhando voluntariamente como multiplicadores da agricultura urbana agroecológica nas comunidades. Como exemplo, citamos alguns participantes que deixaram de participar do projeto antes do término por terem conseguido oportunidades profissionais em locais como: escolas, hospitais, UBS, sítios, fazendas, entre outros.

Em ambos os casos, percebemos o desenvolvimento de habilidades pessoais, resultando na ampliação da atuação profissional para uns e, reforço da ação comunitária para outros por meio de ações voluntárias de multiplicação dos conhecimentos agroecológicos em diversos espaços.

Entre os resultados do PCS mencionados nos documentos analisados destacam-se:

- Realização semanal de uma banca de produtos agroecológicos no Parque do Lago Francisco Rizzo;
- Formação de um empreendimento produtivo nos princípios da Economia Solidaria, unindo participantes dos dois núcleos: Parque do Lago Francisco Rizzo e Itatuba denominado Elo da Terra;

- Comercialização dos produtos provenientes da agricultura urbana em diversas feiras e vendas diretas;
- Ampliação das ações nas comunidades: associações de moradores, instituições de ensino, UBS, agricultores urbanos familiares;
- Participação na Feira Regional de Economia Solidaria para comercialização dos produtos cultivados nas hortas comunitárias;
- Ampliação de diversidade alimentar dos grupos a partir das colheitas realizadas nos sistemas produtivos;
- Aquisição de produtos agroecológicos pelos munícipes;
- Participação do PCS na formação da Rede de Agroecologia da Guarapiranga no Projeto Guarapiranga Sustentável;
- Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no município por meio da parceria com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes(COMSEA);
- Ampliação da consciência socioambiental dos participantes do projeto.

Ao fim da primeira fase do PCS, foi feita pela equipe técnica uma sistematização quantitativa do projeto (Quadro 4) conforme segue:

Quadro 4: Dados Quantitativos de Participação no PCS - Primeira Fase

META	Previsto	Realizado
Sensibilização e mobilização das famílias (n de comunidades)	2	17
Capacitação (n de pessoas)	100	849
Implantação de sistemas produtivos (n de sistemas)	3	3

* Extraído de: Cavalcante, 2011.

Os dados referentes às quantidades de participantes indicam o total de pessoas que por algum período estiveram presentes durante as atividades do PCS. A permanência das pessoas nas atividades do projeto, mesmo quando apresentavam interesse em continuar, era dificultada, dentre outros motivos, por necessidades materiais relacionadas à situação econômica das famílias. Diversos participantes alegaram que sua saída do projeto teve como motivo a necessidade de assumir um trabalho remunerado nos mesmos períodos em que participavam do projeto (CAVALCANTE, 2011).

Os envolvidos com o PCS organizaram diversos eventos no munícipio e participaram de outros em diversas localidades.

Em 2009 e 2010, a equipe técnica do PCS, em parceria com o COMSEA, organizou a Semana Mundial da Alimentação. Em 2009, o evento contribuiu para a renovação desse Conselho que se encontrava inativo e realizou diversas intervenções junto aos munícipes. Em 2010, durante o evento, ocorreu uma ampla divulgação do PCS através da realização do seminário "Promoção da Agricultura Urbana: Projeto Colhendo Sustentabilidade", além de outras atividades como Oficinas de Aproveitamento Integral de Alimentos; visita do Prefeito 2 em uma das hortas comunitárias, entre outros.

Em 2011 ocorreu o 1º Encontro Intermunicipal de Agroecologia de Embu das Artes, realizado pela equipe do PCS em parceria com o Programa Fonte Escola[8] e a Divisão de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os eixos temáticos discutidos pelos grupos nesse encontro foram: agricultura urbana e água; agricultura urbana e revitalização; uso de espaços urbanos e educação; agricultura urbana e comercialização; agricultura urbana e

[8] O Programa Fonte Escola, ligado a Sociedade Ecológica Amigos de Embu, desenvolve ações de educação socioambiental para educadores, crianças e jovens por meio de quatros projetos: Roteiros Temáticos, Hortas Escolares, Selo Escola Amiga da Terra e o Mais Educação (oficinas agroecológicas e educação ao ar livre para crianças do ensino fundamental). Informações obtidas no site: http://www.seaembu.org/ea_historico.php.

saúde; agricultura urbana e participação cidadã e comunitária; horta escolar e currículo.

O encontro ocorreu no Parque do Lago Francisco Rizzo, reunindo mais de duzentas pessoas de dezesseis municípios (Embu das Artes, São Paulo, Cotia, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Suzano, Diadema, Santo André, Osasco, Barueri, Taboão da Serra, Juquitiba, Embu, Itapevi, Itú, Louveira, Araçoiaba da Serra). Entre os participantes estavam agricultores urbanos e rurais, educadores, gestores públicos, organizações da sociedade civil com atuação nas áreas temáticas, lideranças comunitárias e religiosas e demais pessoas interessadas nos temas abordados no encontro.

O evento sinalizou para um processo de participação social em torno da agricultura urbana e da agroecologia, contribuindo para o fortalecimento dos temas no município e para a articulação dos atores sociais e representantes de movimentos afins.

Além dos eventos, algumas parcerias e articulações foram realizadas dentre as quais citamos: a Articulação Oeste de Agricultura Urbana (AOAU); e a Rede de Agroecologia da Guarapiranga[9], uma iniciativa do Projeto Guarapiranga Sustentável ligado a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo.

Na esfera local, o COMSEA, desde sua reativação em 2009, foi considerado pela equipe técnica, um forte parceiro das ações em agricultura urbana e agroecologia. O PCS sempre manteve uma participação ativa com um representante da equipe técnica neste conselho, contribuindo inclusive para

[9] A Rede de Agroecologia da Guarapiranga busca promover a articulação entre as iniciativas já existentes e fomentar novas ações na área da agroecologia na região da sub-bacia Cotia-Guarapiranga, que compreende os municípios de São Paulo, Cotia, Embu das Artes, Itapecerica da Serra, Embu Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba. Os principais objetivos do Projeto Guarapiranga Sustentável são: " minimizar os impactos negativos da agricultura convencional; promover ações articuladas que aumentem a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar e sua competitividade; possibilitar o cumprimento da Lei Estadual 12.233/06 – Lei específica da Guarapiranga; disponibilizar ao agricultor familiar alternativas de diversificação da produção, com tecnologias sustentáveis; estimular a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais; incentivar o associativismo e cooperativismo; equacionar os problemas da comercialização da produção por meio do acesso a mercados especializados". Informações coletadas no site do Projeto Guarapiranga Sustentável: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/SIGAM2/Default.aspx?idPagina=7611

a formação dos demais conselheiros nas temáticas da agricultura urbana e agroecologia e para o fortalecimento na Segurança Alimentar e Nutricional no município.

A equipe técnica do PCS sempre estimulou a participação social em seminários, congressos, encontros, conselhos municipais com o intuito de mobilizar e fomentar a participação popular em diversas temáticas (alimentação, saúde, meio ambiente, economia solidária, etc., além da agricultura e agroecologia).

O reconhecimento do PCS, listado a seguir, que ocorreu de diferentes maneiras também pode ser considerado conquistas do trabalho realizado.

Em 2010, o PCS foi um dos projetos que contribuiu para que o Prefeito 2 recebesse o Selo de Prefeito Empreendedor do SEBRAE[10]. No mesmo ano, o projeto também foi matéria no Programa Ação[11] da TV Globo, momento em que a coordenação e os participantes puderam compartilhar um pouco da experiência com os telespectadores.

Em 2011, a tecnologia social "Agroecologia Urbana e Segurança Alimentar" desenvolvida no PCS foi certificada pela Fundação Banco do Brasil[12]. De 1200 tecnologias inscritas, o PCS ficou entre as vinte e sete melhores tecnologias sociais do Brasil e entre as três melhores da região sudeste.

Em dezembro de 2011, a horta comunitária da UBS do Jardim Santa Emília foi matéria na Revista Enfermagem Prática em sua edição nº 20.

O último reconhecimento do PCS veio no ano de 2012, mesmo após o seu término, com a inserção da experiência no "Programa Cidades

---

[10] Informações obtidas no site da Prefeitura de Embu das Artes: http://www.embu.sp.gov.br/e-gov/noticia/?ver=2708.

[11] Matéria do PCS no Programa Ação da TV Globo disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=nFOxj09Y4Jc.

[12] Informações obtidas no site da Fundação Banco do Brasil: http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/detalhar-tecnologia-5.htm.

Sustentáveis”[13], servindo de modelo na elaboração de plataformas políticas aos candidatos à eleições municipais, demonstrando mais uma vez sua contribuição para elaboração de políticas públicas saudáveis.

O reconhecimento do projeto demonstra que suas ações repercutiram interna e externamente, servindo inclusive de modelo para outras iniciativas, uma vez que foi certificado como uma tecnologia social e projeto modelo para a Rede do Programa Cidades Sustentável.

4.2.13. Políticas Públicas Saudáveis

Em termos de políticas públicas saudáveis, entendemos que a experiência prática do PCS desempenhou uma função importante para o avanço na área agrícola do município, em especial em termos de agricultura urbana e agroecologia, conforme apresentado a seguir.

i) Membros da equipe técnica do PCS contribuíram para a elaboração da “política pública de agropecuária” do novo plano diretor (Anexo 8).

ii) As temáticas da agricultura urbana e da agroecologia foram inseridas na Lei Complementar nº 186, de 20 de abril de 2012. No Capítulo I que trata do Desenvolvimento Econômico Social, seção III referente à Política de Agropecuária, destaca-se:

[13] O Programa Cidades Sustentáveis é uma grande rede de organizações da sociedade civil que estão aproveitando as eleições municipais do ano de 2012 para colocar a sustentabilidade na agenda da sociedade, dos partidos políticos e dos candidatos. O programa foi lançado com o objetivo de oferecer aos candidatos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a esta agenda, enriquecida por casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem perseguidas pelos gestores públicos municipais. Além disso, o programa é complementado por uma campanha que tenta sensibilizar os eleitores a escolher a sustentabilidade como critério de voto e os candidatos a adotarem a agenda da sustentabilidade. O objetivo maior do programa é sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Maiores informações sobre o **Programa Cidades Sustentáveis** pode ser obtida em: http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/213

a) O artigo 14 que tem entre os objetivos da política “estimular a geração de trabalho e renda por meio de práticas de agricultura urbana, periurbana, rural e familiar considerando os processos de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de alimentos”;

b) O artigo 15 em que uma das diretrizes é “implementar uma política municipal de assistência técnica que esteja articulada à construção de uma nova matriz tecnológica para à produção e que valorize as práticas agroecológicas e os conhecimentos tradicionais”.

iii) A concretização do PROMAS, iniciado em 2012, fruto do trabalho desenvolvido no PCS.

4.2.14. Das Dificuldades ao Aprendizado

As dificuldades foram encaradas pela equipe técnica como desafios a serem superados. Algumas etapas que listaremos a seguir, consideradas como desafiadoras, serviram para o amadurecimento dos envolvidos (equipe técnica e participantes do PCS).

A implantação dos sistemas produtivos, por exemplo, em alguns casos, apresentou certo grau de dificuldade em relação aos recursos financeiros provenientes do poder público municipal.

Os recursos financeiros previstos para a implantação da infraestrutura dos sistemas produtivos não foram disponibilizados pela Prefeitura devido a dificuldades orçamentárias. Com isso, a comunidade buscou soluções alternativas como, por exemplo: aproveitamento de resíduos sólidos (restos de madeiras, móveis velhos) para construção de canteiros (Figura 28); realização

de bazar para a obtenção de fundos para aquisição de sementes e implementos agrícolas.

Figura 28: Horta Comunitária da UBS do Jardim Santa Emília

Umas das propostas da equipe técnica para os grupos era a construção de canteiros comunitários de modo a despertar nos participantes práticas solidárias baseadas nos princípios da economia solidária[14]. Porém, alguns participantes não aceitaram esta proposta, rejeitando o formato de plantios e colheitas coletivas; em alguns locais, os participantes manifestaram vontade de canteiros individualizados. Como nas assembleias prevalecia a vontade da maioria, neste caso, determinava-se a separação dos canteiros por família para que cada representante familiar pudesse construir e cuidar de seus próprios canteiros.

Outra proposta da equipe técnica, também baseada nos princípios da economia solidária, era a divisão igual de trabalho e de renda. No entanto, no

[14] Segundo Paul Singer, a economia solidaria, em relação a capitalista "(...) é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica." (SINGER, 2002, pg. 10).

decorrer da vivência, percebeu-se que nem todos se dedicavam da mesma maneira e com a mesma frequência. Com isso, esta proposta também se apresentou como um desafio para todos os envolvidos, pois no momento da divisão dos recursos provenientes das comercializações, alguns se sentiam injustiçados por trabalhar mais que outros e receber igual a todos.

Os problemas que surgiam eram levados para os participantes em forma de assembleia, e sempre havia um representante da equipe técnica para mediar os conflitos, estimulando-os a refletirem sobre os desafios e juntos pensarem em soluções. Na maioria das vezes, a equipe técnica procurava não opinar contribuindo para que as alternativas encontradas surgissem de dentro do próprio grupo.

Uma das propostas apresentadas pelos integrantes do Empreendimento Elo da Terra foi o estabelecimento de um banco de horas no qual cada um recebia de acordo com as horas trabalhadas; neste caso todos perceberam que esta foi a melhor forma de divisão de trabalho e renda.

Nestes casos, voltamos a recorrer a DEMO (1993) quando enfatiza as dificuldades enfrentadas pelos grupos que optam por processos participativos, algo novo em nossa sociedade que é tão impregnada pela cultura da hierarquização. No caso do PCS, os participantes, no início, esperavam que as soluções partissem da equipe técnica e se retraíam diante das tomadas de decisões coletivas. Apesar das rodas de diálogo gerar incômodos em alguns participantes, esses processos contribuíram para o amadurecimento e desenvolvimento da autonomia dos grupos.

O transporte de insumos, ferramentas e equipamentos agrícolas para as comunidades também foi outro problema que obrigou os técnicos solucionarem através da utilização de seus próprios veículos.

Além das dificuldades apresentadas, muitas outras surgiram, como em relação à divisão de colheitas, divisão e forma de trabalho, dificuldades interpessoais, que foram solucionadas através de muito diálogo nas rodas de conversa.

4.2.15. O Encerramento do PCS

O encerramento da primeira fase do projeto foi marcado pela entrega dos certificados de participação, além da publicação da cartilha, escrita pela equipe técnico-pedagógica com apoio de participantes, intitulada de "Agricultura Urbana na Prática: Experiências do Projeto Colhendo Sustentabilidade em Embu das Artes"[15].

O evento contou com a presença de cerca de cento e sessenta pessoas, a grande maioria agricultores ligados ao projeto, entidades da sociedade civil, representantes da Prefeitura de Embu das Artes e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e vereadores. Nesse evento, o prefeito 2 afirmou a relevância do PCS para o município e o interesse em ampliar suas ações para outros locais numa segunda fase.

Apesar da visibilidade que o PCS ganhava dentro e fora do município, o fim do convênio entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE ocorreu em setembro de 2011.

Com vistas aos conflitos que se iniciaram entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, por conta da revisão do novo plano diretor, presume-se que a não renovação do PCS esteve diretamente ligada a esse desgaste político entre as duas instituições.

O ano de 2011 foi um período conturbado no município de Embu das Artes, momento em que a SEAE tomou um posicionamento político contrário ao da gestão municipal, opondo-se ao que estava sendo delineado na revisão do Plano Diretor em 2011, em especial, na área que envolvia a APA Embu Verde.

Embora a alegação da Prefeitura por meio de divulgação na internet tivesse sido o baixo índice de beneficiários e altos custos de investimento no projeto, evidenciamos por meio da fala de um dos participantes que a questão política influenciou o término da parceria:

---

[15]Cartilha disponível para download em:
http://www.seaembu.org/docs/Cartilha_COLHENDO_novo_baixa.pdf

"tudo isso realmente foi causado por causa desse plano diretor, dessa revisão deste plano diretor.... as ameaças aqui foram interesses políticos acima do benefício da coletividade....este projeto teria continuidade se a Sociedade Ecológica tivesse apoiado este plano diretor.... " (Agricultor urbano, 57 anos)

Mesmo com o fim do convênio em setembro de 2011, os técnicos-educadores do PCS continuaram trabalhando voluntariamente nos meses de outubro, novembro e dezembro, fazendo visitas técnicas quinzenais nas comunidades que estavam mais ativas, para que a ruptura do trabalho não ocorresse de maneira bruta e repentina.

4.2.16. A Sustentabilidade no PCS

Na ótica da Promoção da Saúde, o princípio da sustentabilidade pode ter um duplo significado: criar iniciativas que estejam de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável ou garantir um processo duradouro e forte, envolvendo nesta perspectiva os seguintes aspectos: econômicos, sociais, políticos, culturais, intergeracionais e ambientais (WESTPHAL e ZIGLIO, 1999).

Para SILVA e PELICIONI (2012), sustentabilidade não é sinônimo de saudabilidade, porém torna-se impossível construir uma sociedade saudável sem que, primeiramente, ela seja sustentável.

Segundo as autoras citadas anteriormente, para medir a saudabilidade de uma cidade é necessário considerar uma série de fatores que estejam conectados, formando uma rede complexa, assim como ocorre também com a sustentabilidade.

Os próximos relatos sinalizam para um esforço dos participantes na busca por sustentabilidade, permeando dentro do PCS as seguintes dimensões: a **sustentabilidade do PCS** com vistas à continuidade e/ou fortalecimento do projeto como um todo; a **sustentabilidade econômica** com vistas a autonomia dos grupos e a **sustentabilidade ambiental** com objetivo de reutilizar e/ou reaproveitar ao máximo os recursos da natureza dentro e fora do PCS.

No tocante à sustentabilidade do PCS, vale ressaltar que, ao longo da pesquisa, verificou-se um grande esforço por parte dos envolvidos para atingi-la, não significando, no entanto, que houve sucesso em todas as tentativas.

Ficou demonstrado através dos relatos que este tipo de sustentabilidade somente se alcançaria se as instituições envolvidas estivessem caminhando na mesma direção. Sem a parceria da Prefeitura, qualquer esforço por parte dos interessados na continuidade do PCS ficaria fragilizado.

No caso da sustentabilidade econômica, também houve esforços em termos de captação de recursos por parte da equipe técnica e geração de renda por parte dos participantes por meio da comercialização para suprimentos dos sistemas produtivos, porém, mais uma vez, os esforços não significaram efetividade em termos econômicos, havendo apenas resultados pontuais.

Já no caso da sustentabilidade ambiental, em todos os sistemas produtivos, procurava-se o melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e o menor grau de desperdício, conforme descrito mais adiante.

i. Do Projeto

A busca por sustentabilidade do projeto foi evidenciada por meio de parcerias e articulações, em que a equipe executora vivenciou um processo de resistência para sobrevivência do projeto:

> *" Então esse engajamento, essa força de vontade permitiu que a gente tivesse a capacidade de trabalhar tanto com poucos recursos humanos, quanto com poucos recursos financeiros. E tudo isso se deu muito pelo processo de articulação e trabalho em rede,* [o PCS] *sempre buscou trabalhar com somar forças com as comunidades locais, com os equipamentos públicos, com outros órgãos, inclusive fora do município que foram parceiros...."* (Técnico-educador, 31 anos)

A crença na potencialidade comunitária, segundo DEMO (1993), é sem dúvida um dos componentes mais fortes e característicos da política social de autopromoção. Neste caso, os condutores do processo passam a exercer o papel de motivadores, assessores, mobilizadores, deixando então de assumir

uma postura autoritária, típica de pacotes assistenciais que já chegam prontos à comunidade.

A falta de sustentabilidade do projeto também foi identificada conforme demonstrado nos próximos relatos, em que os participantes não participaram da discussão acerca do futuro das hortas, ou como afirma DEMO (1993) quando comenta que os sujeitos muitas vezes não são capazes de gerir seu próprio destino.

> *"Foi finalizada a horta da UBS em 2010 devido à reforma* [da UBS] *que nós tivemos, nós passamos por uma reforma e então o espaço foi reutilizado* [para outro fim, que não o do PCS]*."* (Agente Comunitária de Saúde, 28 anos)

> *"eu me chateei com a forma que a gente foi... que nós fomos tratados lá* [na Prefeitura]*, que antes o pessoal da Prefeitura que ia vender a área deveria ter chamado a gente, conversado, porque sabia do projeto que eles mesmo* [eram os realizadores]*... era um convenio com eles... conversado com a gente sobre como ia ser feito, qual a ideia da gente para mudar para outra área. Não, só tentaram conversar com a gente quando já estava tudo concretizado* [a venda do terreno onde havia a horta de Itatuba]*, vendido, aí eu acabei me chateando"* (Agricultor urbano, 63 anos)

ii. Econômica

A busca pela sustentabilidade econômica foi evidenciada de forma pontual, nos momentos de organização dos grupos envolvidos para geração de trabalho e renda, tentando garantir um processo econômico contínuo e participativo.

A renda proveniente de bazar, bancas de comercialização, empreendimento solidário costumava ser revertida para os próprios participantes de forma individual ou coletiva.

Para DEMO (1993) tão importante quanto ter um emprego é poder conquistá-lo. Neste sentido, ele defende que o eixo da política social deve estar centrado no fenômeno da participação, por meio de sua autopromoção e formas de cogestão e autogestão, com possiblidade de auto sustentação, tornando a participação um processo de conquista em si mesma.

"a parceria com restaurantes na compra de produtos... os agricultores realizaram muitas parcerias, principalmente o pessoal do Elo da Terra para escoar a produção, foi uma demanda local que foi aproveitada." (Técnico-educador, 31 anos)

"Nós vende na banca de alimentos a verdura, nós colhe e vende aqui no Parque Rizzo que tem barraquinha." (Agricultora urbana, 77 anos)*"Aprendi uma coisa, que com os nossos produtos orgânicos, a gente faz tempero, tem uma senhora que ela não faz mais tempero na casa dela, ela só vai buscar lá* [comprar] *com a gente, ela falou 'não quero mais fazer tempero em casa'."* (Agricultora urbana, 54 anos)

A busca por sustentabilidade econômica também foi um desafio para os técnicos, conforme manifestado no próximo relato:

".... dificuldade em gerar autonomia nos grupos e mobilizar pessoas para participar, manter a harmonia no grupo e na equipe técnica, de forma a estimular, sensibilizar e incentivar as práticas ...." (Técnico-educador, 32 anos, sexo masculino)

DEMO (1993) acredita que para uma comunidade ter voz e vez precisa organizar-se, devendo ser esta uma preocupação diária das comunidades, criando e realizando suas próprias formas de participação e, consequentemente, se empoderando.

De acordo com Teixeira (2002), *apud* WENDHAUSEN *et al.* (2006), o empoderamento se associa a formas alternativas de se trabalhar realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos.

iii. Ambiental

A sustentabilidade ambiental voltada para o melhor aproveitamento dos recursos da natureza (reaproveitamento de resíduos sólidos para construção de canteiros, utilização de resíduos orgânicos para produção de composto, separação dos resíduos) é demonstrada por meio dos seguintes relatos:

Representante da equipe técnica comenta sobre a parceira entre o Banco de Alimentos e o PCS:

“ Também fornecendo resíduos orgânicos do Banco de Alimentos para as hortas para a gente fazer a compostagem. Foi uma coisa que não foi colocada em cartaz, mas foi muito bacana que o Banco Municipal de Alimentos, ele recebe toneladas de alimentos de doação e organiza isso para a população em situação de vulnerabilidade social, mas mesmo assim tem um resíduo bem grande todos os dias de cascas de alimentos e uma parte destes resíduos a gente utilizou para a produção de adubo orgânico por meio da compostagem, o pessoal tocava principalmente na horta do Parque e do Itatuba.” (Técnico-educador, 31 anos)

Depoimentos de participantes sobre o descarte dos resíduos:

“Ela enterra as cascas de fruta, ela não joga nenhum tipo de lixo orgânico fora e os resíduos sólidos como papelão, geralmente ela manda para a coleta seletiva....” (Representante de um dos subgrupos ao se referir a agricultora urbana, 71 anos)

“.... a partir do momento que você reutiliza, não fica jogando no lixo, ou mesmo no quintal, na terra, isso daí é muito bom e hoje eu faço sabão [do óleo de fritura] *e as pessoas falam ‘nossa, você faz sabão?’ parece que é uma coisa de outro mundo, então se todo mundo fizesse isso quanto que nós estaríamos contribuindo para não contaminar o nosso meio ambiente. É gratificante você ver depois ele* [sabão] *prontinho,* a gente imagina que só em fábricas, que usa muita química, muitas coisas, o nosso é tão natural assim.” (Agricultora urbana, 58 anos)

Merendeira e ex-participante do PCS comentou como faz o reaproveitamento dos alimentos na creche onde trabalha:

“O que nós aprendemos foi tudo muito bom, de aproveitamento de tudo, de cascas .... E eu fiz alguns cursos de reaproveitamento de cascas para servir como alimentação mesmo, nas creches onde eu trabalho e a gente reutiliza mesmo as coisas, já não estraga tanto como eram estragadas as coisas que vem, você valoriza mais ....” (Agricultora urbana, que é merendeira, 58 anos)

A sustentabilidade ambiental, como alternativa para resolver os graves problemas gerados pelo atual modelo de desenvolvimento, bem como a preocupação com a saúde dos ambientes e sua estreita relação com a saúde da população, são assuntos que já vêm sendo discutidos há muito tempo nos meios científicos e políticos. Segundo SILVA e PELICIONI (2012), apesar disso, somente na segunda metade do século XX é que se criou oficialmente uma subárea na Saúde Pública denominada de Saúde Ambiental.

Para SILVA e PELICIONI (2012) são muitos os fatores ambientais que interferem na saúde humana, determinando não somente a complexidade das inter-relações existentes, mas também as estratégias a serem desenvolvidas para soluções dos problemas decorrentes destes, tornando-se imprescindível a articulação entre os diferentes setores governamentais (saúde, meio ambiente, educação, entre outros), setor privado e as comunidades envolvidas, com vistas à integridade e efetividade de ações dentro responsabilidades múltiplas.

Compactuamos do ponto de vista das autoras ao reconhecerem que, embora a população não tenha conhecimento dos conceitos de sustentabilidade e saudabilidade ambientais, possuem a percepção clara do risco e da necessidade de agir diante da presença concreta dos problemas ambientais no cotidiano.

4.3. FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS (FOFA)

A terceira oficina de sistematização, que teve por objetivo rastrear as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do PCS, ocorreu após dois eventos importantes: o término oficial do PCS em setembro de 2011 e a revisão e aprovação do último Plano Diretor da cidade de Embu das Artes, processo que perdurou de 2010 a 2012, resultando em conflitos institucionais entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, como já comentado anteriormente.

Os dois acontecimentos podem ter influenciado o ânimo dos envolvidos durante a realização da oficina, pois participaram desse encontro, representantes da Prefeitura de Embu das Artes, da SEAE e dois participantes do PCS, que tiveram maior envolvimento com as duas instituições em relação aos assuntos citados (Término do Convênio e Plano Diretor).

Durante a realização da oficina, os participantes sentiram certa dificuldade para identificar **o que seria interno** ou **externo** ao projeto pela diferença de âmbitos institucionais em que se encontravam, por exemplo, um

participante do projeto, funcionário municipal, identificava assuntos da Prefeitura como internos ao projeto, quando estes eram internos à Prefeitura e não ao projeto.

Essa dificuldade de entendimento e/ou identificação por parte dos participantes resultou em algumas confusões no momento do enquadramento da FOFA durante a realização do trabalho, como fraquezas internas do projeto citadas como ameaças, ameaças apontadas como fraquezas, oportunidades enquadradas como forças e assim por diante.

Na descrição das categorias estabelecidas foram relacionados os tópicos de cada uma delas exatamente como foram escritos pelos participantes, que posteriormente foram revistos e reorganizados pela pesquisadora.

O número de **menções/tópicos** de cada categoria pode ser considerado um indicativo da relevância daquela categoria para o grupo presente, por exemplo, a categoria com mais menções foi a “relação conflituosa com a Prefeitura”, indicando talvez que esta ameaça tenha forte relevância para o grupo.

Os tópicos reorganizados pela facilitadora e posteriormente transformados num relatório para a pesquisa foram agrupados em categorias maiores para facilitar a análise, de forma que não comprometesse a especificidade do que foi citado.

A análise da matriz FOFA foi feita a partir da combinação (cruzamento) das categorias buscando sempre a releitura de seus tópicos como forma de validação do processo (Quadro 5).

Quadro 5 – Descrição das Categorias FOFA

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

a) Ambiente Interno

i. FORÇAS

Categoria 1 – Aprendizado e capacitação (8 menções)
Nesta categoria se enquadram **forças** citadas pelo grupo que se relacionam com a capacidade do projeto de promover **aprendizado**, **capacitação** e **troca de experiências** para os participantes e comunidades envolvidas:
· Aprendizado;
· Multiplicação dos conhecimentos;
· Multiplicação do aprendizado;
· Método técnico pedagógico;
· Troca de experiências;
· Criação da cartilha agricultura urbana na prática;
· Visitas a outras experiências;
· Formações realizadas pelos técnicos junto a outros agricultores.

Categoria 2 – Talentos institucionais (9 menções)
Nesta categoria se enquadram as forças do projeto relacionadas às suas **forças institucionais**, ligadas à capacidade de fazer **parcerias** ou mesmo à sua capacidade interna de **adaptabilidade às situações adversas**:
· Assessoria de imprensa (Prefeitura e SEAE);
· Parceiros da Prefeitura (Banco de Alimentos, CRAS, UBS e CAPS-AD);
· Parceria de uma das UBS, do bairro Santa Emília (funcionários já tinham a ideia de fazer uma horta), (efetivou-se) com a equipe do PCS (suporte técnico);
· Contribuição / incentivo da gerência da UBS Santa Emília;
· Uso da área de um parque público, o Parque do Lago Francisco Rizzo;
· Capacidade de transformação dos espaços ociosos em áreas produtivas;
· Capacidade de trabalhar com poucos recursos (otimização dos poucos recursos disponíveis);
· Processos de articulação e trabalho em rede.

Categoria 3 – Empoderamento (8 menções)
Nesta categoria se enquadram **forças** do projeto ligadas à sua capacidade de promover **empoderamento** e **engajamento dos participantes**. Essa categoria tem uma forte relação com a "**categoria de Aprendizado e Capacitação"**, mas diferencia-se dela, pois não tem como foco o **desenvolvimento de habilidades** ou conhecimento, mas sim, o **fortalecimento da ação comunitária**:
· Autonomia do grupo (bazar, vendas, comercialização de hortaliças, etc);
· Engajamento / crença no projeto;
· Hortas nas residências dos participantes;
· Formatura dos participantes na primeira fase do projeto;
· Conquista de diploma (muitos conquistando um diploma pela primeira vez);
· Formação do empreendimento "Elo da Terra";
· Realização de feiras de comercialização;
· Força de vontade dos participantes e da equipe técnica / engajamento em continuar e expandir o projeto.

Categoria 4 – Qualidade de vida (7 menções)
Nesta categoria estão os tópicos citados que se relacionam com melhoria na qualidade de vida dos participantes:
· Resgate de raízes;
· Melhoria da qualidade de vida do grupo da caminhada (reforço com atividades das hortas);
· Redução dos níveis de glicêmicos dos participantes das hortas;
· Redução remédios (diabético hipertenso e depressão);
· Melhoria da saúde física e mental;
· Elevação da autoestima;
· Reeducação alimentar (selecionar os alimentos e cuidado com o meio ambiente)

Categoria 5 – Relacionamento Interpessoal (8 menções)
Nesta categoria se enquadram tópicos citados que apontam como **força interna** do projeto, o **bom relacionamento entre a equipe**. Esta categoria também possui forte relação com as categorias "**Empoderamento"** e **"Qualidade de Vida":**
· Melhoria no humor e relacionamento interpessoal dos participantes;
· Confiança dos participantes em relação aos técnicos;
· Almoços e cafés comunitários com produtos da horta;
· União do grupo dentro e fora do projeto;
· Espaço aberto a todos (idades, sexo, nível social);
· Solidariedade / cooperação entre técnicos e agricultores urbanos;
· Integração da equipe técnica com a comunidade

ii. FRAQUEZAS

Categoria 1- Conflitos Interpessoais (3 menções)
Nesta categoria foram incluídos os tópicos relacionados **a conflitos entre os participantes**:
· Alguns participantes se sentiam donos das hortas (TODOS);
· Conflitos entre participantes (Técnicos X Participantes);
· Conflitos entre os beneficiários

Categoria 2 - Conflitos Institucionais (6 menções)
Nesta categoria foram enquadradas as **fraquezas** do projeto relacionadas a **conflitos institucionais**. Aqui merece destaque a forte relação entre fraquezas com uma mesma ameaça externa **"a relação conflituosa com a Prefeitura"**:
· Obstáculos em garantir a participação de membros da equipe ligados às UBSs, CRAS e secretarias no acompanhamento do projeto;
· Redução do quadro de RH da Prefeitura;
· Conflitos/rompimento da Prefeitura com a ONG SEAE, ocasionado pela revisão do Plano Diretor;
· PCS ser projeto de uma secretaria e não do Governo prejudicou o trabalho intersetorial no alto escalão (entre secretários);
· Conflitos políticos entre Prefeitura de Embu e SEAE;
· Dificuldades por parte das secretarias em realizar ações inter-secretariais voltadas ao desenvolvimento do PCS

Categoria 3 - Falta de envolvimento por parte de alguns participantes (6 menções)
Nesta categoria foram enquadradas **fraquezas** do projeto ligadas a **falta de envolvimento**, **participação dos envolvidos**:

· Desmotivação/desistência do projeto ao longo do período por vários motivos;
· Falta de comprometimento por uma parte dos participantes nas atividades cotidianas de manutenção das hortas;
· Evasão de participantes nos grupos das hortas comunitárias;
· Falta de maior adesão das comunidades envolvidas;
· Desmotivação nos participantes para dar continuidade às atividades após o encerramento do PCS gerou;
· Ausência de assistência técnica nas hortas após o encerramento do PCS.

Categoria 4 – Equipe reduzida (2 menções)
Nesta categoria foram enquadradas também a baixa participação tanto dos participantes quanto dos representantes institucionais:
· Baixa adesão dos beneficiários de outros programas sociais;
· Tamanho da equipe técnica insuficiente para a demanda do município

b) Ambiente Externo

i. AMEAÇAS

Categoria 1 – Relação conflituosa com a Prefeitura (11 menções)
A relação com a Prefeitura foi categorizada como uma ameaça (externa) e não como uma fraqueza (interna), pois, quase por unanimidade entre os participantes selecionados para esta oficina, a Prefeitura é entendida como uma parceira/responsável pelo projeto apenas "de direito" e não "de fato". Sendo assim, os conflitos relacionados à Prefeitura são entendidos como um fator externo ao projeto, que por sua vez foi concebido (elaborado) por técnicos da SEAE, ou seja, "fora da prefeitura", conforme relato dos responsáveis. Como mencionado, entre **as fraquezas** da categoria "**Conflitos Institucionais"**, a maior parte delas está relacionada a esta ameaça:
· Venda pela Prefeitura do terreno da horta de Itatuba e impedimento de prosseguir a produção no local;
· Falta de recursos financeiros: ferramentas, insumos, transporte, logística na produção e comercialização, infraestrutura dos terrenos, divulgação, sensibilização;
· Faltou a Prefeitura de Embu dar mais prioridade e recursos para o pleno desenvolvimento do projeto;
· Exigência do prefeito para realização da feira de orgânicos, mas que ao mesmo tempo, não disponibilizava os recursos mínimos para sua realização (barracas, divulgação, logística, transporte);
· Término do projeto sem avaliação do impacto na vida dos participantes por parte da Prefeitura
· Inverdades sobre PCS no site da Prefeitura para justificar o fim do convênio com a SEAE;
· O projeto concebido fora da Prefeitura;
· Proibição da realização da feira Agrossustentável com o fim do convênio;
· Revisão do Plano Diretor;
· Interesses políticos acima dos benefícios da coletividade (não houve espaço para se discutir com os participantes do PCS a venda do terreno; só ficaram sabendo do leilão do imóvel após a consolidação da venda, assim foram obrigados a deixar o local em que se realizava as produções de hortaliças)

Categoria 2 – Falta de segurança (1 menção):
· Furto da produção nas hortas (em uma das UBSs)

Categoria 3 - Falta de espaço/local para desenvolver as hortas (1 menção):
· Falta de espaços disponíveis nas áreas mais urbanizadas

ii. OPORTUNIDADES

Categoria 1 – Mídia (2 menções)
Aqui foram contempladas **oportunidades** para o projeto relacionadas à sua **divulgação na mídia**:
· Imprensa
· Divulgação das ações na mídia

Categoria 2 – Apoio/Financiamento/Doações (5 menções)
Nesta categoria estão **oportunidades externas** ao projeto relacionadas a **doações**, **financiamentos** ou **outras formas de apoio**, com exceção de parcerias, que foram relacionadas a uma categoria de oportunidade específica:
· Lançamento do Edital MDS nº SESAN/MDS Nº 01 / 2007;
· Doações de roupas para realização de bazar, sementes, etc.
· Fornecimento de insumos;
· Participação de Voluntários na divulgação do projeto;
·Realização de mutirões;
· Patrocínio para publicação da cartilha de AUP na prática;
· Ênfase dado à Agricultura Urbana e Agroecologia na atualidade (Poder Público, Sociedade Civil, mídia)

Categoria 3 – Prêmios / Reconhecimento (3 menções)
Nesta categoria, enquadram-se **oportunidades** para o projeto, ligadas a seu **reconhecimento**, **credibilidade** e **certificação**:
· Certificação de Tecnologia Social da Fundação do Banco do Brasil;
· Inclusão do PCS na Plataforma Cidades Sustentáveis do Movimento Nossa São Paulo

Categoria 4 – Parcerias (5 menções)
Nesta categoria foram relacionadas **oportunidades** do projeto ligadas a **parcerias** que este buscou fora. As parcerias enquanto oportunidades externas apresentam uma forte relação com a categoria de forças "**Talentos Institucionais"**, em que se enquadra a aptidão do projeto por firmar parcerias:
· Parceria do Empreendimento Solidário Elo da Terra com restaurantes locais na compra de produtos (hortaliças);
· Parceria com secretaria de saúde e seus equipamentos públicos (UBS, CAPS AD, Centro de Zoonoses);
· Busca e troca de experiências e conhecimento junto a instituições e comunidades parceiras;
· Parceria com a secretaria de assistência social e seus equipamentos públicos (CRAS, CREAS, Banco de Alimentos, Casa do Empreendedor, etc);
· Participação na Rede de Agroecologia da Guarapiranga

*Quadro elaborado pela facilitadora das oficinas de sistematização e revisado pela pesquisadora

Ao relacionarmos as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, foi possível sistematizar as informações obtidas (Quadro 6), explicadas a seguir.

No primeiro quadrante, chamado **manutenção** da matriz, apresenta-se o resultado do cruzamento de relações encontradas entre **ameaças** e **forças**; cada item é resultado do cruzamento entre uma ameaça e uma força, identificadas entre parênteses, logo abaixo do item. Em situações de desenvolvimento de um projeto, esse quadrante apresenta itens relacionados à sua manutenção.

No quadrante **sobrevivência**, o mesmo método foi utilizado para as relações encontradas entre **ameaças** e **fraquezas**. Esse quadrante, por evidenciar **pontos fracos** confrontados com **ameaças externas**, representa itens relacionados à **sobrevivência** do projeto, indicando, portanto, os aspectos mais sensíveis do mesmo, sobre os quais deve haver grande atenção.

O quadrante do **desenvolvimento** apresenta o resultado da relação entre **oportunidades** e **forças**. De maneira geral, é o quadrante que apresenta o melhor cenário do projeto por apontar pontos positivos internos e externos ao projeto, indicando aspectos que devem ser sempre desenvolvidos.

O quadrante do **crescimento** é o resultado das relações encontradas entre **oportunidades** e **fraquezas**. Aponta as **fraquezas** do projeto perante **oportunidades** não aproveitadas. Portanto, aponta oportunidades de crescimento do projeto.

Os itens da matriz são resultados entre fatores do ambiente interno e externo que apresentam relação entre si. Categorias citadas que não apresentaram relação direta com outras categorias não foram incluídas.

As categorias **empoderamento**; **qualidade de vida**; **falta de envolvimento de alguns participantes** não apresentaram relações com outras categorias. Após uma segunda análise, estas foram, ao final do processo, consideradas como resultados do projeto, mais do que **forças** ou **fraquezas**.

Quadro 6: Matriz FOFA validada na 4ª Oficina de Sistematização

		Ambiente Interno	
		Forças	**Fraquezas**
Ambiente Externo	**Ameaças**	1) Adaptabilidade institucional perante dificuldades *(Relações conflituosas com a Prefeitura + Talentos Institucionais)* 2) Motivação do grupo para trabalhar em diferentes tipos de situações *(Relações conflituosas com a Prefeitura + Relações interpessoais*; 3) Promoção de aprendizado sem necessidade de muitos recursos, mesmo com problemas de falta de espaço para novas hortas *(Falta de espaço para as hortas + Talentos institucionais)* *Manutenção*	1) Conflitos que comprometem o bom desenvolvimento do projeto: *(Relações conflituosas com a Prefeitura + Conflitos institucionais)* 2) Equipe reduzida em função da falta de apoio da Prefeitura *(Relações conflituosas com a Prefeitura + Equipe reduzida)* *Sobrevivência*
	Oportunidades	1) Ampla divulgação/ Promoção do projeto *(Mídia e divulgação + Talentos institucionais)* 2) Obtenção de recursos para o desenvolvimento do projeto (*Apoio/Financiamento/Doações + Talentos Institucionais)* 3) Ampliação das ações do projeto *(Apoio/Financiamento/Doações + Capacitação e Aprendizado)* 4) Ampliação do reconhecimento (*Prêmios/Reconhecimento + Talentos Institucionais)* 5)Fortalecimento Institucional: (*Parcerias + Talentos Institucionais*) *Desenvolvimento*	1) Recursos: Dificuldade de obter mais apoio, financiamento e/ou doação devido a conflitos interpessoais e institucionais; *(Apoio/Financiamento/Doações +s Conflitos interpessoais e institucionais)* 2) Reconhecimento: Dificuldade de obter mais prêmios/reconhecimento devido a conflitos interpessoais e institucionais *(Prêmios/Reconhecimento +Conflitos interpessoais e institucionais)* 3) Parcerias: Dificuldade em fortalecer, firmar parcerias substanciais em função de conflitos inter-pessoais e institucionais. *(Parcerias + Conflitos interpessoais e institucionais)* *Crescimento*

*Quadro elaborado pela facilitadora das oficinas de sistematização e revisado pela pesquisadora

As oficinas de sistematização ocorreram nove meses após o fim do convênio de execução do PCS e contribuíram para que os próprios participantes pudessem avaliar o trabalho em que estiveram envolvidos, além de propiciar um encontro destes sujeitos em momento subsequente ao término

do PCS, desempenhando no momento da oficina, outro papel, o de observadores de um processo do qual participaram no passado.

Os participantes do PCS que estiveram presentes em todas as oficinas de sistematização, compartilhando informações para a pesquisa, demonstraram compreender o valor da partilha de suas experiências pessoais, além de muitos terem adquirido habilidades para se expressar publicamente. Além disso, muitos comentaram que estão desenvolvendo ações ou participando de iniciativas, disseminadas ao longo da participação no PCS em seus grupos de convívio social e/ou comunidades.

Esta oficina de sistematização pode ser equiparada a uma avaliação participativa, pois foi realizada com os envolvidos no PCS, revelando uma série de questões, que na visão destes, teve grande relevância durante a realização e após o término do projeto.

Segundo MENDES e SACARDO (2012: p. 534) as abordagens avaliativas em políticas intersetoriais e iniciativas voltadas ao desenvolvimento local exigem abordagens inovadoras e complexas, implicando no uso não só de métodos variados, mas, sobretudo, de metodologias que devem levar em consideração a compreensão de significados, percepções e aspectos culturais para aproximações sucessivas da realidade complexa.

Este exercício avaliativo foi de extrema importância para os envolvidos, contribuindo para uma reflexão profunda dos participantes ao avaliarem algo que eles próprios realizaram, ou seja, uma autoavaliação do trabalho desenvolvido, além de contribuir para o aprimoramento da comunicação oral, pois tiveram que se posicionar perante os demais, exteriorizando e verbalizando suas opiniões sobre o processo vivido no PCS.

De acordo com Pedrosa (2004), *apud* MENDES e SACARDO (2012), a complexidade fortalece a ideia de que as questões no campo da promoção da saúde se encontram, na maioria das vezes, dispersas, disfarçadas e multifacetadas, estimulando estudos avaliativos voltados à identificação dos elementos constitutivos da multiplicidade da promoção da saúde, bem como

suas articulações em cada contexto do movimento de saberes e práticas que a constituem, considerando as distintas perspectivas dos diferentes atores, surgindo assim, a necessidade de pensar metodologias que permitam reconhecer “o que” avaliar em termos de políticas, programas, projetos ou intervenções.

As **forças** e as **fraquezas** pertencem ao ambiente interno, isto é, são questões que surgiram dentro do projeto.

As **forças** do projeto citadas pelos participantes foram: a capacidade do PCS em promover aprendizado, capacitação e troca de experiências; os talentos institucionais voltados às articulações e parcerias; adaptabilidade em situações adversas; empoderamento comunitário; relacionamento interpessoal e promoção da qualidade de vida da população envolvida.

Em fraquezas, encontramos algumas menções que, embora tenham aparecido juntamente com o fim do PCS, podem ter sido também motivo pelo qual houve continuidade das atividades de agricultura urbana no município, desta vez, sob a forma de um programa municipal, o PROMAS.

As **fraquezas** citadas foram: conflitos interpessoais, entre participantes das hortas ou entre técnicos e participantes; conflitos institucionais, entre Prefeitura de Embu e SEAE; falta de envolvimento por parte de alguns participantes, resultando em desmotivação, falta de comprometimento, evasão; equipe reduzida de técnicos; baixa adesão dos beneficiários de outros programas sociais.

A questão dos conflitos, tanto no âmbito institucional, entre Prefeitura e SEAE, como na equipe, entre os técnicos-educadores e/ou entre técnicos e participantes, demonstrou ser uma questão de grande importância para os participantes por ter sido citada diversas vezes.

As **ameaças** e as **oportunidades** pertencem ao ambiente externo, isto é, fatos que ocorreram fora, mas que impactaram o projeto de alguma forma.

As **ameaças** citadas pelos participantes foram: relação conflituosa com a Prefeitura devido à venda do terreno da horta de Itatuba e impedimento de

prosseguir a produção local; falta de prioridade e recursos por parte da Prefeitura para o pleno desenvolvimento do projeto; término do projeto sem avaliação do impacto na vida dos participantes; fim do convênio com a SEAE; revisão do Plano Diretor; falta de segurança relacionada aos furtos nas hortas; falta de locais para implantação de hortas.

Observamos que a relação conflituosa apareceu também como uma ameaça ao projeto, porém desta vez este conflito apareceu somente no nível institucional.

A venda do terreno de Itatuba, situação descrita anteriormente, foi uma questão importante entre os participantes desta oficina; muitos demonstraram incômodo pela postura do poder público local mediante a condução desse processo.

Na visão de alguns participantes, os interesses políticos haviam sido colocados acima dos benefícios da coletividade. Outros se queixaram de que não foram convidados para discutir ou opinar sobre a venda do terreno, sinalizando que esta seria a atitude mais adequada por parte do poder público, só ficando sabendo do leilão do imóvel após a consolidação da venda, sendo obrigados a deixar o local em que realizavam a produção de hortaliças.

A questão da venda do terreno de Itatuba demonstrou que o valor das terras urbanas tem grande influência nas decisões da administração pública. Esta abordagem sobre a disputa de territórios urbanos e os interesses econômicos e sociais envolvidos é objeto de outra subprojeto do grupo de pesquisa do qual este projeto faz parte.

Após a consolidação da venda do terreno, alguns participantes do PCS comentaram que foram convocados para participar de reuniões com representantes da Prefeitura de Embu das Artes (secretários e Prefeito 2) no intuito de solucionar os conflitos existentes. Entre as soluções apresentadas pelo poder público local, uma delas foi a transferência do sistema produtivo para outro terreno, situado no mesmo bairro, situação que gerou divergência no grupo, pois alguns aceitaram e outros preferiram se afastar do trabalho.

A revisão do último plano diretor da cidade também foi mencionada pelos participantes como algo que ocasionou uma série de conflitos entre as instituições, Prefeitura e SEAE, podendo ser um dos motivos que contribuiu para a não renovação do convênio do projeto.

Apesar de não ter sido realizada uma investigação profunda sobre a questão, há indícios que os representantes dos movimentos que se opuseram ao último Plano Diretor, apesar de todo esforço que fizeram, sentiram dificuldades em mobilizar a comunidade e a participação social não foi suficiente para frear e/ou alterar a revisão do plano.

Para DEMO (1993), os processos participativos acentuam a cidadania organizada, que por sua vez traduz um aspecto importante da competência democrática por coerência participativa, bem como por estratégia de mobilização. O autor acredita que o cidadão consciente é aquele que participa e que sabe viver dentro do conflito de interesses, marcados pela provisoriedade do devir.

DEMO (1993) argumenta que a democracia é um sistema sócio-político, sendo necessário negociar os conflitos e as divergências. Para ele, os conflitos não podem ser escamoteados, pois são admitidos aqueles insolúveis e que levam a superações históricas.

Dentre as atitudes assumidas num processo conflituoso, DEMO (1993) cita a atitude de ignorar ou de camuflar os conflitos, tratando-os com “panos quentes”, de forma paliativa e compensatória ou, ainda, no outro extremo, a de exacerbar o conflito, sob o prisma de iniciativas autoritárias, unilaterais e parciais, mas apresenta como via intermediária, a negociação.

Não foi possível, com os dados coletados, saber em qual nível se deram as negociações entre participantes e Poder Público local, durante o processo de venda do terreno de Itatuba.

Em relação às **oportunidades**, foram citadas pelos participantes: a veiculação do projeto na mídia; apoio, financiamento e doações; prêmios e reconhecimentos e as parcerias. Em relação à mídia, o PCS foi veiculado mais

de 100 vezes desde sua origem, incluindo diversos meios de comunicação, entre elas internet (sites e blogs), televisão e mídia impressa em geral.

A análise FOFA também identificou certa dependência do PCS em relação à Prefeitura de Embu das Artes. Embora o projeto tenha sido idealizado e executado pela SEAE e Coletivo EPARREH, o papel desempenhado pela instituição pública foi de fundamental importância para a sobrevivência do projeto por determinado período.

Apesar de o projeto inicial não ter nascido por iniciativa da Prefeitura, e sim idealizado e levado para esta pela sociedade civil organizada, ficou evidenciado com a análise que sem este apoio institucional (recursos humanos e financeiros; utilização dos equipamentos públicos municipais) o projeto não se viabilizaria da forma como ocorreu.

Uma demonstração do grau de dependência do PCS em relação à instituição pública foi a consolidação da venda do terreno de Itatuba, e posterior transferência de todo o trabalho que ali vinha se desenvolvendo para outro local no mesmo bairro.

O sentimento manifestado pelos participantes de que a Prefeitura era uma parceira/responsável somente “de direito” e não “de fato” está ligado à origem do PCS como mencionado anteriormente, pois este foi fruto do projeto de extensão universitária da USP denominado “Sementes”, desenvolvido na Escola Estadual Estadual Rodolfo José da Costa e Silva pelo grupo EPARREH, que numa oportunidade seguinte transformou-se num projeto envolvendo instituições pública nas esferas: municipal (Prefeitura de Embu das Artes) e federal (MDS).

Esta origem do projeto de ter sido levada pela sociedade civil para dentro da Prefeitura, tendo-a como “parceira” na realização do PCS, pode ter gerado, em alguns representantes do poder público local, o sentimento de que o projeto era algo vindo de fora e talvez por esse motivo não recebeu todo o apoio necessário dentro da instituição pública.

O PCS foi elaborado e concebido para, através do apoio possibilitado pelo edital do MDS, dar continuidade à atuação do EPARREH no município de Embu das Artes, através da parceria realizada com SEAE. Entretanto, para atender às exigências desse edital o evolvimento da Prefeitura de Embu das Artes era obrigatório.

4.4. O ESTADO ATUAL DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES

A entrevista com um informante-chave[16] teve o objetivo de apresentar o atual estado da agricultura urbana no município de Embu das Artes.

Segundo o entrevistado, as funções que antes eram desempenhadas por aproximadamente seis técnicos, no momento da entrevista, estavam sendo desenvolvidas somente por ele. Esta redução no número de técnicos, de acordo com ele, não teve muita influência sobre o desenvolvimento das atividades, pois o trabalho se realizava com o apoio dos membros das comunidades, que eram, na sua percepção, os responsáveis pela efetividade dos trabalhos nas hortas comunitárias.

Apesar disso, o técnico ponderou que, se houvesse mais três pessoas na equipe para contribuir com o trabalho braçal, a agricultura no município se alavancaria com maior rapidez. Pessoas que pudessem para contribuir nas atividades mais pesadas, especialmente em locais com predomínio de mulheres e idosos também eram necessárias.

[16] O informante-chave foi técnico-educador do PCS nas duas fases e até a data da entrevista era o responsável técnico do Programa Municipal de Agricultura Sustentável de Embu das Artes (PROMAS)

Para o responsável pelo PROMAS, o fortalecimento da ação comunitária e a participação social neste tipo de trabalho são de fundamental importância, principalmente quando se trabalha questões de economia solidária, incubação de empreendimentos, pois são processos longos e morosos.

Na visão do técnico, os pontos fortes da agricultura urbana de Embu das Artes estavam relacionados, primeiramente, com a vontade e organização comunitária, seguido do potencial e perfil das pessoas, muitas advindas do campo, e, por último, a vontade do poder público. Para ele, esses seriam os três componentes que contribuíram para o fortalecimento da atividade no município.

O entrevistado destacou também a questão cultural, pois muitos dos participantes eram migrantes que tinham história de trabalho na agricultura e que ao se mudarem para os grandes centros urbanos mantiveram alguns de seus costumes da área rural preservados.

Para o responsável do PROMAS, essa origem rural seria uma questão decisiva para a continuidade da agricultura urbana em Embu das Artes, pois a temática agrícola estava interiorizada nestes migrantes, sendo inclusive, em seu entendimento, uma forma de resistência ao novo lugar, local onde estes se instalaram para morar, viver, conforme afirma em uma de suas falas:

> *"É uma questão até mesmo determinante e fundamental porque que isso está no inconsciente dessas pessoas e isso também é uma forma de resistência para um novo lugar, onde elas se instalaram, então esse novo lugar que o novo lugar às vezes é áspero, difícil, trazendo as práticas que elas já tinham no seu lugar de origem, isso elas conseguem fazer um combate com a nova realidade e tentar fazer com que a coisa se harmonize um pouco mais. Então acho que isso é bem profundo assim na questão" (Técnico Responsável pelo PROMAS, 32 anos)*

Outros grupos também foram citados por ele, como o Humanaterra[17] que se organizam até hoje para que haja continuidade das atividades de agricultura urbana no município, porém de uma forma mais autônoma.

No intervalo entre o término do PCS e o início do PROMAS, as hortas ficaram um pouco abandonadas, a produção diminuiu, mas, ainda assim, algumas pessoas continuavam disponibilizando algum tempo para contribuir com a produção urbana de alimentos.

Com o fim do PCS e início do PROMAS, o técnico da Prefeitura vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, passou a acompanhar mais de perto o trabalho nas hortas comunitárias que antes eram geridas pela equipe técnica do PCS, retomando a produção, a participação dos grupos e o resgate dos conhecimentos populares.

Até o momento desta entrevista, estavam ativas no município doze hortas comunitárias, que recebiam apoio da Prefeitura por meio do PROMAS para realização das atividades (Quadro 7).

Vale ressaltar que a maioria das hortas listadas pelo entrevistado foram as iniciadas no PCS e que com o fim do convênio entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE foram assumidas integralmente pelo poder público local quando da criação do PROMAS.

[17] Humanaterra tem como missão proporcionar um vínculo saudável entre os seres, o ambiente e os recursos naturais, tendo como principal objetivo praticar e difundir conhecimentos e tecnologias para uma vida mais sustentável. Fortemente inspirada nos princípios da permacultura, a rede oferece cursos, palestras, encontros, oficinas e elaboração de projetos em educação ambiental transformadora, educação lúdica e com a natureza, design e planejamento ecológico de espaços residenciais, coletivos e educativos, formação de educadores, bioconstrução, agroecologia, agricultura urbana, manejo sustentável de água, entre outros. Parte da equipe do Humanaterra participou da coordenação do programa Fonte Escola, gerido pela SEAE. Maiores informações disponível em http://humanaterra.wordpress.com/sobre-nos/

Quadro 7: Hortas comunitárias ativas

Sistema Produtivo Comunitário	Endereço	Visitas Técnicas
Elo da Terra (Parque do Lago Francisco Rizzo)	R. Alberto Giosa, 320, Quinhaú	Quartas-feiras, 8h-12h, semanalmente
Horta da Paz	R. Augusto de Almeida Batista, s/n, Jd. São Marcos	Terças-feiras, 10-12h, quinzenalmente
Itatuba	R. Nélia Afonso Cedro, 08, Itatuba	Sextas-feiras, 8h-12h, semanalmente
Servidão	Est. do DAE, 45, Jd. Vista Alegre	Sextas-feiras, 14h-16h, quinzenalmente
Centro de Referência da Mulher	R. Bernadina, 37, Centro	Terças-feiras, 9h-11h, mensalmente
Centro Recreativo e Social	Av. do Realismo, 16, Jd. Marina	Quartas-feiras, 8h30-11h, mensalmente
UBS Fátima	R. São Lourenço, 246, Jd. Nossa Senhora de Fátima	Terças-feiras, 8h-10h, quinzenalmente
UBS Independência	Est. de Constantinopla, 1200, Jd. Independência	Terças-feiras, 10h-12h, quinzenalmente
UBS São Luiz	R. Quênia, 81, Jd. São Luiz	Terças-feiras, 14h-16h, quinzenalmente
UBS Santa Emília (Horta Integração)	Est. de Itapecerica a Campo Limpo, 530, Jd. Santa Emília	Terças-feiras, 8h-10h, quinzenalmente
UBS Santo Eduardo	Est. de Itapecerica a Campo Limpo, 3133, Jd. Sto. Eduardo	Terças-feiras, 14h-16h, quinzenalmente

*Quadro elaborado pela pesquisadora com informações cedida pelo representante do PROMAS

Além das hortas já existentes desde a época do PCS, novos sistemas produtivos encontravam-se em fase de implantação: a horta do Centro de Referência da Mulher, na região central, com produção voltada para plantas

medicinais e temperos, e a horta da creche Marina no Jardim Marina[18], uma iniciativa da própria comunidade (gestores da creche e pais das crianças) que solicitou assistência técnica à Prefeitura.

O PROMAS previa a assistência técnica aos agricultores familiares com o intuito de realizar um diagnóstico sobre a forma de produção agrícola praticada no município para no futuro se traçar o estado da arte da agricultura no município, não focalizando somente a agricultura urbana e a agroecologia, mas todo tipo de agricultura.

Este cadastro teria o objetivo de cartografar os dados coletados para saber a localização da produção agrícola dos agricultores, da produção hidropônica, da produção convencional, da produção agroecológica, realizando, com isso, uma espécie de mapa temático da realidade atual.

Para o entrevistado, entre os resultados da agricultura urbana, os aspectos mais relevantes estavam relacionados ao convívio social; à questão de gênero, pois as mulheres eram as que mais se envolviam com as atividades de agricultura urbana; ao desenvolvimento da autonomia nas tomadas de decisão; ao aprimoramento de processos dialógicos; à produção de alimentos orgânicos e à diversidade alimentar beneficiando, além dos participantes, suas famílias.

Mudanças na saúde mental dos participantes também foram percebidas pelo entrevistado. Com o convívio nas hortas, relações sociais se estabeleceram, pessoas deprimidas se reanimavam, havia compartilhamento de histórias, dificuldades, trocas de experiências que possibilitavam a liberação de seus anseios, angustias etc. Neste sentido, ele acreditava que os técnicos também cumpríam a função de “condutores de emoções” dos participantes.

O produto da agricultura convencional também foi destacado pelo entrevistado por causar certos danos à saúde, em contraponto ao orgânico. Nesse aspecto, ele afirmou que os participantes das hortas eram beneficiados

[18] A creche Marina está inserida numa configuração público-privada; a horta é mantida pelos próprios pais das crianças e a direção da entidade, recebendo apoio pontual do técnico da Prefeitura. Informações cedidas durante a entrevista.

por consumirem alimentos produzidos por eles próprios sem o uso de produtos químicos e agrotóxicos.

O entrevistado, que participava do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Embu das Artes, afirmou que a produção livre de produtos químicos demonstra a forte aproximação da agricultura urbana agroecológica com a temática da SAN, que vai desde uma produção local e livre de agrotóxicos e produtos químicos até a diversidade alimentar, disponível ao alcance de todos os envolvidos nas atividades.

Segundo o técnico, as hortas comunitárias são sempre uma esfera do trabalho, mas elas ocorrem mais por predisposição das comunidades e menos por parte do poder público. Geralmente as pessoas se animam quando veem que outras hortas estão se desenvolvendo, com isso, as hortas ativas servem como vitrines, impulsionando novas hortas. Uma das maneiras que o PROMAS utilizava para seu desenvolvimento era o famoso “boca-a-boca”, pessoas interessadas passavam a acessar o poder público municipal para pedir apoio técnico para implantação de novas hortas em diversos locais.

Outra forma de ampliação da agricultura no município era trabalhar mais com os agricultores familiares, principalmente para promover a transição agroecológica. Neste caso, o técnico acreditava que a transição poderia não ser 100% agroecológica, mas que o importante seria que a forma de produção se tornasse cada vez mais sustentável, até o ponto em que os próprios agricultores familiares percebessem a possibilidade de não dependerem de agrotóxicos e insumos químicos para a sua produção, tornando-se, espontaneamente, agroecológicos.

Outra frente do PROMAS estava relacionada à orientação técnica fornecida para a comunidade escolar, em escolas interessadas no desenvolvimento de hortas pedagógicas.

Com relação à intersetorialidade, a secretaria de Meio Ambiente estava à frente do processo, porém quando surgiam demandas de outras áreas, as demais secretarias eram acessadas. De acordo com o técnico, as ações

estavam mais articuladas, pois o trabalho desenvolvido no município já era de conhecimento das outras secretarias.

A secretaria de Assistência Social disponibilizava uma assistente social para fazer o acompanhamento do trabalho desenvolvido em uma das hortas comunitárias, a do bairro Vista Alegre-Servidão.

Já a Secretaria da Saúde, na opinião do entrevistado, sempre foi uma das maiores parceiras da agricultura urbana no município, pois muitas hortas comunitárias foram implantadas em terrenos de UBS e agentes comunitários de saúde têm desenvolvido atividades nas hortas em conjunto com os usuários dos serviços.

Em relação à Educação, o diálogo entre o representante do PROMAS e as escolas via Divisão de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente era uma prática corriqueira.

Um bom exemplo na área da Educação foi o caso da Escola Estadual Rodolfo José da Costa e Silva, onde tudo começou com o Projeto Sementes, ainda como um projeto de extensão universitária da USP, no início das ações de agricultura urbana agroecológica no município de Embu das Artes. Apesar de ser uma escola estadual, a diretoria da escola, por desejar reiniciar uma horta solicitou apoio técnico da Prefeitura para acompanhamento das atividades.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano também estava atenta para as questões relacionadas à agricultura urbana. Por exemplo, a futura reforma da UBS Santa Emília fez com que arquitetos e engenheiros dialogassem com a Secretaria de Meio Ambiente, para se pensar conjuntamente num possível espaço para a reativação de uma horta comunitária, após a desativação da horta por conta dessa reforma. Neste planejamento, o responsável técnico do PROMAS estava contribuindo com informações do terreno com questões relacionadas ao posicionamento do sol, questões técnicas da produção, disponibilidade de água, possibilidade de materiais para a estrutura, pois provavelmente seria uma horta suspensa sobre o telhado.

A Feira Agrossustentável de Embu, até o momento da entrevista, estava temporariamente suspensa. Uma das primeiras ações dentro do PROMAS havia sido a tentativa de se participar do edital do MDS destinado às feiras, porém uma série de questões demonstrou que o edital inviabilizava o trabalho, devido a exigências como número mínimo de setenta famílias participando da comercialização.

A partir da inviabilização de participação nesse edital, o projeto da feira foi temporariamente suspenso, primeiro pela baixa quantidade de agricultores interessados em comercializar em feiras, não justificando o investimento para tal evento; segundo, na espera por uma demanda que deveria vir dos próprios produtores e dos consumidores e não de uma vontade exclusiva da Prefeitura.

O responsável pelo PROMAS afirmou que a comercialização através da venda direta dos agricultores urbanos nas feiras não seria a melhor opção para eles, pois ocorreriam perdas quando o escoamento das mercadorias fosse menor que a produção. Neste sentido, estava nos planos da Prefeitura a realização de uma feira a partir do segundo trimestre de 2013, já contando com um avanço da agricultura no município, com um trabalho mais sólido junto aos agricultores, todos previamente cadastrados e com o fortalecimento da rede de agricultura agroecológica e a formação de empreendimentos de agricultura.

A banca de comercialização do Elo da Terra, que era um empreendimento popular ainda não formalizado, ainda se mantinha ativa e, mesmo com número reduzido de participantes, ocorría a comercialização de hortaliças e outros produtos no Parque do Lago Francisco Rizzo toda quarta-feira pela manhã, das oito as onze. Além disso, o empreendimento também contava com outros pontos de venda direta como os restaurantes do município.

A horta de Itatuba, finalizada após a venda do terreno, foi transferida para outro terreno no mesmo bairro, cedido pela Pedreira Embu S/A. Na nova horta, alguns dos antigos participantes ainda estavam envolvidos, além de contar com um zelador que morava no lugar e que também ajudava na manutenção da produção agroecológica.

A entrevista com informante-chave demonstrou que todo o trabalho realizado no PCS de 2008 a 2011 proporcionou empoderamento comunitário, resultando em reforço da ação comunitária em torno da agricultura urbana, da agroecologia e da educação socioambiental; fortaleceu a temática da SAN e contribuiu para a promoção da saúde das populações envolvidas.

No tocante à política pública, o PCS contribuiu para a criação do PROMAS permitindo a continuidade das ações de agricultura urbana agroecológica nas comunidades, além da ampliação do trabalho a partir da assistência técnica aos agricultores familiares com foco na transição agroecológica.

As ações intersetoriais mais efetivas ocorreram na base da pirâmide organizacional, porém, ainda que de forma tímida, sinalizaram ascendência das ações, a partir de um maior envolvimento de outras secretárias com o PROMAS, que também era gerido pela Secretaria de Meio Ambiente, assim como foi o PCS.

4.5. DEVOLUTIVA E VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Com já mencionado anteriormente, a quarta oficina de sistematização teve o objetivo de fazer a devolutiva dos resultados obtidos, bem como validá-los junto aos sujeitos da pesquisa. Todos os resultados obtidos foram validados pelos sujeitos da pesquisa e apresentados em etapas, de modo que além da validação, os participantes também pudessem fazer complementações, caso sentissem esta necessidade.

A validação ocorreu especialmente para os resultados obtidos na terceira oficina de sistematização, cujo objetivo foi detectar as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças (FOFA) do projeto. Após a validação da FOFA, foram apresentados e também validados os demais resultados da pesquisa obtidos por meio da análise documental e das duas primeiras oficinas de sistematização.

Diversos foram os depoimentos que ocorreram em paralelo à apresentação dos resultados.

Um dos participantes, por exemplo, após apresentação das forças do PCS, fez o seguinte comentário:

> *" Não é um paciente ou uma pessoa, duas pessoas que se beneficiou deste projeto, tem várias, várias e várias pessoas, só que depois ficou meio esquecido, meio abandonado, e isso aí acho que é um problema politico e que deveria levar em consideração a melhora do município, você vê que o município ele estava se evoluindo e num determinado momento ele, baixou a poeira e ficou um negócio meio apagado. Mas, para ser sincero eu vejo muito isso aí."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Em relação às fraquezas do PCS, o mesmo agricultor urbano complementou dizendo que os conflitos interpessoais surgiram em momentos necessários e serviram para que todos os envolvidos pudessem lidar com os obstáculos, buscando solucioná-los por meio de trocas de experiências:

> *" Então, quanto fraqueza, sobre a comunidade da horta, aquele pessoal todo reunido, isso não houve, vamos dizer assim, essa fraqueza interna do pessoal, houve sim uma vontade imensa de vencer os obstáculos, só que por trás desses obstáculos existe nomes meio guardados que ele se demonstra acima de todos os problemas, acho que dificulta a entrada do pessoal no projeto e desenvolver um ambiente mais saudável, mais tranquilo para que você possa se acomodar em cima daquilo que é um aprendizado, uma troca de experiência, porque na verdade é uma troca de experiência."* (Agricultor urbano, 57 anos)

E ainda complementou trazendo alternativas que poderiam minimizar estas fraquezas, conforme segue:

> *"Então é por isso que eu falo, o próprio governo, o próprio município, os agentes de saúde do próprio município precisariam investir mais, porque você já tem a experiência, já deu para ter a experiência de que é um programa viável, e não é para ser estudado de qualquer maneira e colocar em prática, é viável."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Outro participante se pronunciou, complementando a fala anterior, ressaltando a importância do convívio social em nossa sociedade, algo que este agricultor sentiu que existia enquanto participou do PCS:

“ Foi muito gratificante e foi uma pena a gente não ter continuado esse projeto que faltou o apoio da administração, da prefeitura, se tivesse tido um apoio, um consenso naquelas reuniões que nós fomos, o prefeito [prefeito 2]*, praticamente só ele que falou, não deu chance de nós colocarmos, parece que só eles que tinham, que eram os certos, os donos da verdade, e a gente sabe que ninguém é dono da verdade, a gente está aqui para aprender, todo mundo ....eu sinto falta hoje, continuo fazendo as coisas lá que eu moro também numa chácara, continuo, mas eu sinto falta dos relacionamentos, porque hoje em dia o que a gente sente no ser humano é um isolamento as pessoas, com essa informatização, com tudo isso as pessoas se comunicam mais rapidamente, mas por outro lado cada um vive no seu mundinho, isso aí, nós não fomos criados para isso, nós fomos criados para viver em comunidade, se ajudando uns com os outros, porque uma hora eu preciso de uma coisa, outra hora o* [outro] *precisa e para isso a gente tem que ser amigo dos outros.”* (Agricultor urbano, 63 anos)

Durante a apresentação das oportunidades do PCS, um dos participantes complementou trazendo a visibilidade do projeto:

“sempre foi bem visto, vamos dizer, de maneira mais categórica, mundialmente foi. Mundialmente ele foi bem visto.” (Agricultor urbano, 57 anos)

Na apresentação das ameaças do PCS, uma das participantes complementou dizendo que após o fim do convênio ocorreu certo descaso por parte da administração pública local em relação aos agricultores urbanos do projeto:

“eu acho que depois que acabou o convenio que você está falando, a prefeitura não tomou nem conhecimento se ficou alguém fazendo alguma coisa, nunca apareceu ninguém para perguntar nada, ficou esquecido e está esquecido até hoje, olha, nós estamos comprando tudo, insumo, tudo é a gente que compra do bolso da gente e não é que a gente ganha, a gente não ganha dinheiro assim, nós vendemos verduras, inclusive verdura que a gente vende por sinal muito boa e barata, e nós que tiramos do bolso para comprar alguma terra, uma coisa pra poder ir mantendo, agora, porque realmente a gente gosta do que faz, não é pelo dinheiro porque não dá, se fosse assim o grupo já tinha aumentado e não diminuído, entendeu, mas a gente insiste e persiste, vai vencer o homem [prefeito 2] *pelo cansaço”.* (Agricultora urbana, 54 anos)

Ainda em relação às ameaças, outro participante comentou como foram tratados após a venda do terreno de Itatuba, validando os resultados apresentados:

"então, para começar nós ficamos sabendo da venda do terreno quando colocaram faixa lá que o terreno ia entrar em leilão, poxa, uma falta de consideração danada, convenio da prefeitura, eles sabendo do projeto lá, a gente já há três, quatro anos lá trabalhando, recuperando toda aquela área, poxa, eu acho que seria a maneira mais correta, antes de qualquer iniciativa deles, nos chamar para conversar, e falar, olha, nós estamos pretendendo vender o terreno e como é que nós vamos fazer, tem o projeto de vocês, vamos procurar uma outra área para mudar tudo isso para lá, equipamento e tudo, mas não, não chamou a gente para nada, só nos convidaram a ir conversar com eles quando estava tudo definido, só para dar o prazo de dois, três meses para a gente desocupar tudo, isso aí é meio de, falta de consideração com a gente, então isso aí que chateou, eu falei, eu mesmo não vou mais, nunca mais com esse pessoal da administração eu não quero nem saber." (Agricultor urbano, 63 anos)

Agricultora urbana também comentou, durante a validação das ameaças, o que ocorreu após a venda do terreno de Itabuba:

"O problema do terreno de Itatuba é que a gente tinha tanta coisa, tanta esperança, fez tanto amigo e quando foi desativado, se você olhar, banana que a gente tinha plantado e estava começando a dar, limão, tinha plantio de mandioca, tinha uma série de coisas que quando a máquina estava passando dava vontade até de chorar, dava um trabalho, se desse para mim levar tudo eu levava.... pé de mamão cheio de mamão, aquela coisa mais linda e a maquina passando e derrubando uma coisa que serve para alimentar as pessoas, entendeu? Porque ali era uma terra tão ruim, sapê, sabe que lugar que dá sapê não dá mais nada né? E era ali e a gente deixar num ponto tão bom para produzir e você vê uma destruição dessa, a gente fala poxa vida, demos um duro aqui, tomou chuva, tomou sol, e a gente deixar de fazer outras coisas para dedicar, com muita vontade, com vontade de fazer, a gente acreditava mesmo naquele projeto né, e tudo, e só ia melhorar, e depois teve uma destruição daquela" (Agricultora urbana, 54 anos)

Em outro momento da apresentação das ameaças do PCS, uma agricultora urbana comentou uma conversa pessoal que teve com o Prefeito 2 sobre o novo destino do terreno de Itatuba:

"eu cheguei e falei para o homem [prefeito 2]*, quer dizer que vocês venderam aquilo para fazer um galpão dizendo que vai empregar pessoas? E ele falou 'mas quem está pondo essas caraminholas na sua cabeça?', eu falei 'eu não posso pensar por mim', quer dizer que alguém põe caraminhola na minha cabeça?' Ele veio para cima de mim, quer dizer que eu não posso pensar pela minha cabeça vendo uma destruição daquela dizendo que vai fazer galpão para dar emprego para alguém. Para começo de conversa, a maioria dos galpões que tem aqui não é nem de alguém daqui, é de fora."* (Agricultora urbana, 54 anos)

Ao final da apresentação dos resultados da FOFA, um dos participantes se pronunciou dizendo:

> *"a gente fala muito, mas assim, foi uma excelente ideia, foi um projeto democrático que demonstrou para a população, envolver com a comunidade para se avaliar um pouquinho dos traumas.... Em determinado momento eu falei que isso serviria de exemplo para as pessoas e estar participando do grupo, até para falar em uma palestra ou vai fazer num curso, ou vai participar de uma aula, por exemplo, não sei se esses fatores abriram, porque eu aprendi muito, a minha educação em referência à minha saúde, não só para mim como para vários e vários amigos, inclusive para muitos que estão aqui. Então são só coisas boas. Agora a gente tem que ter uma participação ativa de um órgão governamental ou não governamental que apoie esse projeto, não só para a sociedade, dando foco num trabalho mais bem aperfeiçoado, mais bem distribuído para vocês* [pesquisadores do grupo de pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar"] *que estão se formando na saúde, porque sem o apoio da população como é que você vai administrar, sem o apoio da população, eu chego lá e sento e fico de braço cruzado, e aí o que você quer. Então falta essa proposta, que não só nós, reunidos agora aqui presentes, brigar por isso como várias entidades fazer essa parte. Porque ela é muito importante, não é um, dois que se beneficiou do projeto, são várias pessoas."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Após a validação dos resultados mediante o público presente, os sujeitos da pesquisa também tiveram a oportunidade de fazer suas próprias devolutivas, desta vez para os pesquisadores presentes, relatando o que significou para eles contribuir com esta investigação através da metodologia de sistematização de experiências. Neste momento, os pesquisadores que participaram das oficinas de sistematização também foram convidados a dar seus depoimentos.

Optamos aqui, ao invés de interpretar o significado individual de participação, transcrever alguns relatos que refletem o quanto foi importante para todos, sujeitos da pesquisa e pesquisadores, participarem das quatro oficinas de sistematização previstas no projeto desta pesquisa:

No relato seguinte observamos o depoimento de uma participante, sujeito da pesquisa, que agradeceu a sistematização do projeto, ressaltando o fato do projeto não ter caído no esquecimento:

"O que eu quero falar desses encontros que a gente teve aqui, para mim foi muito bom porque esse projeto que a gente participou não ficou no esquecimento porque teve alguém que se importou com esse projeto e que tentou saber da gente o que a gente achava, o que a gente sentia em relação a tudo o que aconteceu, desde quando a gente começou, como é que a gente melhorou como ser humano, como pessoas nesse projeto e tem uma pessoa que é a [pesquisadora] *que fez questão de levar isso, de pôr isso no papel e explicar para as pessoas lá fora o que foi tudo isso e o que significou para nós. Isso para mim eu não vou me esquecer jamais. E agradecer ela por tudo isso, é uma pena que acabou. Uma pena né. Só isso que eu queria dizer para vocês. Muito obrigada."* (Agricultora urbana, 54 anos)

Em outro depoimento, um dos participantes comentou se sentir feliz por contribuir com a pesquisa, compartilhando sua própria experiência no PCS:

" *então, da minha parte eu fico feliz por, através da* [pesquisadora] *chegar a um trabalho desse de vocês, eu fico feliz assim em termos, dos três anos que nós trabalhamos lá não foi em vão, a gente, da forma mais humilde possível conseguimos transmitir alguma coisa, e sabemos que agora depende bem mais. Acho que de vocês, tocar isso para frente sabendo que faz sentido, tem como, agora depende só de arregaçar as mangas e trabalhar porque é vida, saúde, a gente tem que trabalhar isso, porque senão se a gente partir só para esse lado do retorno rápido, de tudo, a gente como é que vai ficar a saúde? Foi ele* [outro agricultor urbano] *estava falando, os hospitais, pronto socorro, está tudo abarrotado de pessoas com problemas de saúde, mas tem jeito, tem jeito, e agora tem que ter vontade."* (Agricultor urbano, 63 anos)

Neste encontro, alguns pesquisadores do Grupo de Pesquisa também puderam dar seu depoimento pessoal sobre a participação nas oficinas de sistematização, conforme segue:

"Para mim foi muito bom, eu comecei a participar do projeto de pesquisa da [pesquisadora] *e ela já contava algumas coisas, mas acho que ouvir de cada um, enfim, toda essa historia que é tão cheia de detalhes e tão complexa, foi muito bonito, assim, deu um valor muito importante pra entender o que vocês fizeram, que vocês construíram, tiveram os técnicos, enfim, que todo mundo construiu em conjunto, o quanto algo que é feito num coletivo pode ser importante para cada um e para coletivo todo assim. Foi muito bonito ouvir de cada um e para mim foi muito importante."* (Membro do Grupo de Pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar")

No próximo relato outro membro do Grupo de Pesquisa comenta sobre os benefícios do envolvimento com as hortas comunitárias, relatados pelos participantes do PCS, durante as oficinas de sistematização:

" .... estudar os benefícios que a horta pode trazer para a vida das pessoas, que o alimento, eu como nutricionista, eu penso naquela coisa do alimento, o acesso e o suprimento e tal, mas ver vocês conversarem e falarem sobre o que foi isso na vida de vocês, falando do impacto que isso foi na saúde dela [agricultora urbana] *como um todo, na vida, para a família, assim como para todos,para todo mundo é realmente algo que traz um valor muito diferenciado, é você pensar o quanto uma atividade como essa pode enriquecer um grupo, enriquecer uma comunidade e não no sentido material em si como muitas vezes se pensa, como muitas vezes uma politica pública pensa, naquela coisa de ter a renda, de trazer algo palpável para as pessoas, mas como que uma atividade dessa pode trazer algo que enriquece a vida, traz, promove saúde realmente em outros aspectos. Então para mim participar dessas oficinas me trouxe mais esse olhar, eu acho que a ideia é que tanto a pesquisa da* [pesquisadora]*, como tudo isso que cada um de nós.... cada sementinha que foi plantada em cada um de nós, que a gente consiga disseminar por onde formos."* (Membro do Grupo de Pesquisa "Promoção da Saúde e Segurança Alimentar")

Por fim, um dos agricultores urbanos agradece por ter sido convidado para participar das oficinas de sistematização e afirma que esta experiência foi um aprendizado a mais em sua vida:

"Vai dar saudade, primeiro eu agradeço a [pesquisadora] *por ter registrado o projeto Colhendo Sustentabilidade, você lembra bem né? E em segundo lugar vocês* [facilitadora das oficinas e membros do grupo de pesquisa] *de dar essa oportunidade a nós, a presença da* [facilitadora e pesquisadores] *na explicação de todo envolvimento do grupo, o que foi feito, o que foi executado, o que foi o planejamento, o que foram os resultados de todo esse projeto. Então de maneira eu agradeço muito a vocês por essa oportunidade que vocês estão dando, não só ela* [pesquisadora] *em reunir o grupo do Colhendo, como para a minha pessoa que é um aprendizado a mais, fora do normal, fora do comum que eu tive com vocês. Então eu fico muito grato a vocês por essa oportunidade, e eu quero desejar a nossa amiga* [pesquisadora] *muito sucesso, muitas felicidades e que Deus abençoe."* (Agricultor urbano, 57 anos)

Todos os relatos transcritos anteriormente complementaram e validaram os resultados obtidos, reforçando a importância da prática da devolutiva para os sujeitos participantes de pesquisas científicas, além de demonstrar o valor de se registrar fatos e sistematizar de experiências.

5. CONCLUSÕES

Os instrumentos utilizados na pesquisa, coleta e transcrição de relatos obtidos durante a realização das quatro oficinas de sistematização, análise documental e entrevista com informante-chave, contribuíram para a sistematização do projeto de agricultura urbana agroecológica denominado “Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana”, desenvolvido no município de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, permitindo a ressignificação do processo vivido a partir da visão dos envolvidos e a identificação dos aspectos da experiência em consonância com a Promoção da Saúde e com a Segurança Alimentar e Nutricional.

Sistematizar uma experiência como esta, vinculada ao desenvolvimento de um projeto coletivo, é uma ação reflexiva e crítica, além de ser um processo sistemático de resgate da história vivida, do seu contexto e do percurso das práticas implementadas, servindo de base para a geração de conhecimentos, para o diálogo e compartilhamento com outras experiências, para o aprendizado e qualificação do processo, para a análise da importância dos efeitos nas pessoas e para a difusão destes resultados (MOYSES e MOYSÉS, 2012).

Esta investigação permitiu compreender melhor: a dinâmica, o alcance e os resultados do trabalho desenvolvido; tomar conhecimento dos papéis desempenhados pelos diversos atores sociais; verificar como ocorreu o processo de empoderamento, e de resgate, aquisição e multiplicação dos conhecimentos. Permitiu ainda identificar os princípios e campos de ação da Promoção da Saúde presentes na experiência e a interface com a Segurança Alimentar e Nutricional.

Participação social, intersetorialidade e sustentabilidade foram os princípios da Promoção da Saúde identificados na experiência.

A participação social se revelou por meio de articulações diversas. No início do PCS o processo de sensibilização e mobilização comunitária envolveu diversas secretarias municipais, representantes da sociedade civil, por meio de ONGs, Associações de Moradores, Lideranças Comunitárias, visando à identificação do público alvo do projeto. As secretarias mais envolvidas nessas ações foram a de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, além da contribuição de funcionários dos equipamentos públicos destas secretarias e dos diversos conselhos municipais.

Outro exemplo de participação social se apresentou através do "Movimenta Itatuba", formado por funcionários de equipamentos públicos municipais (UBS, escolas, creches), lideranças comunitárias, representantes de ONGs, associações de moradores, que reivindicou melhorias para o bairro de Itatuba, situado numa área de proteção ambiental, e também contribuíu com a mobilização e sensibilização de pessoas para participação no PCS.

Na segunda fase do PCS, houve maior envolvimento das comunidades na construção e na implantação do novo projeto, sinalizando uma maior apropriação da temática da agricultura urbana agroecológica por parte da população e uma maior participação social em torno da questão.

A participação social também foi revelada em momentos pontuais, como durante a limpeza de terrenos propícios para a agricultura urbana. Nesses casos, a implantação de novas hortas ocorria graças à união de lideranças comunitárias, moradores e representantes do poder público municipal e dos técnicos-educadores ligados à SEAE.

Eventos como a Semana Mundial da Alimentação, Encontros Intermunicipal de Agroecologia, parcerias e articulações com outros movimentos foram liderados pelos técnicos-educadores e participantes do PCS, evidenciando participação social também nessa vertente.

Verificou-se por meio da análise documental e das falas coletadas que a equipe técnica do PCS sempre estimulou a participação em seminários, congressos, encontros, conselhos com o intuito de fomentar e fortalecer

diversas temáticas, dentre as quais se destacam a agricultura urbana e a agroecologia; segurança alimentar e nutricional e saúde; meio ambiente; economia solidária, entre outras.

A intersetorialidade foi evidenciada desde a origem do PCS, apresentando-se em dois níveis, no topo e na base da pirâmide organizacional do poder público.

A primeira ação intersetorial ocorreu no surgimento do projeto, em resposta ao edital lançado pelo MDS, escrito conjuntamente por representantes do poder público municipal do alto escalão (prefeito 1 e secretários) e sociedade civil organizada, representada pelo EPARREH (Estudos e Práticas em Agroecologia e o Reencantamento Humano), ligado à USP, e pela SEAE.

Durante a execução do PCS, a intersetorialidade foi revelada de diversas maneiras e, essencialmente, em dois momentos: no início do PCS, com ações de mobilização e sensibilização comunitária para se atingir o público alvo do projeto envolvendo diversas secretarias, entre as quais destacamos a do Meio Ambiente, de Assistência Social, de Saúde, de Educação e de Desenvolvimento Urbano; e durante o período de desenvolvimento do PCS, através do acompanhamento de técnicos dos equipamentos públicos nas atividades desenvolvidas nas hortas comunitárias, com envolvimento prioritário das Secretarias de Saúde e de Assistência Social.

A forma mais marcante de intersetorialidade identificada foi a ascendente, pois as ações intersetoriais ocorreram principalmente entre as Secretarias de Meio Ambiente, Assistência Social e Saúde por intermédio dos funcionários dos equipamentos públicos destas secretarias. Por exemplo, na Secretaria de Saúde as atividades de agricultura urbana agroecológica desenvolvidas nas UBS passaram a ser reconhecidas como ações de Promoção da Saúde, incluindo-se a destinação de recursos financeiros para a manutenção das hortas.

Uma das participações mais efetivas da Secretaria de Assistência Social, em termos de ações intersetoriais, ocorreu por meio da parceria

estabelecida entre o Banco Municipal de Alimentos e o PCS, em que este equipamento público fornecia os lanches para os participantes durantes os encontros de formação, além de destinar parte dos descartes de alimentos para as composteiras do projeto, ao invés de direcioná-los para o aterro sanitário da cidade, permeando também a dimensão ambiental.

A tentativa de se alcançar sustentabilidade dentro do PCS foi identificada sob três enfoques: a sustentabilidade com vistas à continuidade e/ou fortalecimento do projeto; a sustentabilidade econômica, com vistas à autonomia dos grupos envolvidos; e a sustentabilidade ambiental, por meio da otimização do uso dos recursos da natureza, dentro e fora da experiência.

Em relação à sustentabilidade do projeto, evidenciaram-se articulações e parcerias realizadas pela equipe técnica, demonstrando esforço e resistência, tanto por parte dos técnicos quanto por parte dos participantes para que o projeto não se extinguisse logo nos primeiros obstáculos e dificuldades.

Durante todo o percurso do projeto, os envolvidos, por acreditarem no trabalho desenvolvido no PCS, sempre buscaram encontrar soluções que garantissem a sobrevivência do projeto, utilizando estratégias com foco em: captação de recursos; ampliação, fortalecimento das ações; e visibilidade do PCS dentro e fora no município.

Apesar de todos os esforços, o fim do convênio entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE revelou a fragilidade e a dependência do PCS em relação ao poder público local, pois com o rompimento da parceria, extinguiu-se o trabalho liderado pela equipe técnica da ONG, passando a ser realizado exclusivamente pelo poder público local, até o momento da entrevista concedida pelo técnico responsável pelo PROMAS para a pesquisadora.

Os resultados alcançados no PCS revelaram potencial para sua continuidade e ampliação, porém os conflitos institucionais mencionados contribuíram para uma mudança na direção do projeto, ou seja, a não renovação do convênio entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, bem como a falta de sustentabilidade do mesmo.

Alguns participantes sugeriram, durante a terceira oficina de sistematização, que os conflitos institucionais, surgidos durante a revisão do último Plano Diretor de Embu das Artes, contribuiu para que interesses político-partidários se sobrepusessem aos benefícios da coletividade, resultando na extinção do PCS.

Alguns fatos também sinalizaram reveses à sustentabilidade do projeto, como o fim de algumas hortas para reforma de unidades básicas de saúde e a venda de um dos terrenos onde o trabalho era desenvolvido, sendo a atividade de agricultura removida para outro local. Neste caso, a horta da UBS não foi reativada e a do terreno vendido permaneceu no novo local.

Um esforço para se alcançar sustentabilidade econômica foi evidenciado através da comercialização do excedente da produção com o intuito de arrecadar fundos para manutenção dos sistemas produtivos (compra de sementes, ferramentas, etc), no entanto, parte da renda arrecada também era revertida para os participantes como complementação de renda. Portanto, não se identificou uma real sustentabilidade neste caso, pois somente parte da renda arrecadada retornava para os sistemas produtivos, sendo necessária complementação de investimento financeiro por parte dos realizadores do projeto.

A sustentabilidade ambiental foi evidenciada pelo aproveitamento dos resíduos orgânicos e sólidos. Os primeiros, através da compostagem, eram transformados em adubo orgânico e húmus de minhoca e os resíduos sólidos eram utilizados na infraestrutura dos espaços das hortas na forma de vasos, contentores de canteiros e embelezadores (RIBEIRO *et al*., 2012).

Outro ponto importante verificado se refere à mudança de atitudes dos participantes em relação ao descarte dos resíduos no domicílio, pois no início do PCS, os resíduos orgânicos residenciais eram levados para as composteiras do projeto, porém ao longo do envolvimento com as atividades de agricultura urbana agroecológica, estes passaram a construir suas próprias composteiras residenciais, disseminando esta prática também em suas comunidades.

Concordamos com SILVA e PELICIONI (2012) ao afirmarem que meio ambiente não se refere somente à natureza ou ecologia, envolve também aspectos sociais, e que qualquer interferência reflete diretamente na qualidade de vida e na saúde da população. Neste sentido, a busca por sustentabilidade dentro do PCS, por parte de participantes e técnicos-educadores, ecoou positivamente em ambientes externos como nos espaços de convivência social, nas residências dos participantes, nas comunidades.

Entre os campos de ação da Promoção da Saúde foram identificados na experiência: o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades, a criação de ambientes favoráveis à saúde e as contribuições do PCS na construção de políticas públicas saudáveis.

O reforço da ação comunitária, proveniente do processo de empoderamento individual e coletivo, permeou as seguintes dimensões: ambiente, sociabilidade e cidadania.

A formação do Empreendimento Elo da Terra e a realização da Feira Agrossustentável de Embu das Artes revelaram empoderamento dos grupos envolvidos nas hortas comunitárias do Parque do Lago Francisco Rizzo e de Itatuba, que após a produção para autoconsumo, iniciaram também comercialização da produção excedente com foco na geração de trabalho e renda.

Segundo MÁLAGA e RAMÍREZ (2001: p. 120), a geração de capital social como resultado da inversão social, associada com a saúde das comunidades por meio de processos de empoderamento mediante informação em todos os sentidos dentro da comunidade; conversão desse processo em conhecimento; reconhecimento de uma autonomia que promova a autogestão para a solução dos problemas comunitários dentro de certos limites e a geração do trabalho em equipe permitem interação social e conquistas de decisões com vistas ao bem-estar comunitário.

O reforço da ação comunitária também foi evidenciado em relação à mobilização comunitária com foco na limpeza de terrenos propícios à

agricultura urbana e em ações voluntárias de participantes do PCS na multiplicação dos conhecimentos e práticas agroecológicas em diversos espaços das comunidades (escolas, creches, associações de moradores).

Ocorreram também, durante as duas fases do PCS, mutirões para realização de trabalhos específicos como implantação de agrofloresta e atividades de plantio em lavouras; realização bazar de roupas e objetos usados para arrecadação de verbas para os grupos das hortas; realização de refeições comunitárias como cafés da manhã e almoços, preparados com alimentos colhidos nas hortas, que ocorriam tanto nos espaços públicos como nas residências dos participantes, reforçando a ação comunitária.

O reconhecimento do potencial intrínseco de cada indivíduo e/ou grupo, aliado aos processos educativos de caráter participativo, cooperativo e comunitário promoveram o desenvolvimento de habilidades pessoais e coletivas em relação às novas práticas agrícolas baseadas nos princípios agroecológicos; no despertar da segurança alimentar e nutricional e da saúde e na sociabilidade dos grupos.

O desenvolvimento de habilidades foi demonstrado por meio da multiplicação de práticas sustentáveis nas comunidades, como no caso de construção de composteiras e implantação de hortas em diversos locais (residências dos participantes, escolas, creches, associação de moradores, etc). Além disso, oportunidades profissionais, seja por meio da conquista de um trabalho ou por ações voluntárias na comunidade, também indicam a efetividade do processo de desenvolvimento de habilidades pessoais como no caso daqueles que deixaram de participar do projeto antes do término por iniciarem atividades profissionais em locais como: escolas, hospitais, UBS, sítios, fazendas, entre outros (RIBEIRO *et al*., 2012).

A valorização do saber popular e o resgate de práticas e conhecimentos ancestrais contribuíram para que outras aptidões, pessoais e coletivas, fossem reveladas, indo além de atividades relacionadas às práticas agrícolas. Essa

valorização e esse resgate dos saberes dos participantes contribuíram para o aprimoramento das capacidades individuais e coletivas nos grupos.

A mescla de todos os conhecimentos, desenvolvidas com estratégias pedagógicas, proporcionou a união entre saberes tradicionais, provenientes da comunidade e saberes científicos, trazidos pela equipe técnica multidisciplinar, que aos poucos foram produzindo novos conhecimentos.

Uma das estratégias utilizadas foi a realização de “mutirões” como forma de potencializar a produção agrícola, integrar pessoas ao projeto e resgatar práticas solidárias esquecidas no tempo, resultando também na mobilização de pessoas e reforçando ações em torno da temática da agricultura urbana agroecológica.

A “terra” contribuiu para a construção de novos conhecimentos. Os momentos de implantação e manutenção dos sistemas produtivos eram utilizados para colocar em prática os conhecimentos agroecológicos e também como momentos para observação, reflexão e aprendizagem, contribuindo também para o reconhecimento da identidade cultural dos grupos.

Ainda em relação à aquisição e multiplicação de conhecimento, tanto as visitas a outras experiências quanto a visita de pessoas de fora nos sistemas produtivos proporcionaram empoderamento dos participantes em relação ao processo educativo, possibilitando troca de experiências sob os diversos aspectos.

Segundo SILVA e PELICIONI (2012), o ensino-aprendizagem, seja em educação ambiental ou em saúde, resulta em um processo de transformação, que exige respeito às características e aos saberes das populações e reflexão crítica sobre a realidade.

O reconhecimento que o PCS recebeu através de veiculação do projeto na mídia ou por conquista de prêmios e certificações promoveu de certa forma a multiplicação dos conhecimentos adquiridos.

Em relação à criação de ambientes favoráveis à saúde, diversas foram as conquistas, como por exemplo, a transformação de terrenos que antes

estavam subutilizados ou aproveitados de forma imprópria (descarte de lixo, criminalidade, etc) e foram transformados em espaços verdes, produtivos e propícios para o convívio social. Tal processo resultou, ao final da segunda fase do PCS, na implantação de trezes hortas comunitárias, de caráter produtivo e/ou terapêutico, nos seguintes bairros: Itatuba, Centro, Dom José, Jardim Fátima, Ressaca, São Marcos, Santa Emilia, Santo Eduardo, São Luiz, Jardim Independência, Jardim do Colégio, Jardim Tomé e Vista Alegre-Servidão.

A agricultura urbana agroecológica desenvolvida no PCS também contribuiu para a promoção e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional no município através de comercialização de produtos mais saudáveis em espaços públicos e, em particular, para os participantes ao promover mudanças de hábitos alimentares; acesso a alimentação diversificada e trocas de receitas saudáveis e a descoberta de novas espécies comestíveis como: a capiçoba, o cariru, a serralha, a taioba, entre outros.

Na perspectiva da SAN, houve relatos de mudança no consumo alimentar envolvendo também a questão econômica. Participantes, ao levarem alimentos colhidos nas hortas para suas residências, reduziram o consumo de industrializados, diminuindo também as compras em supermercados (RIBEIRO *et al*., 2012).

A diversidade alimentar produzida nos sistemas produtivos, registrada mensalmente nos relatórios, demonstra que a aproximação dos participantes com a alimentação foi revelada também por meio de plantio, colheita e celebrações através de refeições comunitárias.

A participação ativa de representantes do PCS no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Embu das Artes, envolvendo inclusive a reativação deste conselho, demonstra as contribuições do projeto nessa área. O PCS sempre manteve um representante da equipe técnica neste Conselho, contribuindo também para a formação dos demais conselheiros nas temáticas da agricultura urbana e da agroecologia, fortalecendo assim a SAN no município.

Consideramos que o PCS desempenhou importante papel em termos de políticas públicas municipais, em especial, no que tange à temática da agricultura urbana e da agroecologia, pois membros da equipe técnica do PCS contribuíram para a elaboração da "política pública de agropecuária" inserida na revisão do último plano diretor da cidade, resultando na inserção das temáticas da agricultura urbana e da agroecologia na Lei Complementar nº 186 de 20 de abril de 2012.

Além da inserção da temática da agricultura urbana e da agroecologia na Lei Complementar nº 186, a criação e concretização do Programa Municipal de Agricultura Sustentável de Embu das Artes (PROMAS) contribuiu para a continuidade das ações do PCS, sob a forma de política pública.

A inserção de atividades de agricultura urbana agroecológica em Unidades Básicas de Saúde como parte do programa de Promoção da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde demonstra as contribuições efetivas do PCS na construção de políticas públicas saudáveis do município.

Esta aproximação entre poder público e sociedade civil organizada contribuiu para resultados mais efetivos de melhoria na qualidade de vida das populações, promovendo de forma mais ampla a saúde das pessoas.

A realização das três oficinas de sistematização possibilitou que aflorassem algumas percepções sobre os envolvidos na experiência, como por exemplo: a) a contribuição dos participantes para a presente investigação foi motivo de orgulho para todos, pois sentiram a importância de sua contribuição; b) os participantes valorizaram a realização do resgate sobre o processo vivido; c) os depoimentos dos impactos do PCS em suas vidas como pessoas e cidadãos revelaram diversas mudanças ocorridas ao longo do processo; d) a avaliação participativa do projeto através da metodologia FOFA contribuiu para elevação da autoestima dos participantes, uma vez que foram os protagonistas do projeto e da atividade avaliativa sobre o trabalho desenvolvido.

A primeira oficina foi de extrema importância para o grupo, pois contribuiu para um exercício coletivo de resgate da memória do projeto, sendo

útil para os próximos encontros devido aos acontecimentos que foram sendo relembrados por todos.

A segunda oficina teve o objetivo de extrair dos participantes as mudanças que ocorreram em suas vidas após envolvimento com o PCS. Ao final da segunda oficina de sistematização, além dos participantes, a facilitadora, ao concluir os trabalhos do dia, declarou estar sensibilizada com a troca de experiência dos participantes e comentou que deveria implantar uma horta em sua casa:

> *"Gente, só para terminar, eu realmente vou ter que fazer uma horta na minha casa. É verdade, eu fiquei falando 'nossa, esse negócio muda mesmo a pessoa', tem até uma área lá na minha casa que tem uma terrinha. Essa semana... é verdade, eu estou profundamente mobilizada, eu sou uma pessoa que vim aqui dar uma força e estou saindo completamente envolvida, vocês me pegaram."* (Facilitadora das oficinas de sistematização, 29 anos)

A terceira oficina trabalhou com a percepção individual e coletiva em relação as potencialidade e as vulnerabilidades do projeto, sendo estimulada tanto uma "reflexão individual" por meio de interiorização quanto um exercício de exteriorização, estimulando o "falar em público".

Esta oficina de sistematização também contribuiu para a identificação das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) do PCS e proporcionou um exercício de distanciamento do PCS, em que os participantes (técnicos da Prefeitura, do PCS e participantes do projeto) tiveram a oportunidade de se colocarem como observadores, avaliando de forma crítica todo o percurso do trabalho que realizaram conjuntamente, bem como o papel desempenhado pelos diversos atores sociais envolvidos no processo.

Além disso, os participantes da terceira oficina também foram capazes de identificar as causas e as consequências dos conflitos entre as instituições envolvidas e a maneira como estes foram solucionados ou não.

A quarta oficina de sistematização que teve o objetivo de fazer a devolutiva e a validação dos resultados obtidos, também proporcionou aos

participantes a oportunidade de manifestarem o significado da participação no PCS e na pesquisa acadêmica, enquanto atores sociais envolvidos com a experiência sistematizada e enquanto sujeitos desta pesquisa.

Esta quarta oficina de sistematização ocorreu dois meses após a saída do técnico responsável pelo PROMAS, que foi demitido da Prefeitura de Embu das Artes em janeiro de 2013, assim alguns dos depoimentos obtidos no último encontro refletem também a saída do funcionário público que fazia o acompanhamento das hortas comunitárias.

Concluímos que a realização do PCS, apesar dos conflitos institucionais ocorridos ao final da segunda fase, entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, contribuiu para avanços no município no tocante à criação de políticas públicas voltadas à temática da agricultura urbana agroecológica conforme prevê a Lei Complementar 186 de 20/04/12, influenciou programas de promoção da saúde da Secretaria Municipal de Saúde e fortaleceu a segurança alimentar e nutricional com participação ativa dos envolvidos no COMSEA de Embu das Artes durante a realização do PCS.

A experiência vivenciada no PCS sinalizou para um novo caminho voltado para a participação cidadã, pois seus referenciais teóricos, pautados nos princípios da educação popular, da agroecologia e de metodologias participativas, contribuíram para o empoderamento individual e comunitário e para o protagonismo social, refletindo positivamente na promoção da saúde, na segurança alimentar e nutricional e na melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Além disso, a realização dessa pesquisa auxiliou na compreensão aprofundada da experiência a fim de poder melhorar a própria prática; conduzir para uma reflexão teórica e para construção de novos conhecimentos surgidos a partir de uma experiência concreta.

Por fim, reconhecemos o valor da agricultura urbana agroecológica enquanto uma atividade promotora de saúde. Identificamos com este estudo que a implantação de hortas comunitárias ou atividades afins junto com a

comunidade, quando baseada em princípios da educação popular, podem promover abertura de novos caminhos com foco na saúde e no meio ambiente, contribuindo também para o desenvolvimento comunitário autossustentável e fazendo a interface com a segurança alimentar e nutricional, além de revelar um novo olhar, que não somente o da geração de trabalho e renda como comumente ocorre.

Assim, a agricultura urbana agroecológica pode ser considerada uma ferramenta promotora de saúde, pois contribui para que indivíduo se reconheça como parte do meio ambiente, além da integração com o meio social, elevando sua autoestima, estimulando o protagonismo social, a participação cidadã e a aquisição de habilidades pessoais e coletivas.

Nesta perspectiva, a agricultura urbana agroecológica apresenta-se ainda como uma política pública inovadora e tem sido recomendada por diversos órgãos nacionais e internacionais como uma alternativa aos desafios das regiões metropolitanas mundiais.

Esta pesquisa tem a pretensão unir esforços com muitas outras que poderão surgir ou que já existem contribuindo para o fomento da agricultura urbana agroecológica com foco na saúde, na qualidade de vida da população e na segurança alimentar e nutricional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às perspectivas da agricultura urbana e periurbana no país, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome visa estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas regiões metropolitanas e apoiando a produção de alimentos (hortas, viveiro, lavoura, mudas para reflorestamento, criação de pequenos animais, etc); o processamento/beneficiamento de pequenas agroindústrias para processamento mínimo e a comercialização direta através de feiras populares fixas e móveis (MDS, 2012).

Acreditamos que o momento político seja favorável para o desenvolvimento da AUP no Brasil, em especial a de base agroecológica, uma vez que esta atividade se apresenta como importante ferramenta no atendimento às diretrizes do MDS, iniciadas com o “Programa Fome Zero” na Era Lula até o momento atual com a Presidenta Dilma Rousseff, sob uma nova denominação, o “Plano Brasil Sem Miséria”.

Além do MDS, diretrizes, programas, planos e ações de outros ministérios também dialogam e podem se beneficiar com a prática da agricultura urbana agroecológica, entre os quais destacamos o Ministério da Saúde por meio de ações vinculadas à Promoção da Saúde, através de seus princípios e campos de ação e o Ministério de Meio Ambiente (MMA, 2012).

O Ministério de Meio Ambiente se inclui neste rol, pois tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade (MMA, 2012).

Assim, a atual conjuntura é oportuna para a ampliação e aplicação de investimentos em iniciativas espalhadas por todo o país, bem como para a elaboração de políticas públicas voltadas para as temáticas da agricultura urbana e da agroecologia, articuladas aos princípios da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, além da dimensão socioambiental, intrínsecas a essas áreas.

No tocante à segurança alimentar e nutricional, o Caderno SISAN de Agroecologia, lançado na Rio+20 pelo Governo Federal, demonstra as contribuições da agroecologia na formulação de uma nova geração de políticas agroambientais, identificando-a como um meio de desenvolvimento agrícola de resultados comprovados para a concretização do direito à alimentação (MDS, 2012).

Este caderno de Agroecologia tem a pretensão de contribuir para o fortalecimento da Diretriz II do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no que diz respeito à "promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos" (MDS, 2012: p.7).

A proposta desta série de Cadernos SISAN é abordar temas relativos à gestão do SISAN, bem como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 (MDS, 2012).

Localmente, apesar dos benefícios e avanços identificados ao longo da pesquisa, a agricultura urbana agroecológica no município de Embu das Artes, desenvolvida inicialmente por meio do PCS, ainda é uma experiência isolada e lida com alguns problemas em relação a mobilização da comunidade, captação de recursos e dependência do poder público local, tornando as ações muito vulneráveis, como no caso dos conflitos institucionais entre Prefeitura de Embu das Artes e SEAE, que ocasionaram no fim do convênio que objetivava a realização do projeto.

No caso de Embu das Artes, não se sabe se foi realizada por parte da Prefeitura uma avaliação formal do PCS: quais pontos positivos e negativos, os possíveis benefícios ou prejuízos trazidos para as populações envolvidas, para os territórios onde as hortas foram implantadas antes de sua extinção, ainda que, seu histórico demonstrasse que cada vez mais, o projeto ganhava espaço e visibilidade na vida pública do município através da mídia escrita e televisiva, sem ter, no entanto, envolvimento com algum tipo de política partidária.

A ampliação de investimentos e a criação de políticas públicas nas áreas de agricultura urbana e agroecologia podem contribuir para que experiências como a apresentada ganhem maior abrangência, respaldo governamental e maior participação popular, contribuindo, assim, para a promoção da saúde e para a segurança alimentar e nutricional das populações, além da geração de trabalho e renda intrínsecos a este tipo de atividade.

A presente pesquisa também identificou a necessidade de se realizar mais investigações de caráter acadêmico que possam pesquisar as relações entre agricultura urbana, agroecologia, segurança alimentar e saúde.

Por fim, sentimos a necessidade de compartilhar alguns dos tantos aprendizados extraídos a partir da sistematização desta experiência.

O primeiro deles está relacionado à metodologia de sistematização de experiências, a qual possui valor inestimável podendo ser utilizada em pesquisas científicas, ou ainda, em iniciativas, programas e projetos com foco na participação social e na construção coletiva, registrando fatos, compartilhando resultados e promovendo conhecimento.

Outro aprendizado está relacionado à dificuldade de mobilizar e envolver beneficiários de programas sociais assistencialistas em projetos e/ou programas de caráter emancipatório, pois estas pessoas se colocam numa posição passiva diante do poder público, se perpetuando na condição de assistidos e acomodando-se a tal situação, ainda que, muitas vezes inconscientemente, como já discutido anteriormente em outros momentos.

Também se destacam as dificuldades da sociedade civil em se organizar, mobilizar e influenciar nas políticas públicas, bem como participar e contribuir com a gestão pública de um município quando não há envolvimento político partidário ou estratégia de *advocacy*.

A experiência sistematizada demonstra claramente que ações bem sucedidas e duradouras originadas na sociedade civil dependem da vontade, acolhimento e apoio das instituições públicas, caso contrário, qualquer iniciativa por mais interessante que seja não consegue sobreviver e se desenvolver por longo período.

Com base nas dificuldades citadas, percebemos a importância dos processos participativos quando almejamos mobilização e organização social. Esses processos, quando estimulados continuamente e persistentemente, embora levem tempo para se solidificarem, tornam-se conquistas processuais eficazes.

Outro aprendizado se refere à atenção que os governos (federal, estadual e municipal) dispensam às iniciativas de agricultura urbana agroecológica. Acreditamos que poucos gestores públicos compreendem todas as dimensões que este tipo trabalho envolve e que os investimentos (financeiros, técnicos, recursos humanos, outros) ainda são irrisórios diante de todos os benefícios que este tipo de atividade oferece em termos social, ambiental e da saúde.

Embora exista um esforço por parte de alguns governos e ONGs, as ações ainda são isoladas e pontuais, demonstrando que a agricultura urbana agroecológica ainda não é considerada no âmbito das políticas públicas e nos planejamentos urbanos.

A educação popular, que também está entre os aprendizados, pode ser considerada adequada quando se almeja trabalhar a autonomia e a organização dos grupos, pois contribui para a valorização do resgate cultural dos sujeitos e o desenvolvimento da potencialidade e da criatividade de cada um. Este tipo de educação contribui para a transformação de sujeito passivo

para ativo, resultando também no reconhecimento e resgate das identidades sociais.

A intersetorialidade parece estar mais presente nos discursos dos gestores públicos do que propriamente na prática, apresentando-se como um desafio a ser enfrentado e superado. No PCS, o tipo de intersetorialidade mais exitosa ocorreu na base da pirâmide organizacional, a qual contou com o esforço e comprometimento pessoal dos funcionários dos equipamentos públicos municipais.

O último aprendizado que extraímos dessa experiência está relacionada à necessidade de se avaliar projetos, programas e iniciativas identificando os impactos destes sobre as condições de vida da população antes de serem extintos por questões diversas.

Por fim, citamos algumas limitações do estudo que dificultaram a investigação como: o término do convênio que resultou no fim do PCS; diversas mudanças ocorridas na gestão pública municipal, durante e após o término do projeto como entrada e saída de funcionários; número reduzido de participantes da pesquisa e experiências em locais diferentes como Unidades Básicas de Saúde, Parques, Terrenos Públicos.

7. REFERÊNCIAS

Aquino AM, Monteiro D. Agricultura Urbana. In: Aquino AM e Assis RL. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa; 2005.

Berdegué JA, Ocampo A, Escobar G. *Sistematización de experiencias locales de desarollo agrícola y rural*: guia metodológica. 2. ed. Santiago, Chile: FIDAMERICA, PREVEL; 2002. Disponível em:

http://www.fidamerica.org/fida_old/getdoc.php?docid=447. Acesso em dez 2012.

Belo MTS, Molina MC. O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para acampados e assentados nos estados da Bahia e Sergipe: um estudo de caso. In: Theodoro SH, Duarte LG, Viana JN (org.). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.

Bógus CM, Westphal MF. Participaçao social e cidadania em movimentos por cidades saudáveis. In: Fernandes JCA, Mendes R. Promoção da Saúde e Gestão Local. São Paulo. Aderaldo & Rothschild: CEPEDOC; 2007.

Burity V, Franceschini T, Valente F, Recine E, Leão M, Carvalho MF. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH; 2010. Disponível em: http://www.abrandh.org.br/download/20101101121244.pdf. Acesso out 2012.

Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. Rev Ciência e Saúde Coletiva; 2000: 163-178.

_____. Uma introdução ao conceito de saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.15-38.

Buss PM, Pellegrini Filho A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93; 2007.

Capra F. A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Eichemberg NR, tradutor. São Paulo: Editora Cultrix; 1996.

Carvalho SR, Gastaldo D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão

a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. Ciência & Saúde Coletiva, 13 (Sup 2): 2029-2040; 2008.

Caporal RR, Costabeber JA. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA; 2004.

Cavalcante BC. Agroecologia e agricultura urbana: Contribuições e desafios a partir do estudo do projeto Colhendo Sustentabilidade em Embu das Artes. [Trabalho de Graduação Individual]. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2011.

Carneiro RS, Falcone E, Clark C, Prette ZD, Prette AD. Qualidade de Vida, Apoio Social e Depressão em Idosos: Relação com Habilidades Sociais. Rev Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v.20, n.2, pp.229-237; 2007: 229-237. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em mar 2011.

Chonchol J. A soberania alimentar. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55); 2005. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf. Acesso em jun 2012.

Chizzotti A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. Braga, Portugal: Universidade do Minho, vol. 16, pp. 221-236; 2003.

Costa CGA. Segurança Alimentar e Nutricional: significados e apropriações. São Paulo: Annablume, FAPESP; 2011.

Demo P. Santo Estado, Maldito Mercado: de certas esquerdas que são direitas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476; 2005.

_____. Pesquisa qualitativa busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. Latino-Americana de Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104; 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n2/13912.pdf. Acesso em jul 2012.

_____. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez; 1993.

Dias JAB. Produção de plantas medicinais e agricultura urbana. Horticultura Brasileira. Brasília; 2000, v. 18, p. 140-143.

FAO - Food and Agriculture Organization. Cuestiones de la agricultura urbana. Revista Enfoques; 1999. Disponível em: http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm. Acesso em 23/08/2007. Acesso em mar 2012.

_____. Economic and Social Development Department . *Urban agriculture: an oximoron*? In: FAO. The State of food and agriculture. FAO Corporate Document Repository. FAO, 1996. Agricultural and Development Economics Working Papers. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/003/w1358e/w1358e07.htm. Acesso em nov 2011

_____. Agriculture and Consumer Protection Department. Urban food marketing. FAO; 1999. Disponível em: http://www.fao.org/ag/magazine/9906sp1.htm. Acesso em nov 2011.

Fernandez JCA, Bógus CM, Mendes R. O método da sistematização: uma leitura crítica do processo. In: Westphal MF, Pais TD (Org.). Capela Saudável: gestão de políticas públicas integradas e participativas. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e FAPESP; 2006. p. 113-129.

Fernandez JCA; Sacardo DP. Abordagem qualitativa para avaliação de políticas públicas: implicações teóricas, éticas e políticas. In: Campos M; Cazzuni DH. (Orgs). Avaliar para compreender: uma experiência na gestão de programa social com jovens em Osasco, SP. São Paulo: Hucitec; 2008. p.59-95.

Fernandez JCA. Autonomia e Promoção da Saúde. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Ferreira JR, Castilho CJM. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. Recife: Revista de Geografia. UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 2; 2007.

Figueiredo DA. História da Educação Popular: uma leitura crítica. In: Assumpção R. (Org). Educação popular na perspectiva Freiriana. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; 2009.

Freire P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Editora Paz e Terra S/A; 2006.

Fundação Banco do Brasil: Tecnologia Social para superar a pobreza. Banco de Tecnologias Sociais. Disponível em:http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/detalhar-tecnologia-5.htm. Acesso em: mar 2012.

Guevara MAA, Wesz Junior VJ. Género y Agroecología. Implicaciones para las relaciones de género. VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Disponível: http://www.generos.ufpr.br/files/9518-ariasguevara2010.pdf. Acesso em mar 2013

Guterres I. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular; 2006.

Guzmán ES. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: Aquino AM, Assis RL. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa; 2005.

HumanaTerra: Sonhar, Acreditar, Transformar. Blog do HumanaTerra. Disponível em: http://humanaterra.wordpress.com/sobre-nos/. Acesso em: jan 2013.

Hurtado PH, Crespo AS. *Entorno Saludables: el desafío de la Promoción de la Salud*. In: Restrepo HE, Málaga H. *Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable*. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.

Inojosa, RM, Junqueira, LAP. O movimento do setor saúde e o desafio da intersetorialidade. Publicação 20 anos da Fundap; 1997.

IUHPE – Internation Union For Health Promotion And Education. The 20th World Conference on Health Promotion Live. Genebra (Suiça); 2010. Disponível em: http://www.iuhpe.org. Acesso em jul 2010.

Jacobi P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Saúde e Sociedade, v.8, n.3, p.31-48; 1999. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf. Acesso em nov 2012.

Jara-Holliday O. *La sistematización de experiencias y las corrientes innovadoras del pensamiento latinoamericano–una aproximación histórica*. Diálogo de saberes nº 3. Caracas; 2009. p. 118-129. Disponível em: http://dialogosaberes.ubv.edu.ve/Descargar/article/62/La%20sistematizacion%20d

e%20experiencias%20y%20las%20corrientes%20innovadoras%20del%20pensamiento%20latinoamericano-una%20aproximacion%20historica.pdf. Acesso em nov 2011.

_____. Para sistematizar experiências. Rezende MVV, tradutora. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; 1996.

Jackson LC. A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 16 Nº. 47; 2001. p.127-140.

Junqueira RCP. A intersetorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso. Rev Adm Pública,32(2):79-91;1998.

Lalonde M. *El concepto de "campo de la salud": una perspectiva canadiense*. In: Organização Pan-Americana da Saúde. *Promoción de la Salud: una antología*. Washington: Opas; 1996.

Machado AT, Machado CTT. Agricultura Urbana. Planaltina, DF: Embrapa; 2002.

Machado MFAS, Vieira NFC, Silva RM. Compreensão das mudanças comportamentais do usuário no Programa Saúde da Família por meio da participação habilitadora. Ciência & Saúde Coletiva, 15(4):2133-2143; 2010.

Magnani JGC. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 17 nº 49, p.11-29; 2002.

Málaga H, Ramírez MLC. *Cómo empoderar a los excluidos en el nivel local*. In: Restrepo HE, Málaga H. *Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable*. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.

Maluf RS. Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Relatórios Técnicos. Rio de Janeiro: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CERESAN; 2006.

MARTINIC, S. *Algunas categorias de análisis para la sistematización*. Santiago, Chile: CIDE-FLACSO;1984. Disponível em: http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/publicos/1984/libro/001313.pdf. Acesso em dez 2012.

Mello AL, Pelicioni MCF, Cunha MBS, Guimarães ET, Pereira LAA. Metodologia Participativa e Biomonitoramento em Escolas Públicas: Uma Experiência de Promoção da Saúde. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Mendes EV. Uma agenda para a Saúde. São Paulo: Hucitec; 1996.

_____. Promoção da saúde no limiar do século XXI. Sanare. 2002;3(1):83-87.

Mendes R, Fernandez JCA. Práticas intersetoriais para a qualidade de vida na cidade, São Paulo. In: Garibe RN (org). Gestão local nos territórios da cidade – Ciclo de atividades com as subprefeituras. São Paulo: Mídia alternativa, pp.117-23; 2004.

Mendes R, Sacardo DP. Avaliação em Promoção da Saúde: Enfoque na Participação e na Construção de Capacidades Avaliativas. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Meyer DEE, Mello DF, Valadão MM, Ayres JRCM. "Você aprende. Agente ensina?" Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6):1335-1342; 2006.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec; 2008.

MS - Ministério da Saúde. Promoção da Saúde: declaração de Alma-Ata; 1978, Carta de Ottawa, Declaração de Sundsvall. Brasília, p.2; 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracoesecarta_portugues.pdf> Acesso em: 2 abril 2013.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

_____. Promoção da saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, DF: MS; 1996.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Caderno SISAN 01/2012. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/arquivos/LIVRO_SISAN2_web.pdf. Acesso em fev 2012.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. Avanços e Desafios na Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada [acesso em 2011 Ago]. Brasília; 2009. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/avancos-edesafios-na-implementacao-do-direito-humano-aalimentacao-adequada. Acesso em mar 2013.

___. Feiras Livres da Agricultura Família. Brasília; 2007. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/feirasemercados/arquivos/feiras-livres-da-agricultura-familiar-roteiro-de-implantacao.pdf/download. Acesso em nov 2010.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. EDITAL SESAN/MDS Nº 01 / 2007: Seleção de Proponentes para apoio a projetos de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília, DF; 2007b.

_____. Caisan lança caderno sobre Agroecologia e Direito Humano à Alimentação Adequada. Brasília; 2012. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/maio/caisan-lanca-caderno-sobre-agroecologia-e-direito-humano-a-alimentacao-adequada. Acesso em mai 2012.

_____. Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília; 2012. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sistemas-publicos-agroalimentares/agricultura-urbana-e-periurbana. Acesso em jun 2012.

____. Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília; 2012. Disponível em http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar. Acesso em jun 2012.

____. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília; 2012. Disponível em http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sisan. Acesso em jun 2012.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Apresentação do Ministério do Meio Ambiente. Brasília; 2012. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao. Acesso em jun 2012.

Moysés SJ, Moyses ST. Promoção da Saúde em Contextos Locais. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Mougeot LJA. *Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks*. In: Bakker N, Dubbeling M, Gündel S, Sabel-Koschella U, Zeeuw H. (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung; 2000. p. 1-42.

Navolar TS, Rigon SA, Philippi JMS. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. Rev Brasileira de Promoção da Saúde. Fortaleza; 2010. 23 (1). p. 69-79.

Nascimento S do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120; 2010.

OMS - *Organización Mundial de la Salud*. *Carta de Ottawa para la promoción de la salud*. In: *Organización Panamericana de la Salud; Promoción de la salud: una antologia*. Washington: OPAS; 1996. p.367-72. [Publicación Científica N.557].

Pelicioni MCF. Educação Ambiental como Processo Político. In: Philippi Jr A., Alves A C. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri (SP): Manole; 2005.

Pelicioni MCF, Pelicioni AF, Toledo RF. A Educação e a Comunicação para a Promoção da Saúde. In: Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: Bases Conceituais. São Paulo: Atheneu; 2008.

Pedrosa JIS, Bonetti OP. Educação Popular em Saúde como Política Pública: Limites e Possibilidades. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Pimentel A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p.179-195; 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf . Acesso em out 2011.

Porto-Gonçalves CW. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Rev Internacional Interdisciplinar Interthesis - PPGICH UFSC; 2004.

Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes. Atlas Socioambiental de Embu. Embu das Artes; 2008.

_____. População. Embu das Artes; 2012. Disponível em: http://www.embu.sp.gov.br/e-gov/cidade/?ver=205. Acesso em mar 2012.

_____. Portal de Turismo. Disponível em: http://www.embu.sp.gov.br/portaldeturismo/atracoes/1208/parque-do-lago-francisco-rizzo. Acesso em dez 2012.

____. Selo Prefeito Empreendedor. Disponível em: http://www.embu.sp.gov.br/e-gov/noticia/?ver=2708. Acesso em mar 2012.

Programa Cidades Sustentáveis. Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitária de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana. Disponível em: http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/213. Acesso: em mar 2012.

Restrepo HE. *Agenda para la acción en Promoción de la Salud*. In: Restrepo HE, Málaga H. *Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable*. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.a

_____. *Antecedentes históricos de la Promoción de la Salu*. In: Restrepo HE, Málaga H. *Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable*. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.

_____. *Conceptos sobre Salud Urbana*. In: Restrepo HE, Málaga H. *Promoción de la Salud: Cómo construir vida saludable*. Bogotá – Buenos Aires – Caracas – Madrid – México – São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.c

Ribeiro SM, Azevedo E, Pelicioni MCF, Bógus CM, Pereira IMTB. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. Rev Brasileira de Promoção da Saúde. Fortaleza, 25(3): 381-388; 2012.

Rigon SA. A construção de políticas públicas promotoras de Saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. [Tese de

Doutorado Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública]. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2012.

Rodrigues VLGS. Urbanização e ruralidade. Brasília: MDA; 2009.

Santandreu A, Lovo I. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil, Belo Horizonte, MDS, 2007.

Santos M. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Critica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2004.

Silva EC, Pelicioni MCF. Participação Comunitária, Educação em Saúde e Ambiental: Analisando as Representações Sociais de Duas Comunidade das Áreas de Mananciais de Santo André – São Paulo. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.a

Silva MM, Pelicioni MCF. Práticas Pedagógicas e Protagonismo Infantojuvenil voltados à Saúde, Sustentabilidade Ambiental e Qualidade de Vida na Escola. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.b

Smith J, Ratta A, Nassr J. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. New York: United Nations Development Programme (UNDP); 1996. P. 302 (Publication Series for Habitat II, v. 1).

Sicoli JL, Nascimento PR. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v7, n12, p.101-22; 2003. Disponível em: http://www.interface.org.br/revista12/artigo3.pdf. Acesso em set 2012.

Singer P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo; 2002.

SEAE - Sociedade Ecológica Amigos de Embu. Centro de Mídia. Cartilha Agricultura Urbana na Prática. Disponível em:

http://www.seaembu.org/docs/Cartilha_COLHENDO_novo_baixa.pdf. Acesso em jan 2013.

____. Educação Ambiental na Fonte. Disponível em: http://www.seaembu.org/ea_historico.php. Acesso em: jan 2013.

____. Programa de Jovens - Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS) Núcleo de Educação Ecoprofissional de Embu. Disponível em: http://www.seaembu.org/pj_oque.php. Acesso em: jan 2013.

____. Revisão do plano diretor de Embu das Artes gera polêmica. Embu das Artes; 2011. Disponível em: http://www.seaembu.org/noticia.php?id=208. Acesso em mar 2012.

SIGAM - Sistema Integrado de Gestão Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/SIGAM2/Default.aspx?idPagina=7611. Acesso em: jan 2013.

Telles L. A agricultura urbana agroecológica: tecendo a história da ação da rede em Belo Horizonte (MG). In: Theodoro SH, Duarte LG, Viana JN (orgs.). Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.

Thomas HE. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: Otterloo A. *et al*. Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: Rede de Tecnologia Social (RTS); 2009.

UBS Marluce Gouveia. Horta Comunitária na UBS Santo Eduardo. Disponível em: http://ubssantoedu.wordpress.com/2010/11/11/horta-comunitaria-na-ubs-santo-eduardo/. Acesso em out 2012.

Valente FLS. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: Direito à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002, p.103-36.

Waynsztok L, Akerman M. Gestión Intersectorial en Salud. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. Educação e Promoção da Saúde: teoria e prática. São Paulo: Santos; 2012.

Wendhausen ALP, Barbosa TM, Borba MC. Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores. Saúde e Sociedade; 2006, v.15, n.3, p.131-144.

Westphal MF, Ziglio E. Políticas públicas e Investimentos: a intersetorialidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. O município no século XXI: cenários e perspectivas. ed. Especial. São Paulo: CEPAM; 1999. p.111-22.

Westphal MF. A Globalização e Qualidade de Vida. In: Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: bases conceituais. São Paulo: Atheneu; 2008, p.149-163.

_____. O movimento Cidades/Municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. Ciênc Saúde Coletiva; 2000, 5(1):39-51.

_____. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças In: Campos GW *et al*. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

World Health Organization – WHO. Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio_political_declaration_portuguese.pdf Acesso em: 5 mai 2012.

WHO - World Health Organization. Health promotion glossary. Geneve: WHO; 1998.

YOUTUBE. Sociedade Ecológica Amigos de Embu defende o meio ambiente. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=nFOxj09Y4Jc. Acesso em mar 2012.

Zappala, JHB. A agroecologia e o saber tradicional camponês: teoria e prática para a conservação da diversidade cultural e natural a caminho do envolvimento sustentável numa nova realidade. [Trabalho de Graduação Individual]. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo; 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de Entrevista com Informante-Chave

Data da entrevista: ___/___/_____ Horário da entrevista: _____

Nome do Entrevistado:
Formação Acadêmica:
Ocupação Atual:
Idade:
Instituição:
Cargo:

1) Poderia me contar o que sabe/conhece sobre os projetos de Agricultura Urbana no município de Embu das Artes (Ex: Colhendo Sustentabilidade, Fonte Escola, Mais Educação)? [Obs. geral para toda a entrevista: explorar as respostas com comentários do tipo: Mais alguma coisa? Pode falar mais sobre isso? Fale mais sobre isso. Pode explicar melhor? Tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre isso?]

2) Sua secretaria tem ou teve algum envolvimento com as atividades de Agricultura Urbana na implantação ou no desenvolvimento? Como isto se deu?

3) Comente sobre os fatores que levaram sua instituição a se envolver com as atividades de agricultura urbana.

4) Na sua opinião quais os pontos que contribuíram para o desenvolvimento deste tipo de atividade no município?

5) Houve ou há dificuldades encontradas para a implantação e manutenção deste tipo de atividade? Quais? Como foram enfrentadas? Foram solucionadas? Se sim, como? Se não, por que? Há algo planejado ou algum planejamento para tentar solucionar essas atividades?

6) Na sua opinião, o desenvolvimento destas atividades no município teve ou tem tido que resultados? (*POSITIVOS, NEGATIVOS, NENHUM E POR QUE, nas várias áreas: Saúde, Educação, Meio Ambiente*?)

7) É do interesse do município ter projetos ou atividades de agricultura urbana e periurbana? Por que? Na sua opinião, como poderiam ser estas atividades?

8) Como está a situação da Agricultura Urbana e Periurbana no município de Embu das Artes após finalização do Projeto Colhendo Sustentabilidade?

9) Como está o processo da Feira de Orgânicos?

Anexo 2 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/FSP

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo

OF.COEP/059/12

27 de fevereiro de 2012.

Prezadas pesquisadora e orientadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em sua **2.ª/12 Sessão Ordinária**, realizada em **03/02/2012**, analisou de acordo com a Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, o protocolo de pesquisa n.º **2323**, intitulado **"AGRICULTURA URBANA E PROMOÇÃO DA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE EMBU DAS ARTES ¿ SÃO PAULO - BRASIL"**, do **grupo III**, sob responsabilidade da pesquisadora **Silvana Maria Ribeiro** e orientação da Professora **Helena Akemi Wada Watanabe**, considerando-o **APROVADO.**

Cabe lembrar que, de acordo com a Res. CNS 196/96, são deveres do(a) pesquisador(a): **1)** Comunicar de imediato qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste Comitê de Ética em Pesquisa para dar continuidade à pesquisa; **2)** Manter sob sua guarda e em local seguro, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo COEP, no caso eventual auditoria; **3)** Comunicar formalmente a este Comitê por ocasião do encerramento da pesquisa; **4)** Elaborar e apresentar relatórios parciais e final; **5)** Justificar perante o COEP interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Atenciosamente,

Prof. Tit. Claudio Leone
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - FSP/USP

Ilm.ª Sr.ª
Prof.ª Dr.ª **Helena Akemi Wada Watanabe**
Departamento de Prática de Saúde Pública
Faculdade de Saúde Pública da USP

Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César – CEP 01246-904 – São Paulo – SP
Contato: (55 11) 3061 7779 | coep@fsp.usp.br | www.fsp.usp.br

Anexo 3 - Declaração de Anuência e Termo de Compromisso da Estância Turística de Embu das Artes

Governo Municipal da Cidade de Embu das Artes
Secretaria de Saúde
(11) 4785-3536/Fax: 4704-5899 • saude@embu.sp.gov.br

Governo Municipal
Oportunidade para Todos

50 anos 1959 - 2009
Melhor a cada dia

Embu, 23 de novembro 2011

Oficio159 /11 – SSME

Ilmo.Sra.
Profa Helena Akemi Wada Watanabe
Orientadora
Silvana Maria Ribeiro
Pesquisadora
Departamento da Prática
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, estar ciente da realização da pesquisa "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil". A pesquisadora se comprometeu a utilizar os dados coletados apenas para a realização da pesquisa supracitada e respeitar a Res CNS 196/96 e suas complementares. Como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.
Outrossim, está acordado com a pesquisadora o fornecimento dos dados colhidos pela pesquisa em tela nesse município para utilização da Secretaria da Saúde, respeitada a citação da fonte. A pesquisadora se compromete a fazer a devolução dos resultados de pesquisa quando solicitado e definido pela Secretaria da Saúde da Estância Turística de Embu das Artes.
Declaro ainda que conheço e farei cumprir os requisitos da Res CNS 196/96 e suas complementares.

Dra. Sandra Mahali Fihlie Barbeiro
Secretária de Saúde
Prefeitura da Estância Turística do Embu

Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, 114 - Centro - CEP: 06804-200 - Embu – SP
www.embu.sp.gov.br • PABX: 4785-3500 • Praça de Atendimento - 4785-3636/3644 • Disque Serviços: 0800-7730005 • Guarda Civil Municipal - 153

Anexo 4 - Declaração de Anuência e Termo de Compromisso da Sociedade Ecológica Amigos de Embu (SEAE)

Sociedade ECOLÓGICA Amigos de Embu - SEAE

Associação Ecológica Amigos de Embu

Avenida João Batista Medina, 358 - Centro - Embu - SP - CEP 06840-000 - Tel/Fax: 4781-6837
www.seaembu.org - contato@seaembu.org - CNPJ: 50.242.692/0001-52

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente da realização da pesquisa "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil". A pesquisadora se comprometeu a utilizar os dados coletados apenas para a realização da pesquisa supracitada e respeitar a Res. CNS 196/96 e suas complementares. Como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Declaro ainda que conheço e farei cumprir os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares.

Embu das Artes, 21 de novembro de 2011

Leandro David Dolenc
Presidente

50 242 692/0001-52
SOCIEDADE ECOLÓGICA
AMIGOS DO EMBU
Av. João Batista Medina, 358
Centro - CEP 06840-000
EMBU - SP.

Anexo 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Informante-Chave

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE PRÁTICA DE SAÚDE PÚBLICA

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP 01246-904 - São Paulo - Brasil

Telefone (011) 3066-7743 - Fax (011) 3853-3501

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Nome: _____Endereço: _____Bairro: _____

CEP:_____ Telefone:(011) _____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

Título do Protocolo de Pesquisa: "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil"

Pesquisador: Silvana Maria Ribeior

Cargo/Função: Mestranda

Departamento de Prática de Saúde Pública da FSP/USP

AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA

Baixo Risco (x)

Duração da Pesquisa: 1,5 anos

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO SUJEITO DA PESQUISAOU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado sobre a agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes, intitulada "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil", com os objetivos de sistematizar a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes – São Paulo por meio do projeto Colhendo Sustentabilidade durante o período compreendido entre 2008 e 2011, contribuir para a ressignificação da experiência vivida sob a ótica da promoção da saúde e identificar os aspectos relevantes do projeto Colhendo Sustentabilidade que dialoguem com o ideário da Promoção da Saúde.

Visando atingir os objetivos propostos, solicitamos sua participação através de entrevista que ter a duração de cerca de 1 hora, que será gravada e transcrita para posterior análise.

Sua participação é fundamental para que possamos sistematizar a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes – SP.

Informo que sua participação é voluntária e não implica risco à sua integridade física ou moral e que o(a) senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos a qualquer hora com a pesquisadora pelo telefone (11) 3061-7754 ou ainda junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP no telefone (11) 3061-7779.

Esclareço ainda que as gravações das entrevistas ficarão sob minha guarda pelo período de 5 anos, após os quais serão destruídas.

As informações que me forem dadas serão utilizadas para a realização de uma pesquisa, que será divulgada em eventos como congressos e seminários e através de artigos científicos. Garantimos o anonimato tanto de sua pessoa como de sua instituição, uma vez que os dados não serão apresentados de forma individualizada. O(a) senhor(a) poderá solicitar seu desligamento da pesquisa a qualquer tempo, sem que haja qualquer prejuízo para instituição, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora, Silvana Maria Ribeiro, ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública nos telefones anteriormente citados, ou ainda, enviar carta a qualquer um deles no seguinte endereço: Av Dr Arnaldo, 715 CEP 01246-904, São Paulo Capital.

IV – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

_____	_____
Nome:	Pesquisadora responsável
RG:	Silvana Maria Ribeiro
Telefone:	RG: 21.632.245
	Telefone 3061-7754

Anexo 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participantes das Oficinas de Sistematização

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE PRÁTICA DE SAÚDE PÚBLICA

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP 01246-904 - São Paulo - Brasil

Telefone (011) 3066-7743 - Fax (011) 3853-3501

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

1. Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____ - Telefone:(011) _____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

Título do Protocolo de Pesquisa: "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil"

Pesquisador: Silvana Maria Ribeiro
Cargo/Função: Mestranda
Departamento de Prática de Saúde Pública da FSP/USP

AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA

Baixo Risco (x)

Duração da Pesquisa: 1,5 anos

III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR À INSTITUIÇÃO OU SEU REPRESENTANTE LEGAL SOBRE A PESQUISA, CONSIGNANDO:

Estamos realizando uma pesquisa de mestrado sobre a agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes, intitulada "Agricultura Urbana e Promoção da Saúde: a experiência de Embu das Artes – São Paulo - Brasil", com os objetivos de sistematizar a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes – São Paulo por meio do

projeto Colhendo Sustentabilidade durante o período compreendido entre 2008 e 2011, contribuir para a ressignificação da experiência vivida sob a ótica da promoção da saúde e identificar os aspectos relevantes do projeto Colhendo Sustentabilidade que dialoguem com o ideário da Promoção da Saúde.

Visando atingir os objetivos propostos, realizaremos três oficinas de sistematização com participantes e técnicos do projeto Colhendo Sustentabilidade envolvidos na experiência que terão a duração máxima de 3 horas cada oficina, que serão realizadas em sala reservada no Parque do Lago Francisco Rizzo – Rua Alberto Giosa, 100 – Embu – SP.

Sua participação é fundamental para que possamos sistematizar a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida no município de Embu das Artes – SP.

Informo que sua participação é voluntária e não implica risco à sua integridade física ou moral e que o(a) senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos a qualquer hora com a pesquisadora pelo telefone (11) 3061-7754 ou ainda junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP no telefone (11) 3061-7779.

Esclareço ainda que os registros referentes às oficinas de sistematização ficarão sob minha guarda pelo período de 5 anos, após os quais serão destruídos.

As informações que nos forem dadas serão utilizadas para a realização de uma pesquisa, que será divulgada em eventos como congressos e seminários e através de artigos científicos. Garantimos o anonimato tanto de sua pessoa como de sua instituição, uma vez que os dados não serão apresentados de forma individualizada. O(a) senhor(a) poderá solicitar seu desligamento da pesquisa a qualquer tempo, sem que haja qualquer prejuízo para sua relação com a instituição, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora Silvana Maria Ribeiro, ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública nos telefones anteriormente citados, ou ainda, enviar carta a qualquer um deles no seguinte endereço: Av Dr Arnaldo, 715 CEP 01246-904, São Paulo Capital.

IV – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, tendo entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

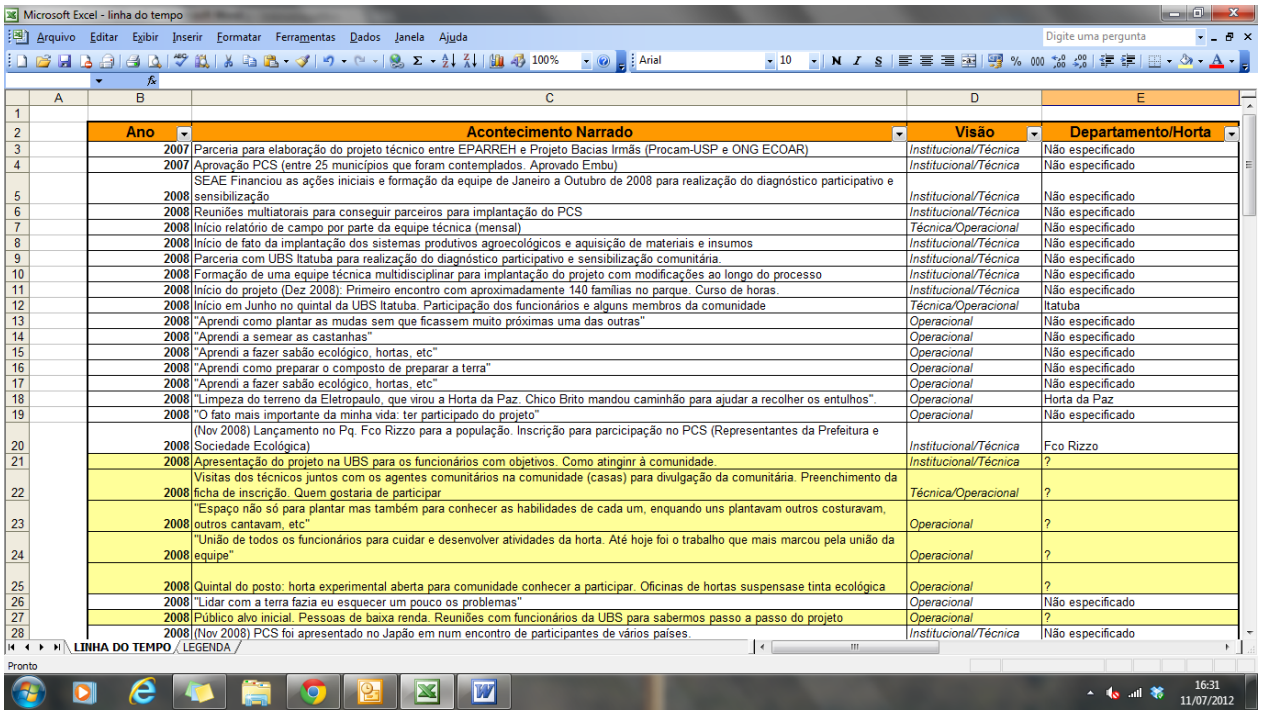
São Paulo, _____ de _____ de _____.

_____	_____
Nome:	Pesquisadora responsável
RG:	Silvana Maria Ribeiro
Telefone:	RG: 21.632.245
	Telefone 3061-7754

Anexo 7 – Planilha sobre a Linha do Tempo da Oficina de Sistematização I - Resgate da História do Projeto

A linha do tempo construída a partir das fichas foi sistematizada em uma planilha de excel para permitir o trabalho com filtros, que segue em anexo.

A planilha é composta por quatro colunas principais e para todas elas foram aplicados auto-filtros:



Ano	Acontecimento Narrado	Visão	Departamento/Horta
2007	Parceria para elaboração do projeto técnico entre EPARREH e Projeto Bacias Irmãs (Procam-USP e ONG ECOAR)	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2007	Aprovação PCS (entre 25 municípios que foram contemplados. Aprovado Embu)	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	SEAE Financiou as ações iniciais e formação da equipe de Janeiro a Outubro de 2008 para realização do diagnóstico participativo e sensibilização	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Reuniões multiatorais para conseguir parceiros para implantação do PCS	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Início relatório de campo por parte da equipe técnica (mensal)	*Técnica/Operacional*	Não especificado
2008	Início de fato da implantação dos sistemas produtivos agroecológicos e aquisição de materiais e insumos	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Parceria com UBS Itatuba para realização do diagnóstico participativo e sensibilização comunitária.	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Formação de uma equipe técnica multidisciplinar para implantação do projeto com modificações ao longo do processo	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Início do projeto (Dez 2008): Primeiro encontro com aproximadamente 140 famílias no parque. Curso de horas.	*Institucional/Técnica*	Não especificado
2008	Início em Junho no quintal da UBS Itatuba. Participação dos funcionários e alguns membros da comunidade	*Técnica/Operacional*	Itatuba
2008	"Aprendi como plantar as mudas sem que ficassem muito próximas uma das outras"	*Operacional*	Não especificado
2008	"Aprendi a semear as castanhas"	*Operacional*	Não especificado
2008	"Aprendi a fazer sabão ecológico, hortas, etc"	*Operacional*	Não especificado
2008	"Aprendi como preparar o composto de preparar a terra"	*Operacional*	Não especificado
2008	"Aprendi a fazer sabão ecológico, hortas, etc"	*Operacional*	Não especificado
2008	"Limpeza do terreno da Eletropaulo, que virou a Horta da Paz. Chico Brito mandou caminhão para ajudar a recolher os entulhos".	*Operacional*	Horta da Paz
2008	"O fato mais importante da minha vida: ter participado do projeto"	*Operacional*	Não especificado
2008	(Nov 2008) Lançamento no Pq. Fco Rizzo para a população. Inscrição para parcicipação no PCS (Representantes da Prefeitura e Sociedade Ecológica)	*Institucional/Técnica*	Fco Rizzo
2008	Apresentação do projeto na UBS para os funcionários com objetivos. Como atinginr à comunidade.	*Institucional/Técnica*	?
2008	Visitas dos técnicos juntos com os agentes comunitários na comunidade (casas) para divulgação da comunitária. Preenchimento da ficha de inscrição. Quem gostaria de participar	*Técnica/Operacional*	?
2008	"Espaço não só para plantar mas também para conhecer as habilidades de cada um, enquando uns plantavam outros costuravam, outros cantavam, etc"	*Operacional*	?
2008	"União de todos os funcionários para cuidar e desenvolver atividades da horta. Até hoje foi o trabalho que mais marcou pela união da equipe"	*Operacional*	?
2008	Quintal do posto: horta experimental aberta para comunidade conhecer a participar. Oficinas de hortas suspensase tinta ecológica	*Operacional*	?
2008	"Lidar com a terra fazia eu esquecer um pouco os problemas"	*Operacional*	Não especificado
2008	Público alvo inicial. Pessoas de baixa renda. Reuniões com funcionários da UBS para sabermos passo a passo do projeto	*Operacional*	?
2008	(Nov 2008) PCS foi apresentado no Japão em num encontro de participantes de vários países.	*Institucional/Técnica*	Não especificado

- **A coluna "Ano"** especifica o ano em que a ficha foi fixada e narrada pelos participantes. É possível que ao longo de um mesmo ano os fatos não estejam ordenados cronologicamente. Ou seja, ao filtrar a planilha por ano, pode ser que um fato que ocorreu em data futura a outro fato esteja listado antes. Um dos principais motivos foi porque para muitos participantes não foi possível lembrar exatamente quando o fato ocorreu. Outro motivo foi porque a própria dinâmica se focou em colher os fatos por ano;
- **A coluna "Acontecimento Narrado"** equivale à transcrição exata da ficha como foi colocada pelos participantes;
- **A coluna "Visão"** apresenta três categorias (Institucional/Técnica; Técnica/Operacional e Operacional, que são as fichas amarelas, verdes e brancas). Essa coluna permite filtrar, portanto, os acontecimentos por cada "visão". As categorias também refletem a própria distribuição das fichas, com cores diferentes para cada categoria. Assim, para cada fato foi atribuída uma dessas categorias. Elas foram criadas com base na metodologia de sistematização de experiência proposta pelo projeto da pesquisadora, cuja quarta etapa (da "recuperação do processo vivido") é dividida nas visões:

Técnica, Institucional e Operacional. A facilitadora achou melhor colocar Institucional/Técnica e Técnica/Operacional por perceber uma forte mistura entre estas áreas.

- **A coluna "Departamento/Horta"** permite a aplicação do auto-filtro para selecionar os acontecimentos por Horta, já que o PCS se deu em diversos locais que nem sempre se comunicavam entre eles. No entanto, para muitos fatos as hortas não foram especificadas, ficando a cargo da pesquisadora buscar e/ou atribuir os fatos às hortas e fazer uso deste auto-filtro ou escolher fazer uma analise do processo com um todo.

3) Considerações

- Com a ferramenta de auto-filtro para as colunas "Ano", "Visão" e "Horta", é possível organizar os dados combinando estas três variáveis.

- As linhas que estão com grifos coloridos são para conferência da pesquisadora. Na planilha Excel há uma aba "legenda", explicando as diferentes cores dos grifos. Sugiro a conferência/correção dessas linhas para melhor utilização da ferramenta do auto-filtro.

- Os registros de áudio, fotos e relato feitos pelo pessoal da equipe do grupo de pesquisa podem servir para apoiar, enriquecer ou tirar dúvidas em relação aos fatos narrados.

Anexo 8 – Novo Plano Diretor – Lei Complementar 186 de 20/04/12

LEI COMPLEMENTAR NÚMERO 186 DE 20 DE ABRIL DE 2012

"CONSOLIDA AS DISPOSIÇÕES DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO INCORPORANDO AS REVISÕES REALIZADAS CONFORME DETERMINAÇÃO PREVISTA NO § 3º DO ARTIGO 40 DA LEI 10.257/01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

[(...)]

TÍTULO II
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OBJETIVOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS.

CAPÍTULO I
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL

SEÇÃO III

DA POLÍTICA DE AGROPECUÁRIA

Art. 14 - A política municipal de agropecuária terá por objetivo:
I - incentivar a produção de alimentos de forma coletiva e ou familiar garantindo à população o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade que visam o combate à fome e a promoção da segurança alimentar nutricional;
II - estimular a geração de trabalho e renda por meio de praticas de agricultura urbana, periurbana, rural e familiar considerando os processos de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de alimentos;
III - Fomentar a gestão ambiental do território, potencializando o uso de espaços ociosos com práticas de agricultura, promovendo a recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 15 - São diretrizes da politica de agropecuária:
I - implementar uma política municipal de assistência técnica que esteja articulada à construção de uma nova matriz tecnológica para à produção e que valorize as práticas agroecológicas e os conhecimentos tradicionais;
II - implementar políticas de valorização da produção para a subsistência das famílias de agricultores e de estratégia de viabilidade econômica desses segmentos produtivos;
III - estimular e consolidar os circuitos locais e regionais de comercialização e de abastecimento (feiras ,sacolões ,venda direta), bem como o atendimento às demandas institucionais (merenda escolar, hospitais, creches), através de mecanismos de regulação da relação oferta-demanda, como forma de melhorar e ampliar o acesso de agricultores/as aos mercados e;
IV - incentivar o associativismo, o cooperativismo e as redes de economia solidária, como instrumento estratégico da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Art. 16 – São ações estratégicas para o desenvolvimento da agropecuária:
I - inserir e valorizar a agropecuária na estrutura administrativa e econômica do município;
II - criar o Programa Municipal de Agropecuária;

III - definir espaços próprios para pratica de agropecuária, caracterizando as áreas de uso agrícola nos diferentes zoneamentos do Plano Diretor com NRag (Não Residencial - Uso Agropecuário);
IV – estimular e promover o acesso às políticas públicas estaduais e federais relacionadas ao desenvolvimento da agricultura;
V - promover assistência técnica para as famílias e grupos envolvidos com o programa municipal de agropecuária;
VI - promover incentivos legais e fiscais, para quem pratica a agricultura;
VII – viabilizar cadastro dos espaços disponíveis para a prática de agricultura e dos grupos interessados e;
VIII – estimular a formação, garantindo a gestão do Conselho Municipal de Agricultura.

Extraído de: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes: http://www.embu.sp.gov.br/e-gov/public/arquivos/2012/06/plano_diretor/PlanoDiretor_Lei_186_20042012.pdf

CURRÍCULO LATTES

Currículo Lattes da Orientadora

Helena Akemi Wada Watanabe

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9291284753904386
Última atualização do currículo em 22/01/2013

Possui graduação em Enfermagem (1982), Habilitação em Enfermagem de Saúde Pública e Licenciatura em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (1983), especialização em Saúde Pública pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (1985) mestrado (1993) e doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professora doutora da mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Saúde Pública e Promoção da Saúde atuando principalmente nos seguintes temas: Promoção da saúde; Saúde pública e envelhecimento; Instituição de Longa Permanência para Idosos e Promoção da Saúde e Segurança alimentar e nutricional Foi membro e vice-coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. É membro dos grupos de pesquisa Promoção da Saúde e Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. Foi tutora do Programa de Educação pelo Trabalho USP Capital e atualmente é tutora do PROPET Saúde - USP Capital pelo Curso de Nutrição. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Helena Akemi Wada Watanabe
Nome em citações bibliográficas	WATANABE, Helena Akemi Wada; Watanabe HAW; WADA, Helena Akemi
Sexo	Feminino

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. Av Dr. Arnaldo 715 Cerqueira César 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (011) 30617754 Fax: (011) 30833501 URL da Homepage: http://

Formação acadêmica/titulação

1994 - 1999	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: O Consentimento Esclarecido na Prática de Enfermeiras de Centros de Saúde Escola de São Paulo, Ano de obtenção: 1999. Orientador: Sueli Gandolfi Dallari. Palavras-chave: Consentimento esclarecido; Ética em enfermagem de saúde pública. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Setores de atividade: Saúde Humana; Cuidado À Saúde das Pessoas.
1988 - 1993	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 5). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: O Processo de controle do câncer cérvico uterino no Sistema Regionalizado e Hierarquizado de Saúde : Projeto Cotia, 1987-1989,Ano de Obtenção: 1993. Orientador: Sueli Gandolfi Dallari. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Regionalização dos serviços de saúde; Hierarquização a assistência; Câncer cérvico uterino. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Setores de atividade: Saúde Humana; Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde.
1985 - 1985	Especialização em Especialização Em Saúde Pública. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.
1983 - 1983	Graduação em Habilitação Em Enfermagem de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
1980 - 1983	Graduação em Licenciatura Em Enfermagem. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
1979 - 1982	

Currículo Lattes da Pesquisadora

Silvana Maria Ribeiro

Bolsista de Mestrado do CNPq

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9031594055785539
Última atualização do currículo em 07/11/2012

Graduada Letras - Licenciatura Plena em Português e Espanhol pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCS-SP (2008) e Administração pela Universidade Paulista - UNIP (1994). Mestranda da Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Silvana Maria Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, S. M.
Sexo	Feminino

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2011	Mestrado em andamento em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP. Título: A AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE EMBU E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO,Orientador: Helena Akemi Wada Watanabe. Palavras-chave: agricultura urbana; promoção da saúde; agroecologia. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Setores de atividade: Atividades de atenção à saúde humana.
2004 - 2008	Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O emprego das figuras de linguagem como manobra discursiva no texto jornalístico. Orientador: Jarbas Vargas Nascimento.
1991 - 1994	Graduação em Administração. Universidade Paulista, UNIP, Brasil.

Formação Complementar

2012 - 2012	Gestão de Natureza Pública & Sustentabilidade. (Carga horária: 3h). Faculdade de Saúde Pública da USP.
2012 - 2012	Temas Emergentes em Ciências Sociais e Saúde Públi. (Carga horária: 3h). Faculdade de Saúde Pública da USP.
2010 - 2010	Formação Controle Social do Orçamento Público. (Carga horária: 40h). Prefeitura da Estância Turística de Embu.
2009 - 2009	Enfrentando Desafios da Representação. (Carga horária: 40h). Prefeitura da Estância Turística de Embu.
2009 - 2009	Project Cycle Management (PCM). (Carga horária: 40h). Japan International Cooperation Agency.
2008 - 2008	